



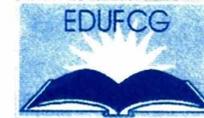
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

TEXTOS DIDÁTICOS

ANO 2 - Vol. 2 - Nº03

Análise do Discurso

*Aline Danielly Leal da Silva
Carolina Nicácia O. da Rocha
Edlene da Silva Oliveira
Gesimiel Rodrigues Santos
Ludmila Kemiác
Maria Rita Araújo dos Santos
Marina Rodrigues de Oliveira
Paloma Sabata Lopes da Silva
Rachel Gonçalves Cavalcanti
Rodrigo Fernandes de Sousa
Samara Kely dos Santos Sousa*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
EDITORA UNIVERSITÁRIA – EDUFCC

EXPEDIENTE

Prof. Thompson Fernandes Mariz
Reitor

Prof. Dr. José Edilson Amorim
Vice-Reitor

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Diretor Administrativo da EDUFCC

Prof. Dr. Antonio Gomes da Silva
Diretor Financeiro da EDUFCC

Editoração Eletrônica
Rodrigo Fernandes de Sousa

Capa
Ronaldo Evaristo Gonçalves

CONSELHO EDITORIAL DA EDUFCC

Prof. Benedito Antonio Luciano CEEI
Prof. Carlos Alberto Vieira de Azevedo CTRN
Profª. Consuelo Padilha Vilar CCBS
Prof. Joaquim Cavalcante Alencar CCJS (Sousa)
Prof. José Helder Pinheiro CH
Prof. Onaldo Guedes Rodrigues CSTR (Patos)

EDUFCC
Campina Grande – 2007
edufcc@reitoria.ufcg.edu.br
www.ufcg.edu.br/~edufcc



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Série
TEXTOS DIDÁTICOS
ANO 2 - Vol. 2 - Nº 03

Análise do Discurso

Aline Danielly Leal da Silva
Carolina Nicácia O. da Rocha
Edlene da Silva Oliveira
Gesimiel Rodrigues Santos
Ludmila Kemiatic
Maria Rita Araújo dos Santos
Marina Rodrigues de Oliveira
Paloma Sabata Lopes da Silva
Rachel Gonçalves Cavalcanti
Rodrigo Fernandes de Sousa
Samara Kely dos Santos Sousa



SÉRIE TEXTOS DIDÁTICOS

T 355

Textos didáticos. -ano II, v.2, n.3 Campina Grande: EDUF CG, 2007.

v.

Semestral.

Organizadores: Aloisio de Medeiros Dantas, Rodrigo Fernandes de Sousa.

ISSN 1980-5292

1. Educação superior - Periódicos. I. DANTAS, Aloisio de Medeiros. II. SOUSA, Rodrigo Fernandes de. III. TEL de Análise do discurso IV. Título

CDU 378.48(05)

EDUF CG

Campina Grande - 2007

edufcg@reitoria.ufcg.edu.br

<http://www.ufcg.edu.br/~edufcg/>

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	07
INTRODUÇÃO: A POSSÍVEL TEXTUALIZAÇÃO DA SALA DE AULA	09
01. ESCREVENDO À MÃE, INSCREVENDO O AUTOR: CONSTRUÇÃO LITERÁRIA DE AUGUSTO DOS ANJOS EM SUAS CARTAS PESSOAIS <i>Rodrigo Fernandes de Sousa</i>	11
02. A DIFERENÇA NO ESPAÇO “VIRTUAL” DA SALA DE AULA: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA DE PIADAS. <i>Ludmila Kemiác</i>	27
03. A CONSTRUÇÃO DO TEXTO POR EFEITOS DE SENTIDO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE TIRINHAS. <i>Rachel Gonçalves Cavalcanti, Paloma Sabata Lopes da Silva e Samara Kely dos Santos Sousa</i>	45
04. A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS DO SUJEITO E DO DISCURSO RACIONALISTA. <i>Edlene da Silva Oliveira</i>	59
05. LÍNGUA E SUJEITO: UM OLHAR DISCURSIVO EM CRÔNICA DE STANISLAW PONTE PRETA. <i>Aline Danielly Leal da Silva</i>	75
06. O SILÊNCIO NAS FALAS DE CANDIDATOS AO VESTIBULAR 2007 DA UFCG. <i>Carolina Nicácia O. da Rocha</i>	91

07. DO INVÍVEL AO APARENTE: UMA ANÁLISE DO DISCURSO
MATRIMONIAL EM "SENHORA".

Marina Rodrigues de Oliveira..... 103

08. A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO COMO MEDIADOR ENTRE DEUS
E O HOMEM.

Maria Rita Araújo dos Santos..... 111

09. A NOÇÃO DE INTERDISCURSO EM UMA CRÔNICA DE CARLOS
HEITOR CONY.

Gesimiel Rodrigues Santos..... 121

APRESENTAÇÃO

A Editora Universitária da UFCG – EDUFCG tem o prazer de lançar o terceiro número dos Cadernos da Série Textos Didáticos. Esta série foi pensada com o intuito de divulgar trabalhos acadêmicos, produzidos por professores e alunos dos diferentes cursos de graduação da UFCG.

Como já afirmamos em outras oportunidades, a série é temática e pretende suprir dois tipos de demanda. A primeira, por mais um espaço a ser disponibilizado para que as experiências surgidas nas diferentes salas de aula de nossa Universidade possam ser apresentadas aos colegas de curso e ao restante da comunidade que mantém com seus impostos esta mesma Universidade. Por outro lado, a coleção pretende diminuir a carência de textos didáticos que os alunos da UFCG enfrentam, tanto por não os encontrarem publicados como também por não poder adquiri-los por um preço módico. Acreditamos que os cadernos desta coleção, em muitas oportunidades, poderão substituir, a contento, as várias “apostilas” de textos xerocados por nossos alunos, quase sempre perecíveis e, de certa forma, ilegais.

No caso deste terceiro número a temática tratada é a Análise de Discurso e traz a contribuição de alunos da disciplina Tópicos Especiais em Análise do Discurso, ministrada pelo professor Aloísio Dantas, da Unidade Acadêmica de Letras. Tal caderno, temos a certeza, servirá de apoio aos alunos de graduação, no sentido de tornar mais fáceis e úteis às experiências de trabalhos realizadas em sala de aula. A gama de temas enfocados neste número dos Cadernos da Série Textos Didáticos já demonstra o interesse, a competência e a dedicação daqueles alunos e alunas à disciplina na qual optaram por trabalhar: a língua e a linguagem portuguesa de tão difícil estudo e de tão bela forma e sentido.

Com o desejo que os textos aqui apresentados ajudem aos alunos e professores da rede pública e particular de ensino que trabalhem com análise de discurso, entregamos à crítica este terceiro número da Série Textos Didáticos.

Prof. Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Diretor Administrativo da EDUFCG

A POSSÍVEL TEXTUALIZAÇÃO DA SALA DE AULA

A disciplina TEL-AD surgiu de uma preocupação dos alunos de Letras da UFCG de complementar conteúdos, ministrados numa parcela da ementa de Lingüística III, cujo foco são as abordagens históricas, disciplinarizadas no universo da ciência da linguagem. Geralmente, o conteúdo relativo às teorias do discurso não é complementarizado em sua totalidade, o que produz dúvidas como a distinção texto e discurso, a noção de sujeito, a compreensão do interdiscurso. Ora, como a solicitação de uma disciplina, sobremaneira optativa, exige uma conjunção de fatores, nem sempre associados – a disponibilidade de professores, carga horária e salas e o interesse prático de alunos – sentimos (o professor e os alunos) a necessidade de expor tarefas de análise, efetuadas na sala de aula.

Do ponto de vista prático, estamos mostrando até onde pode ir a análise de discurso; como essa metodologia de leitura pode auxiliar o aluno a compreender fenômenos lingüístico-textuais fundamentais para a sua constituição em sujeito, tais como: efeitos de sentido, paráfrase e polissemia, autoria, interdiscursividade etc. Por outro lado, exercícios de prática analítico-teórica ajudarão licenciados em Letras a formarem sua própria construção de professor-pesquisador.

Os artigos, ora apresentados, resultam de uma mescla de leituras pessoais e didáticas e são atravessados, na instantaneidade da escrita, por vozes discentes e docentes. Essa heterogeneidade extrapola a própria natureza textual e transforma os textos em discursos, inseridos num processo dialógico inacabado.

A autoria, especificamente, é investigada no território movente e fronteiro da carta pessoa e da poesia, em termos de assunção da subjetividade.

A reflexão sobre o discurso pedagógico é feita através da leitura de *piadas*, nas quais é encenada a diferença no espaço da sala de aula, tomando como ponto de partida as formações discursivas do professor e do aluno.

Num terceiro trabalho foi realizado o estudo sobre os efeitos de sentido produzidos em *tirinhas*, através dos processos semântico-discursivos da paráfrase e da polissemia.

O acontecimento do sujeito agente é estudado na constitutividade do gênero textual *Carta ao leitor*, na instauração de uma análise do jogo de sentidos entre discursos da revista *Veja* e o interdiscurso governista.

A relação entre língua e discurso é estabelecida na materialidade textual de uma crônica, onde também são estudadas as diferentes posições do sujeito.

As interações do aluno com a prova do vestibular, observadas sob a ótica de uma entrevista, constituem o ponto de partida para a análise da inferência e do silêncio em falas discentes.

Os fenômenos do lapso e do esquecimento, enquanto processos discursivos, são estudados através de fragmentos do romance **Senhora**, de José de Alencar.

Finalmente, o estudo sobre o discurso religioso procura desvendar os mecanismos ideológicos presentes em um folheto de igreja; em termos de análise, a investigação incide sobre o tipo de discurso veiculado por uma determinada igreja.

Esses textos resultaram da escrita em Análise de Discurso, trabalhada e retrabalhada no contexto datado da disciplina TEL-AD, ofertada pela UAL – UFCG, no período letivo de 2006.2.

Além desses textos, há outro que trata da discursivização de uma crônica, resultado de tarefas da mesma disciplina, ofertada em 2005.2. O estudo em questão analisa as subjetivações do discurso do amor.

Esperamos que um projeto com tais propriedades não se limite apenas a uma disciplina, mas tenha continuidade em outras e, futuramente, seja absorvido pela Unidade Acadêmica de Letras. Superando essas expectativas acadêmico-burocráticas, esse conjunto de textos poderá servir de baliza para a formação de um grupo de pesquisas em Análise de Discurso, com implicações para o ensino de língua portuguesa, se não muito, pelo menos como incentivador de leituras críticas.

Prof. Dr. Aloísio de Medeiros Dantas
Unidade Acadêmica de Letras

ESCREVENDO À MÃE, INSCREVENDO O AUTOR: CONSTRUÇÃO LITERÁRIA DE AUGUSTO DOS ANJOS EM SUAS CARTAS PESSOAIS.

Rodrigo Fernandes de SOUSA

Bolsista do PET-Letras (UFCG)

Para iludir minha desgraça, estudo.

Intimamente sei que não me iludo.

(Poema Negro, Anjos: 2001, p.106)

1. INTRODUÇÃO

Tratar de autoria em cartas pessoais pode parecer um grande contra-senso para os estudos da Análise de Discurso (doravante, também, AD) defendida por Michel Foucault, mesmo se considerada a importante assinatura de um poeta como o foi Augusto dos Anjos em nossa cultura. Não é de nosso interesse, porém, a caracterização de uma *autoria* em suas correspondências pessoais. Pelo contrário, concordamos com Foucault (2001, p.274) quando este afirma não ser a autoria privilégio de todos os gêneros discursivos:

“o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa” [...] indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, [...] imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo *status*”.

O filósofo, assim, restringe a autorialidade a apenas alguns membros da sociedade. Participantes estes convencionalmente reconhecidos pela história enquanto autores, dos quais já se espera certo tratamento especial com a linguagem. A autoria é uma característica de certos gêneros discursivos, e não todos, representantes de um *status* superior da escrita, como romances, poemas, contos, trabalhos didáticos e/ou científicos. Discursos como os materializados em cartas pessoais e contratos, por exemplo, segundo o autor de *A ordem do discurso*, quando muito, teriam signatários e testemunhas, respectivamente, mas não autores. Daí este trabalho,

repetimos, não estar preocupado com a construção de uma unidade *autorial* para cada carta produzida pelo autor de EU, mas, demonstrar como as posições (lírica e científica) do sujeito Augusto dos Anjos disputam, dentro de suas correspondências à mãe, o lugar que será preenchido futuramente pela sua autoria dentro de sua obra. Na verdade a construção da imagem do autor é o resultado de um evolutivo processo de significação do sujeito, que, em determinado momento, se esvazia em favor de sua função social (Orlandi: 1988). As cartas do poeta são interessantes, nesse caso, porque trabalham uma tensão sujeito/autor de forma singularmente específica, no limite entre as duas posições.

1. 1. O que é o autor?

De acordo com a AD (Orlandi: 1988; Dantas: 2007), o indivíduo se torna *sujeito* na medida em que é interpelado pela ideologia e precisa significar(-se). Esta ideologia faz com que esse sujeito assuma determinada posição na cadeia dos fatos da sociedade, tornando-se assim um *enunciador*. E é a organização das posições do enunciador em um dado texto, justificando sua atuação (função) social, que produz aquilo que podemos chamar de autoria.

Como sabemos, todo sujeito é levado a significar sua realidade de forma específica, a partir de formações discursivas (FD's) também específicas, às quais ele se identifica ao longo de sua prática sócio-histórica. Assim como essa forma de significar *individual*, posta em relação com outros sujeitos, identifica o ser enquanto pertencente a(s) determinada/s FD/s, e não a/s outra/s, por aqueles postos em relação com ele, ela também é responsável por assegurar a própria significação do sujeito para si. Analogamente a esse recorte da realidade feito pelo sujeito para significar(-se), a autoria opera uma seleção dos dizeres possíveis de serem proferidos pelo autor no seu texto.

Na verdade, enquanto instrumento de universalidade, o texto, para se autorializar, deve tentar apagar suas marcas enunciativas básicas, inscrevendo-se em uma linguagem de objetiva formalidade (Foucault: 2001). Destarte o sujeito deve, ao escrever, esvaziar-se enquanto sujeito de direito, para que sua voz seja o mais objetiva possível, na medida em

que deve dar coerência ao seu dizer e apagar marcas de heterogeneidade, típicas do sujeito. Essa forma de trabalhar a linguagem dá ao texto uma impressão de originalidade, de fonte do dizer, de coerência em si mesmo, e ao autor a de responsabilidade, de unidade.

Em outras palavras, assim como o sujeito não revela a realidade tal qual ela é, mas opera determinada secção do mundo, ao (o)pôr-se em relação com (a)o Outro, a autoria também submete a uma secção essa *realidade-sujeito*, que passa a enunciar de dentro de selecionada/s, e bem determinada/s, FD/s posta/s em relação com outra/s contida/s em outro/s texto/s, os quais são responsabilidades de outros autores (ou, simplesmente, da alteridade).

1. 2. Autor: Princípio x função

Seguindo um raciocínio como esse que acaba de ser definido, qualquer texto seria capaz de ser autorializado, desde que o sujeito pudesse apagar certas marcas enunciativas suas constitutivas em favor de uma organização textual. Entretanto - como já nos referimos há pouco - não são todos os textos responsáveis por um princípio de autoria, muito embora quase todos possam ser dotados de funções *autorais*. Expliquemo-nos melhor, de acordo com as considerações de Dantas (2007, p.99):

"O *princípio de autoria* e a *função-autor* diferem apenas em relação ao que querem atingir: o princípio de autoria organiza o texto, diz onde ele começa e onde ele termina, pontuando o seu desenvolvimento, já a *função-autor* é mais uma maneira de situar o(s) discurso(s) em relação a seu interdiscurso, passeia entre os diferentes lugares do dizer (as formações discursivas) e, como resultado da tensão constitutiva destas, escolhe a maneira de dizer o seu discurso". [grifo nosso]

De outro modo, diríamos que, enquanto a autoria (princípio) pode ser responsabilizada por seu discurso, na medida em que podemos remeter a um nome identificado na sociedade, e ao qual um grupo de discursos/textos acha-se estritamente ligado, constituindo a identidade discursiva do autor e a fonte desse dizer; a função-autor seria apenas uma instância casual de agrupamento do dizer, cuja posição pode não

estar muito bem determinada no quadro das relações sociais e históricas. Uma vez que o que há nesse tipo de acontecimento é a formulação e reformulação dos vários interdiscursos constituintes dos/nos mais diversos textos a que estão expostos, a função-autor é fato contribuinte para um efeito de literalidade.

Feita essa diferenciação básica, podemos partir agora para nosso próximo aspecto: o da forma como a autorialidade se dá nos gêneros de discurso literários.

1. 3. Autorialidade do discurso literário

Segundo Foucault (1999, p. 26), "o autor é um princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações" e "é, das dimensões enunciativas do sujeito, o que está mais determinado por sua exterioridade (contexto sócio-histórico) e mais afetado pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade etc." (Orlandi: op. cit, p.61). Ora, dizer que ele é o mais determinado por sua exterioridade significa responder as seguintes questões, algumas já levantadas por Michel Foucault, arranjadas de acordo com Galinari (2005, p.46):

§ "Em que medida nossa visão do texto muda quando nos deparamos com o autor (ou quando construímos sua figura)?"

§ "Qual a relação do texto com o autor? De que maneira o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente?"

§ "Em relação à produção de um escritor, cada texto constrói o seu próprio autor ou existe apenas um autor para todos os textos?"

§ "O que é um autor? Quem fala? O autor é quem fala?"

Refletir sobre essas questões é uma prática necessária para todo sujeito interessado na constituição da autorialidade (não só literária como qualquer outra), entretanto, essa reflexão leva-nos a uma infinidade de outras questões conseqüentes e respondê-las ou encerrá-las não será objetivo de nosso trabalho devido às próprias limitações de um gênero como este e da relativização de muitas das respostas. Contudo, achamos necessárias algumas considerações como:

a) Uma obra (em nosso caso, literária) tende a ser lida de forma diferente quando sabemos quem é seu autor. Aliás, uma das primeiras perguntas feitas por aquele que tem uma obra indicada à leitura é "De quem ela é?", "Foi escrita por quem?", "É de *fulano*?", sob pena de se medir sua importância ou relevância para a leitura ou seu julgamento. Mesmo nas academias a quantidade de trabalhos referentes a autores - digamos - de maior prestígio supera alarmantemente aqueles sobre poetas ou escritores estreados ou *emergentes*.

b) Muitas vezes, o sujeito empírico, ou melhor, sua personalidade (identidade-sujeito) construída pela sociedade, sua entidade biográfica, assume ares de autor e sua obra é julgada em favor das atitudes daquele/s e não deste.

c) A forma de delimitação da obra de um autor sofre coerções de diversas naturezas, como estilo, temática, gênero predileto etc., mas mais do que tudo ela é o resultado de um processo de apagamento do *sujeito real*.

d) A quantidade de autores de uma obra é relativa e sofre coerções do tempo ou da sociedade em que ela surge. Ela tanto pode ser o resultado de uma única mente agrupadora de discursos quanto de toda uma raça. Ela tanto pode estar sob a égide de um nome jurídico no mundo como de um pseudônimo, este tanto pode estar vinculado a uma linha de pensamento x como a outra de y (pensemos, por exemplo, em Fernando Pessoa e seus heterônimos).

e) Quanto às últimas questões (o que é o autor?, quem fala? e se é este quem fala?), nossas considerações anteriores em torno do que é o autor, se não elucidam, ao menos podem dar um primeiro suporte teórico para suas principais conjecturas.

Estas considerações, embora iniciais, muito podem auxiliar na descoberta de que esse sujeito-autor não é um elemento de fácil apreensão ou reconhecimento, mas um ser de construção e esquivo, produto de fatores sociais e históricos. E a literatura, assim como o autor, não têm uma essência em si mesma, mas também apresenta-se enquanto produto criado e de criação do mundo.

Nossas análises, a seguir, embora não tenham por objetivo principal demonstrar os pontos arrolados acima, estabelecem certa relação

entre a constituição dos vários discursos materializados nas cartas do futuro poeta Augusto dos Anjos e sua adoção literária na obra do autor, acreditamos que o processo de evolução do poeta refina estes discursos todos, que a princípio aparecem em deslocado e isolado, para em seguida adquirirem uma organicidade unitária e coerente em sua obra.

2. ALGUMA ANÁLISE

Para nossas análises, recorremos a *recortes* de três cartas do poeta Augusto dos Anjos, de um total de cento e vinte, enviadas mesmo anos antes de sua estréia enquanto escritor, endereçadas à sua mãe, D. Córdula de Carvalho Rodrigues dos Anjos, intimamente tratada, pelo poeta, por *Sinhá-Mocinha*. As cartas estão reunidas na obra completa do autor (Anjos: 1994), junto de diversos outros documentos biográficos, assim como várias outras cartas escritas a familiares e amigos. Elas foram escritas entre 1902 e 1914 e, embora admitam certa heterogeneidade, seguem, grande parte das vezes, uma estrutura regular: *local e data*; *vocativo* - {[minha (prezada) (boa) (cara)] Sinhá-Mocinha} -; *preâmbulo* (geralmente dedicado às considerações sobre a saúde da família); *corpo da carta (conteúdo)*; *despedida*; *assinatura* e *pós-escrito*. Transcrevemos, abaixo, recortes do *conteúdo* dessas diversas cartas, dos quais delimitamos tratar apenas o aspecto, muito recorrente em suas correspondências, da *subjetivação literária*¹. Tal processo é responsável pela construção dos traços literários do escritor e refere-se a uma construção identitária do sujeito, o que por vezes, lembra a sua lírica. Em seguida, analisaremos a forma como estes discursos rearranjam-se em uma das peças de sua obra (o *Poema Negro*).

2.1 - Subjetivação literária

Tomamos por *subjetivação literária* o processo pelo qual o sujeito se significa a si mesmo em suas correspondências, numa busca pela própria coerência. Daí, selecionarmos enunciados como os seguintes, reunidos sob esta temática:

Estudos e glórias

O trecho abaixo diz respeito ao relato feito pelo futuro poeta Augusto dos Anjos à sua mãe sobre a inscrição na faculdade de direito do Recife.

*Não fi-lo, há mais tempo, porque preciso estudar alguns pontos de que não fiz aí estudo regular. É que caem para exame todos os pontos exigidos pelo programa, e eu não esperava por essa **surpresa tão desagradável**.*

*Entretanto, confio na minha aprovação. **Não faço questão de grau. Sair aprovado - eis em que se resume todo o meu ideal. Por isso estudo.** [...] Aqui todos me prodigalizam um tratamento que muito me penhora. [...] **Pouco saio de casa; à noite somente, procuro espairecer o espírito perseguido pela imagem obsessora deste espectro - o exame.** (27/02/1903)*

Podemos perceber, acima, ao menos duas formações discursivas materializadas no texto do jovem Augusto dos Anjos, quanto ao tratamento do ato de estudar: a primeira, refere-se ao fato de que o estudo é responsável por um reconhecimento (diploma ou título), dentre os diversos seres da sociedade, daqueles mais dedicados a ele (remetendo a uma preocupação mais quantitativa desta tarefa: prática do *quem sabe mais é o melhor*), o que resulta de um trabalho (*Por isso estudo*) e aponta para uma profissão, que será denominada de FDI; a segunda, em que estudar é um ato de crescimento/reconhecimento individual, em que sua prática mais do que quantitativa deve-se a sua qualidade (*quem melhor sabe, melhor é*). O futuro poeta parece filiar-se basicamente a uma segunda formação, tal é sua indignação (*surpresa tão desagradável*) quanto à exigência de toda a programação cair no exame, assim como sua noção idealista de estudo (*Não faço questão de grau / Sair aprovado / Por isso estudo*), a que denominaremos FDI. Temos, assim, uma distinção, nesse recorte, entre formação discursiva do trabalho, em que a subjetivação se dá pelo reconhecimento do Outro ao seu esforço pessoal, e uma formação discursiva idealista, em que a subjetivação se dá pela representação positiva do sujeito de si mesmo.

Outro aspecto evidente é o de que o autor parece consolar e/ou justificar-se a sua mãe. Em "*Pouco saio de casa; à noite somente, procuro espairecer o espírito perseguido pela imagem obsessora deste espectro - o exame*", o escritor da carta, valendo-se de sua construção

imaginária, antecipa à mãe sua conduta disciplinada de preparação para o teste. Notamos, com isso, que essa forma, evidente para o poeta, nega sua relação com o mundo, já que restringe suas atividades apenas à sua própria preparação. De fato, o exame é visto como uma fantasmagoria que o persegue e a única imagem de esparecimento do poeta é a da paisagem noturna, o que caracteriza um discurso de adiamento, ou mesmo de negação do desejo e da diversão, em favor das aspirações maternas (FDt) mais concretas (um título ou aprovação). A imagem do espectro-exame caracterizaria assim também uma tensão entre sua FDi e a atitude típica de uma FDt: notamos, por exemplo, que sua visão *idealista* (de reconhecimento do próprio saber) é perseguida pelo e através do *trabalho* (*preciso estudar*).

Neste outro trecho, o autor escreve informando sua aprovação apenas ao primeiro ano da faculdade, malogrando suas expectativas de ingressar em ano ulterior.

Realizei assim todo o meu ideal, as minhas aspirações todas. Fui bem sucedido, e os sacrifícios que Vm. ^o fez por mim com tão boa vontade, se não foram galardoados com um laurel de glórias, ou uma coroa de ouro, não se perderam, entretanto. Estudei muito, e alenta-me a consciência de que sei alguma coisa.

[...] Há de lembrar-se das inúmeras dificuldades que surgiram de todos os lados quando se projetou aí minha viagem. Tudo se manifestava inteiramente infenso à sua realização. A paciência, a coragem, a esperança, venceram por fim. Aqui os ventos da felicidade não quiseram também abençoar-me, mas eu tive coragem, esperança e paciência e fui finalmente bem sucedido. Eis porque estou satisfeito, e eis porque penso que Vm. ^o ficará também satisfeito. Tenciono em breve tempo estar aí[...] Sim! que ao chegar a essas plagas em que sempre vivi, à sombra de seus afetos e desvelos, possa reavivar-se-me n'alma a chama desta esperança consoladora que me conduz na vida! (Recife, 25 de março de 1903).

Assim como no recorté anterior, há a mesma tensão entre a FDt e a FDi. A FDi reconhece parte de sua vitória nas virtudes da paciência, coragem e esperança, adquiridas pelo jovem em sua busca por reconhecimento pessoal, entretanto, não demonstra grande satisfação, embora pareça querer dizer o contrário em algumas passagens, já que,

para isto, necessitava também de um reconhecimento de seu trabalho pelo Outro, que só viria pelo *laurel e a coroa de ouro* (a aprovação em outros anos). Já a FDt, por sua vez, não apresenta-se sequer em parte satisfeita, uma vez que seu reconhecimento só é dado a nível individual (*Estudei muito, e alenta-me a consciência de que sei alguma cousa*). Em outras palavras, diríamos que o ideal do jovem Augusto dos Anjos provinha de seu reconhecimento, no Outro, de si mesmo reconhecido, já que seria responsável por uma subjetivação positiva do sujeito. Ou seja, a subjetivação literária requerida pelo autor seria aquela em que houvesse conjugação entre FDt e FDi, de forma interdependente e diametralmente organizada – princípio esse de organicidade e coerência interna, o qual o autor só atingirá na formulação de sua obra, e que melhor analisaremos no subitem que segue-se a este: o de 2.2.

Há, também, neste segundo recorte, a presença, mais uma vez, da justificativa à sua mãe, cuja argumentação busca nova significação para a palavra *vitória*. Percebemos, por exemplo, que o autor põe em xeque toda uma tradição clássica de *reconhecimento* em favor de sua defesa/argumentação: o laurel de glórias e a coroa de ouro referem-se às ofertas feitas aos heróis gregos ou aos conquistadores romanos por seus atos de grandiosidade e bravura. A negação, por parte do futuro poeta, se dá, aqui, por ele significar à Sinhá Mocinha o seu não reconhecimento destes ideais numa simples aprovação, mas ver nas virtudes adquiridas, da paciência, esperança e coragem, uma nova recompensa. Percebemos, entretanto, há pouco, que este reconhecimento supria apenas parte de sua FDi, o que demonstra ainda uma necessidade de reconhecer-se reconhecido pelo Outro. Este reconhecimento, como dissemos, dar-se-ia pelo também reconhecimento de seu trabalho (FDt), daí a necessidade, por parte do jovem, das explícitas alusões ao fato de *dificuldades* terem surgido desde sua partida. Embora essas dificuldades estejam, factualmente, silenciadas em seu discurso, ao que parece, sua mãe teve uma importante parcela de responsabilidade à realização de sua viagem. Essa responsabilidade deu-se, provavelmente, através de uma injunção ao fazer do jovem Augusto: atentemos, por exemplo, para o emprego do *também* (em **nêgrito**) em que o estudante tenta projetar sua satisfação (?)

para sua mãe após toda a argumentação encerrada no trecho transcrito, talvez numa tentativa de não deixá-la tomar suas (dela) atitudes por práticas vãs.

Em nosso próximo trecho, temos um relato de sua prática enquanto estudante da faculdade de direito do Recife:

Minha vida social aqui decorre dos meus atos simples de estudante apegado aos livros. Leio de manhã à noite, não paro de ler numa febre de colher maiores conhecimentos que alguns colegas, não sei se por incapacidade, demonstram aborrecer-se, reprovando-me a dedicação a ponto de recusar freqüência a festinhas de família. Tem um deles, engraçado, com tintas de filósofo, que diz estar eu “perdendo o tempo”. Francamente, eu às vezes assim penso, mas sigo o meu destino. (Recife, 21 de maio de 1907).

Percebemos, assim como no primeiro trecho transcrito, uma caracterização do seu ato estudantil enquanto prática doentia (note-se o uso de *febre* aqui, e lá, a imagem *obsessora* e de *perseguição do espectro-exame*) e anti-social (*recusa de festas*): discurso de adiamento. Desta vez, a qualidade de sua ciência, seu idealismo, efetiva-se no ato, trabalho, compulsivo de ler - conjugação das duas práticas anteriormente expostas, a de que *quem sabe mais é o melhor* e a de que *quem melhor sabe, melhor é* -; talvez por não ter logrado o êxito esperado no passado, o autor tenha decidido correr atrás do tempo perdido.

De fato, o que temos, neste trecho, é uma heterogeneidade de vozes que opina de forma contraditória: a oposição entre um ato que vê nessa atitude doentia de se estudar, ora um sacrifício a ser recompensado (a alusão à colheita de maiores conhecimentos), ora pura perda de tempo, note-se que ao filósofo é dada uma visão fatalística das coisas, como uma espécie de profeta da descrença ou da desesperança. Este último discurso, interessadamente, evidencia naquele sujeito que é reconhecido *com tintas de filósofo*, e que, por isso, representaria uma visão reflexiva diferenciada diante do mundo, um ser desacreditado pela própria ciência (nos dois sentidos da proposição: tanto pelo *filósofo*, quanto pela sua ciência).

O jovem, embora concorde com esta simples fatalidade (*assim penso*), assume seu *destino*, não numa visão religiosa, de determinação

divina, já que o próprio ato de o rapaz querer ascender em sua posição social, ao estudar mesmo reconhecendo suas próprias limitações (como o fato de ele querer superar aos outros garotos atesta), negaria tal posição; mas, pelo contrário, sua forma doentia é apresentada numa espécie de resolução predeterminada (injuntiva) pelo jovem (talvez pela própria família, a que a mãe assume papel central nestas correspondências: lembremos do fato de que suas cartas assumem, vez por outra, caráter justificativo).

No que tange à interpretação desses discursos, percebemos que, embora se tratem de cartas, cuja reversibilidade de papéis não é explícita, no entremeio do discurso do autor de EU ainda em formação, embora quem escreva seja o próprio jovem, perpassa, de forma superior, a voz de sua mãe e/ou de sua família, além daquela da sabedoria conquistada. De fato, o poeta é perseguido não por um fantasma-exame, mas por toda uma gama de fantasmas-cobrança (familiares, sociedade, comunidade acadêmica, preceitos filosóficos) que o perseguem, e em que sua voz é quase sempre diminuída e negada às trevas do conhecimento do Outro. Só para citar dois exemplos de interdição, apontaríamos o segundo fragmento em que, embora o futuro poeta esforce-se por fazer-se acreditar feliz, escapa-lhe a imagem de consolo ao retornar às plagas de sua terra, assim como, no terceiro fragmento, embora convicto do destino traçado para ele, este reconhece sua fatalidade. A propósito da subjetivação literária contida nestes três recortes, diríamos que o fato de ela se dar numa busca de significação de si para si mesmo colabora para a identificação, por parte do analista, das condições de assujeitamento desse sujeito que a produz. De fato, sua visão destinada e idealista de sua prática estudantil cria um simulacro que significa diferentemente o autoritarismo injuntivo de sua família-mãe e a fatalidade existencialista reconhecida no trabalho.

2.2. Arranjo autorial

A seguir, verificaremos o modo como alguns discursos do poeta Augusto dos Anjos buscam, em uma de suas formas-sujeito – a do estudioso –, adotar uma corporeidade, necessária à sua autoria, nestas duas estrofes iniciais do *Poema Negro*, abaixo transcritas:

Um sujeito iludido?

**Para iludir minha desgraça, estudo.
Intimamente sei que não me iludo.
Para onde vou (o mundo inteiro o nota)
Nos meus olhares fúnebres, carrego
A indiferença estúpida de um cego
E o ar indolente de um chinês idiota!**

**A passagem dos séculos me assombra,
Para onde irá correndo minha sombra
Nesse cavalo de eletricidade?!
Caminho, e a mim pergunto, na vertigem:
- Quem sou? Para onde vou? Qual minha
origem?
E parece-me um sonho a realidade.**

(Poema Negro, op. cit.)

Seguindo raciocínio semelhante àquele das análises anteriores, podemos afirmar, mais uma vez, a presença de um jogo de tensões entre os elementos das duas formações discursivas já caracterizadas: a FDi e a FDt. Os versos remetem, em um nível lingüístico (e somente nele), a uma oposição entre as duas formações discursivas, na medida em que intradiscursivamente conjugam interdiscursos de naturezas distintas; enquanto que, no nível da subjetivação autorial, a busca é a de uma organização para os fatores de ambas FD's.

Note-se que a palavra *desgraça*, segundo dicionário Aurélio, pode aludir, entre outros, aos seguintes significados:

"1. Sucesso funesto; má sorte, infortúnio, desdita, infelicidade, desventura. 2. Miséria, penúria. 3. Privação da graça de alguém; desfavor. 4. Aflição, ansiedade, angústia. 5. Fam. Calamidade (3). 6. Pop. Pessoa inábil, incapaz, inepta." (FERREIRA: 2000).

Logo, o ato de trabalho estudantil do poeta (FDt) apresenta-se como uma prática metódica que tem por finalidade iludir sua má *destinação*, sua visão de si como alguém incapaz, buscando no reconhecimento a que o Outro pode vir a ter dele, àquele que o próprio autor não tem de si mesmo.

Essa forma de reconhecimento de si pelo outro, contribui, por sua vez, para que o autor crie uma idealização de si enquanto ser reconhecido no futuro, ou seja, na medida em que o autor projeta sua própria vitória nele, mesmo que em um nível posterior, este já se interpreta vitorioso, reconhece(-se vitorioso n) o próprio esforço (FDi) (*intimamente sei que não me iludo*). Nota-se, por exemplo, que a necessidade de auto-identificação/identidade, expressa nas afirmações “(a) *Quem sou?* (b) *Para onde vou?* (c) *Qual minha origem?*”, interpela o autor para que este idealize sua própria condição de estudioso, que deve (b) visar elemento ulterior a sua efêmera existência, como alguém capaz de ascender escalonadamente a um *éthos* de progresso, uma vez que (a) reconhece a posição em que se encontra momentaneamente, conseguida pelo próprio trabalho, como apenas um estágio, o que já é vestígio de superação de (c), ou seja, do seu ponto de partida, origem, a que este já superou.

Essa *passagem dos séculos*, a que se refere o autor, visa demonstrar certa fatalidade de suas ações autorais, talvez como àquela do filósofo, que, mesmo, necessita reconhecer-se respaldado, em meio a tantos avanços tecnológicos a que ele está exposto (*cavalo de eletricidade*).

Além do que, o fato de o poeta não reconhecer-se enquanto ser real, mas onírico, pode aludir à idéia de que o autor apresenta sua constituição enquanto ser de construção constante, de homem imaginário, projetado ao mundo por fatores outros como os da família e os da sociedade (*E parece-me um sonho a realidade*). A lírica, por sua vez, em contrapartida a essa subjugação, é responsável pela exacerbação de um EU, de uma subjetividade, ou seja, mais do que tudo são os valores próprios ao sujeito que contarão para sua formulação identitária nesta nova caminhada: na medida em que não há mais espaço para a reversão de papéis (entre autor e família) ou a qualquer interdição de seu dizer (mesmo que ideologicamente), a voz aqui é a de sua própria identificação em si mesmo.

Nota-se também que a semelhança discursiva entre as cartas e o poema existe, afinal foram escritas por um mesmo sujeito – tomadas, é claro, suas devidas posições (funções) sociais proporcionais, assim como sua especificidade enunciativa em cada um dos gêneros. Além de nossa observação, também, acerca de uma *função autor* organizar o primeiro gênero e, em contrapartida, a *propriedade autorial*, o segundo.

Entretanto, enquanto naquelas primeiras formas materiais (nas cartas) os discursos ora apresentavam uma justificativa para sua prática estudantil baseada tão somente no trabalho - enquanto elemento de reconhecimento de si pelo Outro, caso expresso aos familiares por uma compulsão leitora e pelas recusas às festas -, ora, uma outra, que via, a si mesmo justificado no aprender enquanto um ser de virtudes individuais e/ou prazerosas de obtenção do conhecimento - mesmo quando estas duas FD's apresentavam uma tensão em relação a si; o que acontece em sua autorialidade é justamente a síntese dessas duas posições. Nota-se que a divisão que fazemos está apenas no nível lingüístico: o prazer a que o sujeito almeja é aquele que será conquistado pelo reconhecimento de seu trabalho por um Outro. Ou seja, FDt e FDi tornam-se faces de uma mesma prática.

Além do que, enquanto naqueles enunciados primeiros o autor parecia agir em função de uma ordem injuntivo-familiar, aqui, no poema, o autor assume uma ordem de injunção própria que vê no seu trabalho uma forma de se inscrever no futuro e superar qualquer elemento de seu contexto social de cobrança externa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas análises quiseram demonstrar, e o fizeram, a forma como o sujeito esvazia-se de sua posição social no mundo, passível de contradição, para assumir, através da autoria, uma corporeidade unitária e coerente: o fato de os discursos apresentarem-se mais deslocáveis e identificáveis em nível de oposição nas cartas de que no poema (de fato, neste último, a oposição só se dá em termos de interdiscurso) é fato comprobatório de eles melhor se organizarem pela autoria. Embora concordemos com o fato de as cartas também possuírem uma organicidade, caracterizadas por nós enquanto uma *função autor*, percebemos a maneira extraordinariamente distinta com que os enunciados mobilizados numa das peças da obra de Augusto dos Anjos se apresenta. O que nos leva a defender a posição de que há distinções entre *função* e *propriedade* autorial muito mais específicas do que, simplesmente, aquelas que reconhecem, por exemplo, sua elevada forma estética - só para citar um elemento da literatura.

Em sentido amplo, a forma como abordamos o gênero *carta* em nosso trabalho pode auxiliar na observação de alguns de seus aspectos discursivos constituintes, visando levar o aluno a refletir sobre as condições de produção em que estas foram elaboradas, assim como a observar a divergência/polissemia de sentidos a que podemos chegar graças às suas considerações sócio-históricas (estudo da materialidade simbólica).

Em um sentido mais restrito, diríamos que, na medida em que um gênero como a *carta* pessoal difere, extraordinariamente, de um texto poético e/ou literário, e por isso, não está estruturado em torno de uma linguagem eminentemente polissêmica como àquela, sua abordagem pode auxiliar no levantamento dos elementos de condicionamento contextual básicos de determinação dos discursos que vigoram na obra de um autor, auxiliando em sua leitura e/ou compreensão. Além do que, sendo o princípio de autoria o esvaziamento do sujeito, nada mais interessante do que, a partir da observação da relação sujeito/autor, estabelecida entre *carta*/obra, elucidar questionamentos e confusões conceituais, típicas de alunos secundaristas, no que se refere à diferença entre as duas categorias.

NOTA

¹ Não excetuando, é claro, outros aspectos também interessantíssimos, como, por exemplo, o da *objetivação científica*, o qual não tratamos aqui por questões espaciais. Aliás, era justamente nosso interesse inicial estudar a relação entre um e outro aspecto (subjetividade literária x objetivação científica) para a construção do discurso assumido pela autoria em sua obra. De fato, enquanto a subjetividade literária diz respeito a forma como o autor faz considerações a respeito de si mesmo, a objetivação científica trataria da maneira pela qual o sujeito faz considerações a respeito do mundo, compartilhando de sua visão ideológica com o analista, já que esta ocorre sobre um efeito de evidência.

4. REFERÊNCIAS

ANJOS, Augusto dos. **Obra completa: Augusto dos Anjos**. BUENO, Alexei (organização, fixação do texto e notas). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

- ANJOS, Augusto dos. **Eu e outras poesias**. ARNONI PRADO, A. (organização e fixação do texto). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- DANTAS, Aloísio de Medeiros. **Sobressaltos do discurso – algumas aproximações da análise do discurso**. Campina Grande: EDUFPG, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** In: Foucault: Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- FERREIRA, A. B. de Holanda. **Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- GALINARI, Melliandro Mendes. **A autorialidade do discurso literário**. In: MELLO, R (org). A Análise do discurso & Literatura. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2005.
- ORLANDI, Eni P. **Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito**. In: Discurso e leitura. São Paulo: Cortez/Campinas: Edunicamp, 1988.

A DIFERENÇA NO ESPAÇO “VIRTUAL” DA SALA DE AULA: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA DE PIADAS

Ludmila KEMIAK

Bolsista do PET-LETRAS (UFCG)

1. INTRODUÇÃO

Pensar o sentido sob a perspectiva da análise do discurso (AD) é teorizar acerca da opacidade, do deslize e da contradição. A língua, enquanto materialidade específica do discurso (que, por sua vez, é materialidade da ideologia), sob a frágil aparência de uma suposta unidade e autonomia, é a instância onde se condensam as contradições presentes no discurso. Nesse sentido, a língua não é um instrumento de comunicação translúcido e perfeitamente operante. A língua é falha e passível de equívocos ao se inscrever na história, existindo para comunicar e para não comunicar.

Nada melhor para observar as falhas, os equívocos, os deslizes e a pluralidade de sentidos do que a *piada* – gênero textual que circula nos mais diversos domínios discursivos e que tem como uma de suas finalidades produzir o riso. Ridicularizando a tudo e a todos (de grupos étnicos a instituições formais), a piada fala através de uma “voz sem nome”, ou seja, não há, geralmente, um autor conhecido desses textos, residindo nesse aspecto a grande liberdade que esse gênero textual possui para ridicularizar (e contestar) pessoas, sotaques, etnias, eventos da mídia e tudo o que se apresente como socialmente controverso.

Segundo Possenti (1998, p. 25), “Se você diz a alguém que estuda piadas, o primeiro efeito que produz ainda é o riso”. O que seria, para o autor, uma pena, uma vez que a piada fornece material para vários estudos (lingüísticos, sociológicos, antropológicos, psicanalíticos, etc). “Sociólogos e antropólogos poderiam ter nelas um excelente *corpus* para tentar reconhecer (ou confirmar) diversas manifestações culturais e ideológicas, valores arraigados.” (POSSENTI, *op. cit.*).

Pensando-se especificamente a Análise do Discurso, as piadas são de grande importância para a observação de muitos fatores: a relevância das condições de produção para produzir o efeito cômico; a questão da autoria, se pensarmos que a piada não tem um autor (a evidência de que há

discursos cuja origem não está ligada a um indivíduo); a heterogeneidade dos discursos (a piada parece ser criada propositalmente evocando outros discursos); a identidade e o estereótipo (na piada, a identidade de um grupo é posta em xeque por meio da estereotipia).

Partindo dessas considerações sobre a relevância desse gênero textual como objeto de estudo, analisaremos cinco piadas que versam sobre a temática escolar, problematizando a seguinte questão: *como* esses textos produzem o riso manifestado enquanto efeito de sentido? Para isso, teceremos algumas considerações a respeito dos processos discursivos responsáveis pelo efeito cômico que essas piadas produzem, ressaltando alguns conceitos da AD que se mostram mais relevantes para a análise dos textos.

O objetivo maior dessa pesquisa, ao tentar responder como as cinco piadas analisadas produzem o riso, é conhecer o funcionamento das representações da relação entre professores e alunos: verificar como está representada, na piada, a imagem que temos da escola, do professor e do aluno e as relações de poder estabelecidas no espaço da sala de aula.

2. METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O *corpus* desta pesquisa, conforme afirmamos acima, é composto por cinco piadas selecionadas em diferentes *sites* da Internet, de acordo com uma única temática (escolar). Para efetuarmos a análise, empregamos uma metodologia qualitativa, já que o presente estudo não teve por finalidade quantificar os dados – as piadas serviram para ilustrar alguns conceitos da AD, a fim de comprovar a relevância de analisar-se o discurso e não meramente as marcas lingüísticas para a explicitação do efeito cômico, embora reconheçamos o quão importantes são os aspectos lingüísticos.

Possenti (1998, p. 17), ao analisar diversas piadas, procura “descrever as chaves lingüísticas que desencadeiam nosso riso”. Todavia, o autor reconhece que “o efeito de humor deve ser considerado como não especificamente lingüístico, sendo a língua apenas (apenas?) um meio entre outros para provocar esse efeito de sentido”. (*op. cit.*, p. 23).

Concordamos com Possenti ao considerar a língua um meio entre outros (e não um meio exclusivo) para provocar o humor. Partindo dessa premissa, acreditamos que, ao nos determos nos aspectos puramente lingüísticos de uma piada, descreveríamos apenas *por que* esse texto provoca o riso. Nosso objetivo, no entanto, não é descrever tão somente o *porquê*, mas o *como*, ou seja, como esse texto produz sentidos (e, entre eles, o humor)?

Se procurássemos entender por que uma piada produz o riso unicamente a partir da análise dos elementos lingüísticos, estaríamos tentando responder à questão: o que esse texto quer dizer? Como essa pesquisa tem por fundamentação teórica a Análise do Discurso (especificamente a escola francesa), a língua não deve ser considerada algo transparente. Dessa forma, seria inútil tentar responder a esta questão. Segundo Orlandi (2000, p. 17), a AD “não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?”.

Tentando responder a esta questão, não desprezamos as marcas lingüísticas, apenas acreditamos que elas “não valem por sua evidência empírica e formal” (ORLANDI, 1994. p. 302). As marcas lingüísticas são “pistas”, sedimentadas e apresentadas como algo evidente, como se o sentido já estivesse lá. São, portanto, efeitos, *produtos* de uma ideologia. As análises que seguem procurarão descrever os *processos* e não os produtos, efeitos ideológicos. Para atingir esses processos de produção dos efeitos ideológicos, “a análise de discurso tem um aparato teórico-metodológico, um dispositivo em que se discriminam etapas de análise e se descrevem os procedimentos: a) superfície lingüística; b) objeto discursivo; c) processo discursivo.” (ORLANDI, *op. cit.*, p. 303).

Consideramos que a análise da superfície lingüística é apenas a primeira etapa do procedimento analítico. Para passarmos dessa etapa para a seguinte, operamos com o esquecimento número 2, no nível do *intradiscurso*, chegando-se, enunciativamente, à definição das diferentes formações discursivas (FDs) e à definição do objeto discursivo. O processo discursivo, por sua vez, é obtido ao trabalharmos o esquecimento número 1 (ideológico), em que as FDs são relacionadas com a ideologia no nível do *interdiscurso* (constituição do discurso).

O dispositivo analítico, ou seja, o dispositivo teórico “individualizado” pelo analista (ORLANDI, 2000), define-se pela questão proposta pelo analista, pela natureza do material analisado e pela finalidade da análise. Assim, partindo das premissas da AD (discurso, FD, Formação Imaginária, relações de poder e de sentidos, antecipações, paráfrase e polissemia, etc), o dispositivo analítico construído para a análise das piadas, suscita, inicialmente, a seguinte questão proposta acima: como esse texto produz um efeito cômico?

Para responder a essa pergunta, a natureza do material analisado (piada) nos fornece uma resposta inicial (embora muito superficial): o gênero textual *piada* objetiva produzir como efeito de sentido o riso. No entanto, a finalidade da presente análise procura ir além da constatação do objetivo do gênero no qual o texto se estrutura. A análise, considerando os textos expostos a seguir como objetos simbólicos, procura entender como ele produz sentido (s) para e por sujeitos atravessados (interpelados) pela ideologia.

Ao analisarmos piadas que versam sobre a temática escolar, destacamos alguns conceitos que melhor elucidam as conflituosas relações entre professores e alunos postas em cena, entendendo que esses conceitos são suscitados a partir da observação das representações imaginárias que a sociedade tem acerca da instituição (escola), do professor e do aluno. Trata-se dos conceitos de FD, identidade, silenciamento e relações de poder. Não nos deteremos a explicitar, aqui, esses conceitos. Ao invés disso, ao longo das análises, faremos algumas definições que julgarmos necessárias.

3. ANÁLISE DOS DADOS

PIADA 1

A classe era a mais terrível da escola. A meninada simplesmente virava tudo do avesso, sob o comando do implacável Joãozinho. Irritado com seus alunos, o professor lança um desafio:

- Vocês são muito bons pra avacalhar a minha aula, mas vamos ver se têm também um pouco de auto-crítica. Eu sei que aqui tem alunos muito burros. Mas vocês se reconhecem como tal? Aquele que se julgar burro, faça o favor de ficar em pé.

Todo mundo continua sentado, no mais completo silêncio. Alguns minutos depois, Joãozinho levanta-se, solenemente.

- Ah ... – disse o professor, com um sorriso irônico nos lábios – Quer dizer que você se acha burro?

- Bem, pra dizer a verdade, não! – respondeu o Joãozinho – Mas fiquei com pena de ver o senhor aí, em pé, sozinho!

O efeito cômico, se observarmos, inicialmente, a superfície lingüística do texto (organização da língua), é decorrente da fala do aluno que decide se levantar. Nessa fala, há uma quebra de expectativa: o professor, "irritado com seus alunos", solicita que "aquele que se julgar burro" fique de pé. Como Joãozinho levantara-se, espera-se que ele estivesse tão somente acatando uma ordem, demonstrando auto-crítica ("Vamos ver se têm também um pouco de auto-crítica"). A atitude, no entanto, é uma ofensa a seu mestre.

Observando o funcionamento do discurso enquanto forma material, passando-se, assim, da superfície lingüística para o objeto discursivo, resgatamos duas Formações Discursivas (FD). O professor ocupa uma FD autoritária, expressa, lingüisticamente, por afirmações categóricas ("Vocês são muito bons pra avacalhar a minha aula" / "**Eu sei** que aqui tem alunos **muito burros**"); pela evidência da primeira pessoa como forma de afirmar sua autoridade ("A **minha** aula" / "**Eu sei** que aqui tem..."); pela ironia ("- Ah... – disse o professor, com um sorriso irônico nos lábios").

Os alunos, embora identificados como "A classe mais terrível da escola", pertencem a uma FD subjugada pela autoridade do professor, como é evidenciado através do silêncio da turma ("Todo mundo continua sentado, no mais completo silêncio"). O silêncio não representa meramente uma recusa dos alunos em assumirem-se "burros", mas um efeito do conflito entre a autoridade e aqueles que são subjugados por essa autoridade, como também uma forma de resistência, uma reação sobre uma ação autoritária.

Da mesma forma, o desafio do professor é uma afronta a seus alunos, uma manifestação de seu poder que lhe concerne o direito de julgá-los como "muito burros". A sala de aula é o arquétipo da representação do

poder e da obediência (a própria forma como se estrutura): o professor na frente, geralmente de pé e os alunos sentados, calados, ouvindo o que ele fala.

O aluno que aceita o desafio do professor e o ofende, insinuando que burro era o professor e não ele, representa uma transgressão a essa ordem, produzindo o riso como efeito de sentido. Essa transgressão só é possível porque se filia a uma formação ideológica que historicamente produz uma forma-sujeito que tem a crença de autonomia e liberdade individual, ou seja, o sujeito-de-direito da sociedade capitalista, sujeito subordinado às leis com direitos e deveres (HAROCHE, 1997. apud ORLANDI, 2000).

Como o aluno Joãozinho foi ofendido pelo professor, ele se julga no direito de ofender, transgredindo a autoridade do professor. Percebemos, portanto, como “o sujeito já tem sua posição determinada” (ORLANDI, 1996): na piada analisada, Joãozinho, ocupando a posição previamente determinada de sujeito-de-direito que tem liberdade de agir, subverte a ordem, quebra as regras.

Poderíamos argumentar que, em toda manifestação de poder, há uma reação a esse poder que se impõe, reação esta que se manifesta desde a forma mais pacífica (greve de fome, o silêncio como contestação) até a forma mais violenta (atentados, seqüestros, etc). Em todos os períodos históricos e em todas as sociedades existem formas de contestação, logo, a reação de Joãozinho não é exclusividade da sociedade atual que produz o sujeito-de-direito. O que queremos ressaltar, porém, é que a forma de assujeitamento de nossa sociedade contemporânea, pautase no princípio de que o indivíduo tem o direito de agir se for diretamente ofendido. Certamente em uma sociedade espartana na Antiguidade Clássica, um aluno ofendido não teria a mesma liberdade de reação que o Joãozinho do século XXI, o que o levaria a procurar outros meios de reagir e, portanto, de significar (se).

PIADA 2

Sabe Quem Sou Eu?

Dia de prova na faculdade. Todos os alunos tensos. Entra na sala aquele professor carrasco de quem todos têm medo e diz:

— *O horário de entrega das provas é dez em ponto. Ouviram? Dez horas em ponto! Se alguém me entregar a prova às dez e um, eu não vou aceitar.*

E então se inicia a prova. Muitos alunos acabam rápido, outros demoram mas conseguem entregar até as dez horas. Apenas um aluno continua fazendo o exame. Quando o professor está se preparando para ir embora, o aluno levanta e vai entregar a prova:

— *Tá aqui, professor!*

— *Agora eu não vou aceitar mais!*

— *Como não?*

— *Eu deixei bem claro que só aceitaria provas até as dez horas.*

— *Professor... O senhor sabe com quem está falando?*

— *Não, não sei...*

Então o aluno pega a pilha de provas, coloca a sua no meio, e diz:

— *Então descobre filha da puta...*

Na superfície lingüística do texto em análise, o humor é assegurado pela fala do aluno que pergunta: “Professor... O senhor sabe com quem está falando?”. Constatando que o professor não o conhece põe sua prova no meio das demais e, jocosamente, desafia o professor: “Então descobre...”. Como o professor não sabe o nome do aluno, será impossível descobrir qual é a prova daquele que desacatou uma imposição autoritária (a entrega da prova às 10 h em ponto). A estrutura dialogada faz a história fluir rápida, ágil, caminhando sem rodeios para seu desfecho onde se encontra o efeito cômico – característica essa do gênero “piada”.

Passando-se da superfície lingüística para o objeto discursivo, resgatamos duas formações discursivas que se encontram em conflito: a FD autoritária do professor, aquele que detém o poder e que, utilizando-se desse poder, impõe suas ordens (“O horário de entrega das provas é dez em ponto. Ouviram? Dez horas em ponto! Se alguém me entregar a prova às dez e um, eu não vou aceitar”); a FD dos alunos dominados pela autoridade do professor, destinados à obediência, mas que encontram uma forma de reação.

Essas FDs constituem-se pela repetição (paráfrase) da ordem do professor e da obediência, do silêncio dos alunos. O que causa a quebra dessa estabilidade e, conseqüentemente, o efeito cômico é o conflito entre

as FDs, a forma como o discurso do aluno que não entregou a prova na hora certa é atravessado por um discurso que não faz parte de sua FD, o que representa uma ruptura em uma sociedade estruturada a partir de relações hierarquizadas de poder. Nesse ponto, passamos ao processo discursivo ao observar como se dá o processo de significação do discurso do aluno num determinado momento sócio-historicamente constituído através da ideologia do poder, do jogo de dominação dos detentores do poder sobre aqueles que lhe devem obediência.

O aluno, enfrentando o professor, fala: "O senhor sabe com quem está falando?". Esse discurso é típico de uma FD autoritária, na qual o indivíduo impõe a outro sua identidade ("Eu sou importante, você me deve respeito"). Tal discurso seria mais característico do professor. Sendo, no entanto, enunciado pelo aluno, produz um duplo sentido (polissemia): na perspectiva de autoridade, se o aluno enunciasse a partir da FD do professor, esse discurso seria uma imposição de seu poder; na perspectiva do aluno, subjugado pela autoridade do professor, o aluno apenas certifica-se de que não é conhecido pelo seu mestre.

Orlandi (2000) afirma que "o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno". Na piada analisada, a fala do aluno ("O senhor sabe com quem está falando?") significa (vale) menos que a do professor. O humor está atrelado a essa projeção: enunciando um discurso que não é típico de sua FD, o aluno, por um instante, projeta-se para a posição discursiva assumida pelo mestre. Quando, porém, desafia o professor a descobrir que é ele, colocando sua prova no meio das demais, o aluno retorna a sua posição discursiva inicial, e a pergunta "O senhor sabe com quem está falando", adquire novo significado.

Por último, observamos que essa piada é estruturada a partir de estereótipos construídos socialmente, isto é, a partir de imagens discursivas: a figura do professor intransigente, autoritário, "carrasco", que sequer conhece seus alunos e que impõe medo ("Todos os alunos tensos"); a figura do aluno "esperto", rebelde, que rompe com as regras pré-estabelecidas em prol de seu bem-estar.

PIADA 3

O Primeiro dia de aula

O menino voltou do seu primeiro dia de aula, e o pai lhe perguntou como havia se saído.

- Não volto mais lá. – respondeu indignado.

- Mas por quê?

- Não sei ler, não sei escrever... de jeito nenhum me deixam falar... Então o que é que vou fazer lá?

Para analisar essa piada é preciso pensar o silêncio - e pensá-lo sob a perspectiva discursiva. Aqui, o silêncio do aluno, impossibilitado de falar (“de jeito nenhum me deixam falar...”), de expressar-se através da escrita (“Não sei ler, não sei escrever”) nos remete à imagem de uma escola autoritária, onde os alunos são proibidos de expressar-se livremente. O texto, breve, sucinto, não fornece nenhuma informação direta sobre a escola, sobre o contexto da sala de aula que deixou esse aluno indignado. Assim, nos entremeios das palavras, nas fissuras resgatamos as formações discursivas (FDs), apreendemos o processo de significação do discurso, entendendo que este tem sua materialidade ligada ao silêncio, à política do silenciamento.

Segundo Orlandi (1992), o silêncio, sob a ótica discursiva, é condição necessária para a produção de sentido. Estando na base da polissemia, o silêncio é a “incompletude” (do sujeito-do-discurso e da linguagem), sem a qual haveria a “asfixia” do sujeito e o sentido das palavras estaria destinado à sedentarização. O silêncio é, portanto, fundador, base da significação, aquilo que está entre as palavras e que as atravessa.

O silêncio pode também ser categorizado por sua dimensão política (categorização essa que nos interessa na análise desta piada) – a chamada “política do silêncio” em que são estabelecidas duas formas de representação: a) o *silêncio constitutivo*, segundo o qual “dizer e silenciar andam juntos” (ORLANDI, *op. cit.*), à medida que para dizer X o sujeito, enunciando a partir de uma FD determinada, não diz y, silenciando “outros” sentidos possíveis que se inscreveriam em outras FDs; b) o *silêncio local* –

interdição do dizer, da possibilidade de o sujeito ocupar outras posições. A interdição do dizer é, segundo Foucault (1970), um dos mecanismos externos de delimitação e controle do discurso, funcionando como sistema de exclusão, organizado historicamente e sustentado por um sistema de instituições. A interdição do dizer é, segundo Foucault (1999), um dos mecanismos externos de delimitação e controle do discurso, funcionando como sistema de exclusão, organizado historicamente e sustentado por um sistema de instituições.

Na piada em análise, temos, sobretudo, a manifestação do silêncio local. O aluno, nessa piada, é proibido de falar em sua escola (“de jeito nenhum me deixam falar”), o que o deixa indignado e o faz tomar a decisão de não mais voltar à escola (“não volto mais lá – respondeu indignado”).

Para constituir-se como sujeito, o indivíduo inscreve-se numa determinada FD, onde suas palavras adquirem sentido. Sendo as FDs heterogêneas, constituídas por fronteiras pouco delimitadas, o sujeito é atravessado por diversos discursos, ocupando diversas posições. O discurso autoritário, presente na política do silêncio local, impede essa circulação do sujeito nos diferentes discursos, afetando, assim, sua identidade.

O aluno da piada analisada tem sua identidade afetada, sendo condicionado a uma FD subjugada pela autoridade (da escola, dos professores) que é destinada ao silêncio. Como protesto, o aluno decide não mais voltar à escola. Sua atitude o lança num futuro silencioso: a ausência, a falta (silêncio da falta) significará diferentemente do silêncio decorrente da interdição do dizer. O primeiro silêncio é manifestação de uma FD subjugada por uma FD autoritária, manifestação de obediência à uma interdição, à censura; o segundo é protesto, significa revolta, o sujeito procurando outros meios para significar, a partir de suas possibilidades restritas.

Na atual sociedade do século XXI, perpassada pelo (s) discurso (s) que preconiza (m) a interação professor-aluno, a liberdade de expressão, essa piada nos parece estranha (o que provoca o riso), e o caso desse aluno revoltado por não poder expressar-se livremente significa que houve

uma inadequação na prática pedagógica do professor ou da escola – a responsabilidade pela revolta do aluno é da escola. Durante a ditadura militar, essa piada seria um protesto em que toda a classe estudantil, na voz anônima de um aluno, se revoltaria contra a censura do governo presente em quase todas as instituições – a revolta do aluno seria decorrente do autoritarismo do regime e não apenas da prática pedagógica da escola.

Essa observação nos leva a concluir que a linguagem, para fazer sentido, tem uma relação necessária com a exterioridade. As condições de produção determinam de que forma o silêncio do aluno significa, fazendo-nos acionar, na memória, as representações imaginárias que temos da escola, dos professores e dos alunos.

Se concluíssemos aqui essa análise em que refletimos sobre o silenciamento, paradoxalmente, estaríamos silenciando as causas do silêncio. Afinal, tratamos dos efeitos que o silenciamento produz para o indivíduo, mas não dos mecanismos que produzem o silêncio.

Conforme afirmamos acima, nossa sociedade preconiza a interação professor-aluno. Acrescentamos que, de fato, a interação, a reciprocidade da palavra, dos discursos, é defendida por todas as sociedades que se proclamam “democráticas”. Porém, como nos alerta Foucault (*op. cit.* p. 40), é preciso que não nos deixemos enganar, pois, “mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não-permutabilidade”.

O sistema educacional, que seria um instrumento de acesso a qualquer tipo de discurso, é, segundo o autor, “uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. O indivíduo que toma a palavra é, de antemão, sujeito a uma série de coerções, a um sistema de restrição, o qual Foucault denomina *ritual*.

O ritual determina as propriedades e os papéis daqueles que falam. A palavra segue, assim, um ritual segundo uma qualificação dos sujeitos e a fixação de seus papéis. Isso nos leva a refletir: qual o papel atribuído ao aluno? Ainda que ele tenha liberdade de expressão, que qualidade atribui-se ao seu discurso?

PIADA 4

O professor de ciências explica o fenômeno da circulação sanguínea:

- Se eu ficar de cabeça para baixo, todo o sangue vai descer para minha cabeça e meu rosto vai ficar vermelho, não é mesmo?

- Sim, professor! – concorda a classe.

- Agora, alguém sabe me dizer porque é que os meus pés não ficam vermelhos quando estão no chão?

- Eu sei, professor – diz um aluno, levantando-se. – é porque os seus pés não são vazios.

Segundo afirmamos anteriormente, a piada é um excelente gênero textual para trabalhar-se a questão da identidade, para explicitar-se aspectos interessantes da representação identitária. Para isso, devemos considerar que a identidade não é um reflexo do real – embora tenha amparo na realidade, a identidade é uma representação construída também pelo Outro.

A piada, geralmente, põe em xeque a identidade de um grupo social, de uma raça, de uma etnia por meio da estereotipia, que seria “uma espécie de identidade pelo avesso”. (POSSENTI, 2002, p. 156). Assim, se um grupo assume determinada característica, identifica-se sob determinado “rótulo”, a piada apresenta um indivíduo pertencente a esse grupo com características totalmente opostas (ou exageradas) as quais ele se identifica. Dessa forma, o gaúcho que se identifica como hospitaleiro, despachado, valente, “macho”, é apresentado, nas “piadas de gaúcho”, como homossexual passivo. (POSSENTI, op. cit.).

Na piada em análise, o efeito cômico parece ser decorrente de uma quebra em uma das representações identitárias do professor. O aluno o chama de “burro”, insinuando que a cabeça de seu mestre seria vazia. O professor – notavelmente o professor de ciências – é reconhecido socialmente como o detentor do saber, como aquele que obteve determinado conhecimento sobre uma área específica. Quando o aluno insinua que o seu professor de ciências tem a cabeça vazia, essa insinuação depõe contra a representação socialmente construída a respeito do professor.

O aluno, porém, pode ter afirmado que a cabeça do professor é vazia por ingenuidade, sem qualquer intenção de ofender, apenas tentando seguir um raciocínio lógico: se ao ficar de cabeça para baixo esta fica vermelha porque o sangue desce, preenchendo-a, e, em contrapartida, os pés não se enchem de sangue quando o indivíduo está em pé, possivelmente a cabeça deve ser vazia, enquanto os pés devem ser preenchidos por alguma matéria que impede que o sangue se deposite lá.

Nessa segunda hipótese, o aluno é que teria a “cabeça vazia” por seguir um raciocínio incoerente, não tendo, portanto, a intenção de insinuar que seu mestre seria “burro”. Todavia, independentemente da suposta intenção do aluno, suas palavras significam por diversos caminhos, produzem diversos sentidos, a despeito de sua vontade. Um desses sentidos é o que insinua a “burrice” do professor, depondo contra sua identidade.

Esse sentido produz o riso porque se inscreve numa FD subjugada (a FD do aluno), que deveria respeito (ao professor). Dizer que o professor tem a cabeça vazia, rompe com o que seria esperado de um aluno, ou seja, obediência e respeito. Seria de certa forma diferente se a mãe desse jovem dissesse para seu filho que ele tem a cabeça vazia. Isso não causaria o mesmo impacto porque as palavras da mãe se inscreveriam numa FD que tem autoridade sobre seu filho, mudando-se, assim, as relações de poder. Se recontássemos essa piada da seguinte forma:

- Mamãe, você sabe me dizer porque é que os meus pés não ficam vermelhos quando estão no chão, e minha cabeça fica vermelha quando estou de cabeça pra baixo?
- É porque os seus pés não são vazios como sua cabeça.

não teríamos a mesma desconstrução identitária, já que muda-se a relação entre as FDs. Em outras palavras: a identidade do professor é também construída pelos alunos, numa relação em que estes lhe devem respeito e obediência. Se estes, que devem respeitá-lo, o chamam de burro, a identidade do professor é imediatamente afetada. Na piada que recontamos, trocando-se os personagens, a mãe também é responsável

pela construção da identidade de seu filho. Todavia, em tese, ela não lhe deve obediência e tanto respeito (numa relação submissa), tendo a liberdade de chamá-lo de cabeça vazia. Diríamos, assim, que talvez seja justamente essa a identidade que a mãe constrói para seu filho: “burro”, “cabeça vazia”.

PIADA 5

Dois Professores de colégio estadual encontram-se na outra vida.

- Ah! Que alívio, finalmente um pouco de paz! Em comparação com aquela classe insuportável, o paraíso aqui é absolutamente encantador.

- Ei, mas não estamos no paraíso: estamos no inferno!!!

Observando a superfície lingüística dessa piada – aquilo que é evidente – o efeito cômico decorre do engano do professor que pensa estar no paraíso, quando, na verdade, está no inferno. Se tentássemos explicar por que essa piada é engraçada, diríamos, numa primeira análise, que ela produz o riso porque a escola estadual na qual esse professor trabalhava é tão ruim, tão insuportável que o inferno parece o paraíso perante a escola. No entanto, poderíamos ainda, após essa explicação, formular a mesma pergunta (ainda não respondida satisfatoriamente): E por que isso é engraçado?

Conforme afirmamos na introdução deste trabalho, as piadas ridicularizam temas socialmente controversos. A ausência de um autor condicionado ao princípio de coerência, não-contradição e responsabilidade, proporciona uma grande liberdade para esses textos – liberdade para expressar-se sem a força coerciva do autor. Assim, essa piada põe em xeque um tema no mínimo polêmico para a nossa sociedade: a educação.

O tema é posto em cena através da mobilização das representações que temos acerca de uma escola pública. “Classe insuportável”, “que alívio” e “finalmente um pouco de paz”, traduzem essas representações: a escola pública como uma instituição precária, na qual os professores têm péssimas condições de trabalho.

É preciso, porém, ressaltar que a piada (assim como todo discurso) não opera uma representação fiel da realidade. Conforme afirmamos, nas piadas é muito comum o estereótipo, a “identidade ao

avesso". Se um grupo é reconhecido por determinada característica, na piada, essa característica é exagerada ou deturpada. Na piada analisada, a identidade do professor (especificamente da escola pública) é exagerada. Se socialmente constrói-se uma imagem na qual as escolas públicas são desordenadas e o professor não tem boas condições de trabalho, essa piada exagera tal característica, mobilizando o discurso religioso (a presença do inferno e do paraíso) para insinuar que a escola pública é tão terrível que sequer pode ser comparada ao inferno.

O efeito cômico, observando os discursos presentes na piada (discurso cristão – céu / inferno; discurso social – condições de trabalho; escola pública, ensino), atrela-se ao tema controverso "educação" - cicatriz em toda sociedade que preconiza o desenvolvimento através da educação; tendo que conviver com os desafios referentes à melhoria do ensino. Especificamente, a comicidade está atrelada à forma estereotipada como o professor e a escola pública estão representados nessa piada, tocando diretamente nessa "cicatriz", a qual nos referimos; e tendo uma espécie de efeito catártico: se os mesmos problemas são perpetuados, o que nos resta é ridicularizá-los.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ir além da superfície linguística de um texto exige que nós, "sujeitos assujeitados" pela ideologia e pelo inconsciente, presos à evidência do sentido e à evidência de nossa própria constituição como indivíduos, pensemos sobre a desestabilização – desestabilização da evidência de que eu sou eu, e de que o sentido já está sempre lá.

Pensar a partir dessa perspectiva é tentar compreender que o sentido não é óbvio, que o humor presente numa "inocente" piada mobiliza discursos polêmicos, como o discurso social sobre educação presente na piada 5, e que a forma exagerada, estereotipada através da qual a piada se expressa, pode não apenas ter a função de provocar o riso, mas de contestar, de nos fazer pensar e refletir.

Através da análise dos dados, verificamos duas representações do professor: o "carrasco", intransigente, que sequer conhece seus alunos (piada 2) e que se julga no direito de ofendê-los (piada 1); o "coitado" que

precisa agüentar uma “classe insuportável” de um colégio estadual (piada 5). O aluno foi representado quase sempre como o rebelde, o “espertinho”, que rompe com as regras, ofende o professor (piadas 1, 2 e 4). A instituição educacional, ora apresentada como um espaço de indisciplina por parte dos alunos (piadas 1 e 5), ora como um lugar de extremo autoritarismo (piadas 2 e 3).

Quanto à relação entre professores e alunos, esta, invariavelmente, foi caracterizada, nas piadas submetidas à análise, como sendo uma relação conflituosa, em que é freqüente a indisciplina, a falta de respeito dos alunos para com seus mestres.

Essa falta de respeito não se dá de forma gratuita. As piadas mostram o professor numa posição de poder, impondo suas vontades, e os alunos destinados à obediência. O poder, porém, não é uma ação unilateral, a toda manifestação de poder há sempre uma resistência. A atitude dos alunos das piadas elucidam essa resistência, estabelecendo-se, assim, o conflito: se proíbo um aluno de falar, ele não mais voltará à escola; se chamo meus alunos de “burros”, um deles poderá tratar-me da mesma forma; se me recuso a aceitar a prova de um aluno, ele encontrará um meio de fazer com que eu a receba apesar da minha vontade e da minha ordem.

Em síntese, embora os textos analisados não sejam registros de situações reais, empiricamente observadas e documentadas, os conflitos presentes nas piadas traduzem situações passíveis de acontecer onde quer que se encontrem em xeque relações de poder e resistência. Relações essas que, sedimentadas como evidência na superfície lingüística, não nos deixam perceber os processos de constituição dos sentidos que as atravessam e que, por conseguinte, atravessam uma inocente piada.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. Tradução por Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- ORLANDI, Eni. **As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Edunicamp, 1992.

_____. **O Lugar das sistematicidades lingüísticas na Análise de Discurso**. In: Revista Delta, V. 10, n. 2. São Paulo: Educ, 1994.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. 2 ed. Campinas: Pontes, 2000.

POSSENTI, Sírio. **Os Humores da Língua: Análise Lingüística das Piadas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

_____. **Os Limites do Discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002.

A CONSTRUÇÃO DO TEXTO POR EFEITOS DE SENTIDO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE *TIRINHAS*.

Rachel Gonçalves CAVALCANTI

Graduanda em Letras (UFMG)

Paloma Sabata Lopes da SILVA

Bolsista do PIBIC (UFMG)

Samara Kely dos Santos SOUSA

Bolsista da Monitoria (UFMG)

INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso (AD), ciência de origem nos anos 60, se propõe a desvendar não **o** sentido, mas **os** sentidos possíveis de serem percebidos numa dada comunicação humana. Para tal, se faz valer de três reflexões: a do inconsciente, a da ideologia e a da estrutura. Nesta pesquisa, pautaremos o estudo do discurso em si, baseados nos efeitos de sentido causados pelas transformações ao longo dos momentos sócio-históricos em que estamos inseridos, assim, através de cinco exemplos do gênero *tirinha* da personagem Mafalda, tentaremos provar porque não existe **o** sentido único e literal, mas **um** sentido passível de transformações.

Para constataremos tais aspectos, precisaremos nos valer de conceitos inerentes à AD, tais como: formação discursiva, formação ideológica, paráfrase, polissemia, interdiscurso, a noção de sujeito e historicidade, além de literalidade e opacidade da língua.

É válido destacar que o corpus do trabalho trata de Mafalda, uma menina de oito anos e filha única da família, personagem que foi criada a pedido de uma agência de publicidade, que encarregou o desenhista Joaquín Salvador Lavado (Quino) de elaborar uma tira cômica como publicidade disfarçada de uma loja de eletrodomésticos. Dessa forma, surge Mafalda, que foi recusada pelo cliente da agência. As primeiras tirinhas da personagem foram publicadas pela primeira vez no jornal "Primera Plana" e, em seguida, passou a ser publicada semanalmente no jornal "El Mundo" (de Buenos Aires).

Sempre com um ar de ironia e sabedoria, *Mafalda, a personagem mais conhecida do desenhista argentino Quino, será o alvo de nossa*

pesquisa sobre os efeitos de sentido constituídos e construídos em suas tirinhas.

Este gênero é veiculado em revistas, jornais e livros didáticos. Nestes como aparato para compreensão e abordagens gramaticais como um todo, por isso teremos esse alvo de pesquisa: por acreditar que o professor deve saber como lidar com situações que envolvem esse gênero.

OS EFEITOS DE SENTIDO E SEUS SUJEITOS

A comunicação humana, em suas formas discursivas (oral e/ou escrita), produz efeitos e geram sentidos; assim, o discurso é definido como sendo “o efeito de sentidos entre locutores” (Orlandi, 2000:21). Dessa forma, os efeitos de sentido não surgem aleatoriamente, são produzidos em condições determinadas e estão de alguma forma presentes no modo como se diz, pondo em relação o dizer e sua exterioridade, bem como suas condições de produção capacitadas pela formação discursiva do indivíduo.

Segundo Orlandi (2000), a Análise do Discurso fundamenta-se na compreensão da “língua fazendo sentido” num percurso em que se visa o homem e seus atos de fala, nos quais o indivíduo seleciona seu dizer a partir das condições de produção a que está sujeito, tendo a linguagem como representação da realidade. Representações estas ligadas ao discurso, à formação ideológica, à formação discursiva e ao domínio discursivo do sujeito.

O sentido não está meramente nas palavras, mas no modo como são enunciadas e pelas marcas ideológicas envolvidas no processo sócio-histórico de produção da comunicação, assim:

“As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (Orlandi, op. cit.)

Isso porque o sujeito se projeta e projeta situações que determinam sua posição no discurso. Fator este que torna sentido e sujeito constituintes de um mesmo espaço na articulação da língua com a história.

Se uma única palavra pode produzir inúmeros sentidos, que dirá uma sentença!? No chiste, as palavras são organizadas de modo a causar efeitos (que gerem risos). Assim, tal constituição só será possível se esse mesmo chiste for produzido dentro de uma dada comunidade ideológica que tenha conhecimento de um mesmo fato histórico-social como evidencia Possenti (in: Gregolin, 2001) "o (efeito de) sentido nunca é o sentido de uma palavra, mas de uma família de palavras que estão em relação metafórica".

Temos assim que levar em consideração a definição de paráfrase e polissemia, constituintes da matriz do sentido. Partindo do princípio de que a linguagem traça limites entre o mesmo e o diferente, a paráfrase e a polissemia trabalham continuamente o dizer por essa constante tensão discursiva. Esse jogo de sentidos entre o "já-dito" (paráfrase) e a "ruptura dos processos de significação" (polissemia) é que vai determinar o funcionamento da linguagem e o movimento dos sujeitos e dos sentidos, que se transformam pelo equívoco e pela ruptura do real e da história.

A paráfrase está para o repetível, no "algo que se mantém"; assim como a polissemia está para o equívoco, para a ruptura de processos de significação. Na verdade, ao jogar com os sentidos já consolidados, atribuindo-lhes posições diferentes daquelas, aparentemente, já localizadas, a polissemia possibilitaria uma variedade infinita de "novos" sentidos.

Dessa forma, o conceito de paráfrase, segundo Orlandi (Op.cit.), consiste no retorno aos espaços do dizer sedimentado pela linguagem, representando a produtividade do discurso e caracterizando a já referida "matriz do sentido". Assim,

"A produção de sentido é estritamente indissociável da relação da paráfrase entre seqüências tais que o parafrástico dessas seqüências constitui o que se poderia chamar a matriz do sentido" (Fush, 1990; apud Dantas, 2007).

Já para o conceito de polissemia temos que ao lidar com o deslocamento da linguagem, trabalha com a criatividade em oposição à produtividade parafrástica e com a "ruptura do processo de significação"

(Orlandi, Op. cit.) se tornando a fonte da linguagem estabelecida pela relação homem/mundo, linguagem e história.

Vale salientar que, por a linguagem ser pacífica de transformações, os sentidos vão se constituindo pela relação de um já-dito anterior com um novo modo de produção. Os sentidos só são produzidos perante os equívocos e falhas do sujeito que, ao significar, se significa (Orlandi, Op.cit.).

O INTERDISCURSO COMO ESPAÇO DE SENTIDOS

Para que o discurso se torne um efeito de sentidos entre os locutores, faz-se necessário que estes recorram a um conjunto de discursos anteriores que os possibilitem a compreensão de um determinado discurso pronunciado. Esse conjunto de “dizeres já ditos” é nomeado pela AD de interdiscurso, tal fator *“significa justamente a relação do discurso com uma multiplicidade de discurso”* (Orlandi, 2000) que, por sua vez, gera o sentido concebido pelo sujeito. Tal multiplicidade faz relação com a exterioridade e com as formações discursivas presentes na memória discursiva que circundam e propiciam a geração do efeito de sentidos.

“Podemos dizer que a relação entre as formações discursivas é ‘soldada’ pala existência do interdiscurso. É a exterioridade que consideramos como constitutiva só se define em função do interdiscurso, ou melhor, essa exterioridade tem seu modo de existência definido pelo interdiscurso”.

Mesmo recorrendo freqüentemente a outros dizeres, o sujeito não reconhece que seu discurso é “copiado”, possuindo a ilusão de que ele é dono do seu dizer, o que se realiza discursivamente em termos de evidências, do sujeito e do sentido. É pela evidência do sujeito que ocorre o processo de interpelação do indivíduo em que este posiciona seu discurso e produz sentidos. Assim, sujeito e sentido não se separam, constituem-se de um mesmo lugar de articulação da língua e da história.

“O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia” (Orlandi, 2001). O efeito ideológico é que faz com que o sujeito se coloque na origem do que diz, produzindo evidências subjetivas que constituem o sujeito e evidências de sentido que induzem à ilusão da literalidade – relação do sujeito com seu dizer enunciado.

Todos esses dizeres relacionados estão diretamente ligados ao modo como o indivíduo interpreta os fatos exteriores e os põe dentro de suas falas, moldando-os e dando-lhes sentidos pela enunciação. Assim, a formação discursiva, que representa o “conhecimento de mundo” que o indivíduo adquire num ambiente cultural recebendo aspectos sociais, históricos, políticos, religiosos, jurídicos, recebe um caráter individualizado que reflete a maneira de agir do sujeito e de atuar sobre o mundo (Dantas, 2007).

A partir de tais pressupostos teóricos observaremos como eles se desenvolvem em textos concretos, em quatro exemplos:

M1



Partindo do pressuposto de que o texto humorístico não produz discursos novos, por estar intrinsecamente relacionado à exterioridade e a um dado prévio de historicidade, percebemos que nova é a forma e o gênero, não o discurso.

No gênero *tirinha*, por exemplo, a sacada do humor (e/ou da crítica) depende do sujeito que a interpreta, dessa forma, a relação entre significado e significante não é transparente, nem possui representação exata, nem natural, nem eterna (Possenti, 2002). A relação do texto com o contexto é, contudo, opaca, ou seja, intermediada por fatores externos (históricos, culturais, econômicos etc.) ao texto.

Na interação acima, ocorrida entre Mafalda e o garotinho, percebemos a evidência da importância do sujeito para o discurso e das formações discursivas que este possui. A partir do momento em que Mafalda cita em seu discurso o dito popular “*Quem tem pão não tem dente*” e consegue atingir seu interlocutor pelo equívoco da relação do dizer com a

aparência do garoto, podemos evidenciar que o sentido não está associado simplesmente às palavras, nem aos enunciados, mas à enunciação destes, que, por sua vez, são determinados por condições específicas. Assim, a citada sentença, surge apoiada pelo interdiscurso que disponibiliza dizeres que afetaram diretamente o modo como o garotinho se significou (por sua formação discursiva) no discurso de Mafalda.

No último quadro da *tirinha*, conseguimos evidenciar que o garotinho toma o sentido literal da frase enunciada por Mafalda, interpretando o discurso como um insulto a sua aparência – por ser dentuço, e esquece-se que ela estava se referindo a ele possuir televisão e não gostar de assisti-la. Assim, podemos destacar o fato de a linguagem ser opaca, ou seja, ela possui mais de um sentido, deixando de lado, neste caso a literalidade, o sentido da frase “*Quem tem pão não tem dentes*” é interpretada pelo personagem no seu sentido literal, e não é concebido como um dito popular que requer uma reflexão conotativa da linguagem. Dessa forma, o efeito de sentido causado pela opacidade do discurso surge, pois, das distintas formações discursivas que cada sujeito possui; o que faz gerar um espaço de multiplicidade dos sentidos que dão abertura para estes e os desdobram em outro “*ou (o sujeito) se emaranha no seu mesmo (imaginário) e dele não se solta*” (Orlandi, 1990).

Os efeitos de sentido podem ser descritos abaixo:

a) sentido literal: o provérbio significa que as pessoas não dão importância ao que têm em excesso;

b) efeito de sentido, resultado do diálogo: o garoto entendeu que Mafalda insultou-o e produziu um outro sentido que não aquele pretendido pela menina, trazendo para a sua fala os seus traumas com a aparência.

M2



Observamos na *tirinha* acima a temática da escolaridade feminina, assim, analisaremos os efeitos de sentido que o produtor do gênero pretende causar nos leitores com a abordagem desse tema. Para tal feito, é relevante destacarmos que esse efeito está intimamente relacionado à historicidade do sujeito, pois no decorrer da história, as mulheres tiveram poucas – ou quase nenhuma – oportunidades de formação escolar, se limitando a afazeres domésticos e dedicação à família. Assim, Mafalda se faz valer dessa formação discursiva, inerente a ela, para causar nos leitores um efeito cômico, ao mesmo tempo para criticar o social – a situação da falta de estudo da população feminina e o preconceito que isso vem causar até mesmo entre as próprias mulheres – relação do dizer com a exterioridade, pois se a personagem diz o que diz, é porque há um exterior que a conduz a escolha de tais seqüências, ou seja, a história se concretiza em interdiscurso permitindo a garota acreditar que o que fala é verdade única e criada por ela, quando na verdade, tudo que a menina fala, não é nada mais do que reproduções de algo que ela adquiriu em outro lugar, daí a noção de interdiscurso. Além da ideologia principal que é a de preconceito à escolaridade feminina, há também outros fatores exteriores a este – principal – que permite a garota apontar a falta de estudos da mãe como algo negativo. Tais fatores são: discurso machista e autoritário contra a mulher – a idéia de que a mulher deve se limitar apenas afazeres domésticos –, discurso de piedade – *“mais tarde não vou ser uma mulher frustrada e medíocre como você”* – a garota atribui essa preocupação da mãe a própria falta de escolaridade.

Devemos levar, pois, em consideração que a personagem Mafalda é uma criança e por isso sua ideologia é ainda formada por seus pais, já que ela ainda não é freqüentadora de outros ambientes, como o escolar. Dessa forma, a própria mãe é responsável pela formação discursiva da filha. É relevante destacar que Mafalda é atravessada pelos discursos, que produzem um efeito de sinceridade, característica que os adultos atribuem à fala das crianças. Então ela acredita que, falando a “verdade” para sua mãe, esta adequar-se-á a um discurso social de conformismo.

Mafalda atribui a preocupação “desnecessária” da mãe à falta de escolaridade da mesma, observamos tal fato no segmento a seguir:

“Sabe, mãe, eu quero ir para o jardim-de-infância e estudar bastante. Assim, mais tarde não vou ser uma mulher frustrada e medíocre como você.”

Vale salientar, pois, o efeito de sentido que o enunciado transcrito acima causa à mãe. Com o auxílio das imagens podemos perceber que o objetivo de Mafalda em acalmar a mãe surtiu efeito reverso: nota-se pela tristeza desta expressa no último quadrinho. Nesse trecho, opõem-se dois discursos femininos: o contemporâneo, que exige trabalho e estudo para a mulher, o conformismo, que aceita as condições perversas de submissão da mulher.

M3



Antes de partimos para os efeitos de sentido que essa tirinha causa, é necessário que observemos o contexto (visual) em que Mafalda enuncia: da janela de um trem, voltando das férias com seus pais, a personagem observa a “paisagem” e produz os enunciados.

Após esta breve descrição das imagens, torna-se mais simples percebermos a crítica que o autor faz à mídia, a partir do caráter sócio-cultural atribuído ao “costume” mundial de assistir à televisão. Crítica esta fundamentada na ideologia de que a produção televisiva oculta a realidade socioeconômica em seus programas, tanto os de caráter informativo – telejornais – quanto os de entretenimento (novelas, filmes, mini-séries etc).

O que se pode dizer é que a TV, em muitos casos, faz o papel de divulgadora do país através de seus programas que são transmitidos em rede mundial e que, talvez, por esse motivo oculte essa realidade que é apresentada por Mafalda.

Tal realidade apresentada na *tirinha* é a realidade da maioria da população, das classes pobres, que são desprestigiadas pelos governos e pelo capitalismo. Nessa *tirinha*, a personagem Mafalda vê pela janela do trem paisagens que apresentam uma realidade de deficiência econômica e pobreza de boa parte da população mundial, lamentando o fato de que o país assistido pela TV é muito diferente do “ao vivo”: *“Pena que os programas de televisão sejam melhores do que os do país”*.

Nota-se ao ler a *tirinha* M3 que o posicionamento ideológico do autor com relação ao sentido produzido por este é marcadamente observado pelo sócio-histórico, cultural e político, pois ele evidencia em seu texto questões que envolvem a formação dos sujeitos (leitores) para causar o efeito de sentido que deseja, mesmo porque o que “deseja” é o que se conforma (de formação discursiva) com o seu pensamento.

Esse efeito é causado a partir do jogo parafrástico e polissêmico que proporciona a compreensão da idéia geral do texto: refletir sobre a realidade social apresentada pela TV, a partir do pressuposto de que linguagem e historicidade caminham juntas para proporcionar a produção (conjunta) do sentido.

Assim, podemos afirmar que o parafrástico se constitui nessa *tirinha* pela retomada do “ideário” televisivo, que aborda a temática de que a realidade assistida pela TV é bem mais agradável do que a que observamos ao nosso redor. E o polissêmico se dá com a última fala da personagem – *“Pena que os programas de televisão sejam melhores do que os do país!”* –, que quebra com a expectativa do leitor e põe em evidência a lamentação com relação à realidade percebida pela mesma. Constroem-se duas evidências, aquela que o sujeito cria por si próprio e aquela que a televisão lhe dá; essa duplicidade permite a multiplicidade de sentidos no texto.

Por fim, concluímos essa análise com a compreensão de que o efeito de sentido produzido pelo autor está no entremeio do seu discurso e da formação discursiva do leitor, que se completam e proporcionam a compreensão do texto. Isto é, a *tirinha* analisada pode provocar dois tipos de efeito de sentido no leitor, um que direciona sua atenção para a questão do problema social que existe no mundo moderno e outro que direciona

essa atenção para o efeito e influência que a televisão provoca nesses mesmos leitores com relação à visão de mundo – visão esta que pode ser distorcida de acordo com a relação que há entre o telespectador e a TV.

M4



Para essa *tirinha*, seguiremos as seguintes vertentes de análise: a) a formação discursiva da mãe de Mafalda de que a criança sempre faz “bagunça” quando brinca; b) a formação discursiva das crianças de contradizer a ideologia da mãe: apesar de estarem “brincando”, não estarão fazendo “bagunça”; e c) o efeito de sentido que a *tirinha* pretende causar ao leitor, de que o governo não faz nada.

Voltando nosso olhar para o último quadrinho, vale destacar o emprego do segmento “*absolutamente nada*” e os efeitos de sentido que este causa no leitor, pois é através desse segmento que inferimos todas aquelas possibilidades destacadas anteriormente. Possibilidades estas que desencadeiam a crítica gerada pela produção dos sentidos.

Num primeiro momento, examinamos que o lingüístico é utilizado a partir do aparato sócio-histórico de que os governos não “fazem nada”. Essa temática é utilizada na *tirinha* a partir da formação discursiva que o sujeito adquire desde criança pelo contato social. Essa fala, ao mesmo tempo em que mostra uma formação discursiva de quem está ou é desiludido com a política, também apresenta a ideologia representativa da criança em relação ao governo.

Depois, podemos perceber a seguinte relação: a expectativa da mãe – “*Bom, nada de bagunça, hein?*” – de que as crianças brinquem sem fazer bagunça, com a “*imaginação*” das crianças que supera tal ideologia

com uma “nova brincadeira” e, ao mesmo tempo, formula-se uma crítica que já é constituída na formação ideológica desde a infância (o governo “não faz nada”).

Podemos, assim, inferir que a sentença enunciada por Mafalda “*não se preocupe, não vamos fazer absolutamente nada*” depois do pedido da mãe, quebra também com a expectativa das crianças de que para organizar alguma coisa é preciso primeiro desorganizar.

Brincando com as imagens e com as palavras, Quino consegue produzir o riso sem fugir à realidade social. Este objetivo é alcançado pelo conhecimento de mundo que o autor possui e que é compartilhado com milhões de leitores de seu texto.

M5



Expressando o discurso da relação aluno/professor/pais/escola, a tirinha M5, evidencia o caráter interpretativo do sujeito em relação ao mundo – formação discursiva. Dessa forma, da união do sujeito com a historicidade – “*Meu pai me contou (...)*” – surgem os efeitos de sentido que tal retorno ao passado lhe causa – “*Quer dizer que a infância do meu pai foi um longo round*”.

A partir dos enunciados dos quadrinhos, pondo em prática nossa formação discursiva e a polissemia que o permeia, podemos associar a fala do garotinho como sendo uma crítica ao autoritarismo marcado na relação social intrínseca a idéia de educação como uma imposição. A partir daí, percebemos que essa *tirinha* segue duas vertentes: uma que se refere ao desejo dos pais de que o filho tenha uma boa formação intelectual, pensando no futuro dele, e outra que se refere ao modo como a educação era aplicada nas escolas durante o regime ditatorial.

Se na época do pai, as crianças eram obrigadas a estar na escola (e a aprender) pelo uso da força, sendo comparada pelo personagem como uma fase de "round" em que a criança sempre apanhava, hoje há uma maior liberdade dos estudantes com relação à dificuldade ou não de aprender, e de que atualmente a educação está mais ligada à formação profissional que o mercado exige. A questão é que a educação deixou de ser uma imposição da família (e da sociedade) para se tornar uma exigência do próprio sujeito consigo mesmo, porém, na maioria dos casos continua sendo um dever, uma necessidade e não uma atividade prazerosa que faz bem ao indivíduo.

O efeito de sentido nesse caso é tirado da formação discursiva que o sujeito adquire com relação à educação e formação intelectual. Ou seja, o leitor pode ser induzido a refletir sobre a necessidade da formação educacional como chave para sobrevivência ou como obrigação imposta de alguma forma pelo meio social em que o sujeito vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da noção de que é através da linguagem que o sujeito se constitui e constitui os sentidos do seu discurso, constatamos que a língua é um espaço de múltiplos efeitos de sentido. Tomando tais afirmações como premissas, defendemos um estudo do discurso nas tirinhas, particularmente as do desenhista Quino, como uma forma de compreender as relações entre a linguagem e a sociedade.

Como observado ao longo do trabalho, inúmeros conceitos vão permeando a noção de efeito de sentido. Assim, para chegarmos a este, fizemos um percurso que vai da formação discursiva do indivíduo até a sua relação com a exterioridade. Para tanto, as *tirinhas da Mafalda* serviram-nos de base para aplicação de todas as teorias que foram acionadas.

É relevante, ainda, lembrarmos que tais conceitos e aplicações não merecem ficar à margem do ensino. No momento de uma análise em sala de aula (seja ela de ordem gramatical, sintática ou afins), é importante que desenvolvamos práticas de conhecimentos sociais, exemplificadas pelas tirinhas de Mafalda, bem como outras tirinhas e gêneros encontrados

no dia-a-dia. Pesquisas como estas podem ser um recurso a nos auxiliar para percebermos que a compreensão que cada sujeito leitor faz do texto pode ser distinta e que esses efeitos é que vão dar sentido ao discurso, tanto do autor como do leitor. Essas hipóteses ajudam o professor a intervir nas atividades de leitura dos alunos, a se constituir enquanto crítico de sua própria prática de leitura e ensino.

REFERÊNCIAS

BRAIT, Beth. **Categorias da enunciação e efeitos de sentido**. In: **Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas**. Campinas: Pontes; São Paulo: FAPESP, 2001.

DANTAS, Aloísio. **Sobressaltos do discurso - Algumas aproximações da análise do discurso**. Campina Grande, EDUFCG, 2007.

GREGOLIN, M e BARONAS, R. Ainda sobre a noção de efeito de sentido. In: **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos: Claraluz, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes: 2000.

_____. Do sujeito na história e no simbólico. in: **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. Não o outro, mas o diferente. in: **Teoria à vista, discurso do confronto: velho e novo mundo**. SP Cortez; Campinas: Edunicamp, 1990.

POSSENTI, Sírio. Sobre as noções de sentido e de efeito de sentido. In: **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002.

<http://clubedamafalda.blogspot.com/2007_02_01_archive.htm/>
Acesso em: 26 fevereiro 2007.

A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS DO SUJEITO E DO DISCURSO RACIONALISTA

Edlene da Silva OLIVEIRA

Bolsista do PET-Letras (UFMG)

INTRODUÇÃO

A noção de sujeito em Análise do Discurso (AD) foi repensada ao longo do desenvolvimento dessa ciência. Distinguindo a AD de origem francesa da AD de origem anglo-saxã, Mussalim (2001, p. 113) afirma que a primeira não considera a intenção do sujeito como sendo determinante para a interação verbal e sim que a ideologia condiciona o sujeito e determina o discurso, ao passo que a segunda considera a intenção do sujeito como pilar para a interação. Esse trabalho não se situa em nenhum dos extremos, pois não desconsideramos a intenção do sujeito, nem o condicionamento ideológico em construção do discurso.

Como *discurso* entenderemos os enunciados produzidos numa dada situação de interação verbal, na qual os sujeitos são constituídos enquanto posições sociais e ideológicas. Tanto o autor/sujeito do texto é constituído, quanto ele mesmo, na formação de um discurso, constrói imagens de sujeitos.

Nesse trabalho específico, procuraremos mostrar a relação entre sujeito e discurso no gênero *Carta ao Leitor*, da revista *Veja*. O objetivo é perceber como a formação de imagens do sujeito colabora no entendimento do sujeito agente, capaz de assimilar criticamente um fato, e talvez modificá-lo. Além disso, objetivamos entender como a construção de imagens dos sujeitos colabora para a formação do discurso racionalista. Esse discurso é a produção de um efeito de sentido da verdade, da racionalidade, que paulatinamente impõe valores e determinadas representações que deveriam ser aceitas para que haja a solução dos problemas anteriormente descritos. Racionalista nesse trabalho está mais próximo da

"doutrina (o hegelianismo, p.ex.) que considera o intelecto humano capaz de atingir a plenitude da verdade objetiva, já que a realidade estaria organizada segundo leis, recorrências e subdivisões equivalentes e semelhantes à

organização do pensamento cognitivo". (Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0).

Ou seja, não se refere apenas à razão enquanto faculdade de raciocínio, de lógica, mas também àquilo que é veraz, que argumenta em favor de determinada opinião.

Para alcançarmos esse objetivo de cunho interpretativo-qualitativo, escolhemos para análise dados da revista *Veja*, por ser esta um veículo de grande influência no país, suporte de vários gêneros e que ocupa um lugar que não deve ser desconsiderado na informação e formação de opiniões em rede nacional. Dentre os gêneros que compõem a revista, escolhemos o gênero Carta ao Leitor, a princípio, seguindo uma intuição, enquanto leitora da revista, de que nesse espaço havia um posicionamento mais explícito do veículo quanto ao assunto da semana, que a revista se apresentava de modo mais claro ao leitor, em função da própria função que o gênero possui, a saber, de apresentar o tema em destaque da revista, contextualizando-o e se posicionando em relação a ele. A partir dessa intuição, selecionei doze textos em que percebi a formação de imagens de sujeitos e a presença do discurso racionalista. Afunilando ainda mais, para corroborar com o objetivo desse trabalho, selecionei quatro textos que serão analisados "integralmente" (nenhuma análise é integral, porque todo texto é incompleto) mais adiante. Optamos por colocar os textos inteiros no corpo do trabalho por questão de maior honestidade científica, para permitir ao leitor sua própria leitura, concordando ou discordando das análises propostas. Os quatro textos escolhidos apresentam temáticas não muito distantes umas das outras, e o discurso racionalista se mostra mais evidente. Antes de analisá-los, discorreremos brevemente sobre a noção de sujeito e de discurso.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A noção de sujeito

Como dito acima, ocuparemos uma posição intermediária na discussão sobre a conceituação de sujeito. Tal como Possenti (2002),

nem completamente assujeitado. O autor faz uma crítica às práticas extremistas da AD que, baseada em teses estruturalistas, suprimia o sujeito a ponto de apagá-lo. Alguns analistas do discurso fizeram isso apoiados em interpretações de teses como as de Lacan, Foucault, Althusser, Schneider, bem como nas críticas ao sujeito psicológico e responsável da pragmática. Em oposição a essas interpretações, Possenti (2002) problematiza a tese do assujeitamento:

“... é necessário interrogar-se sobre se a descoberta do inconsciente exclui radicalmente qualquer manobra consciente do sujeito [...], se a existência de condições anula qualquer opção ou ação de sujeitos.” (op. cit. p. 94)

É nesse sentido que, para o autor supracitado, “os sujeitos são integralmente sociais e históricos e integralmente individuais”. Assim, o sujeito pode ser concebido como agente, pois ao longo de sua historicidade adquire experiências com base nas quais podem “estabelecer – ativamente – conexões que são mais que meros efeitos de significante” (Possenti 2002, p. 99, 100).

Embora os “indivíduos sejam interpelados em sujeitos falantes pelas formações discursivas que, por sua vez, representam as formações ideológicas que lhes correspondem” (Orlandi, 1998, p. 58), a variedade da língua abre espaço para um número infinito de escolhas sobre como dizer, mesmo que essas escolhas sejam condicionadas. São nessas escolhas que o sujeito é relativamente responsável pelo seu dizer e pela construção de significados.

Para mostrar a possibilidade dessas afirmações, pensemos no papel do autor de um texto. É fato que este autor enunciará a partir de determinada formação discursiva. Entretanto, concordamos mais uma vez com Possenti (2002, p. 99), quando ele afirma que “o sujeito *pode penetrar conscientemente* na zona do (esquecimento) nº 2”, para produzir sentido, fazendo uma antecipação do seu efeito. Assim, podemos entender Foucault (1999) quando diz:

“O autor, não entendido, é claro, como indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas

significações, como foco de sua coerência.” (op. cit. 26)

Dessa forma, o autor é o sujeito que intenciona sentidos, que trabalha nas possibilidades de escolha de seu dizer, dentro das formações discursivas e ideológicas. O sujeito/autor pode escolher silenciar sentidos, ou provocar sentidos, explícita ou implicitamente.

Precisamos lembrar que há em um texto uma “dispersão de sujeito” (Orlandi, 1998, p. 53): o sujeito que se apresenta no texto, aquele que se representa no texto, e aqueles outros que são representados pelo autor. Em consequência, o leitor construirá uma imagem do sujeito autor e outras imagens para cada indivíduo apresentado. Nessa circunstância, reside também a intenção do autor/agente, na medida em que ele conduz a construção das imagens dos sujeitos pelo leitor.

Pensando, ainda, na imagem do autor e naquelas construídas por ele, incluiremos a noção de sujeito coletivo, algo a princípio contraditório, mas imediatamente resolvido se pensarmos que sujeito não equivale a indivíduo, mas sim a posições, ou funções dentro de formações discursivas. Ou seja, o sujeito coletivo é aquele que representa uma posição social ou uma função. Assim um grupo, um partido, uma comunidade e até um país são sujeitos coletivos; o autor de um texto é um sujeito coletivo, especialmente no caso do gênero em questão porque ocupa uma posição, porque não há um nome que assine o texto, pois quem por ele se responsabiliza é a revista.

A noção de discurso

Entendemos discurso como efeito de sentido que se materializa no texto. Tal com afirma Possenti (apud Dantas, 2002):

“... o discurso é um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia – que se materializa através da língua [...]; o discurso se constitui pelo trabalho *com* e *sobre* os recursos de expressão que produzem determinados efeitos de sentido em correlação com condições de produção específica.” (Possenti, 1998, p. 160 – grifo do autor)

As condições de produção específicas a que o autor se refere, também chamadas de contexto de enunciação, dizem respeito às circunstâncias sócio-histórico-ideológicas que constituem o discurso e orientam o sujeito. Devido a essas condições de produção, dizemos que o discurso não é fixo, sofre transformações conforme as mudanças sociais. É por isso, também, que dizemos que ele é exterior à língua, depende dela para se materializar, mas não somente dela para significar ¹.

O discurso é diferente do texto, embora se materialize nele. Um texto pode conter vários discursos, assim como o mesmo discurso pode ocorrer em diversos textos. Para distinguir texto e discurso, Dantas (2007) coloca a presença/ausência de autor como diferença mais visível: “o texto pode ter o autor ausente, enquanto o discurso terá sempre um sujeito responsável pelo dizer”, isto ocorre porque “os discursos existem associados a posições ideológicas (sujeitos)” (op. cit. p. 89).

Tendo entendido a noção de discurso, passemos agora à distinção entre tipos de discurso. Orlandi (1998, p. 24) estabeleceu três tipos de discurso: “*autoritário*”, “*polêmico*” e “*lúdico*”. A conceituação desta tipologia está relacionada à noção de paráfrase, polissemia e reversibilidade. A paráfrase permite a produção do mesmo sentido sob formas lingüísticas diferentes, ao passo que a polissemia é responsável pela multiplicidade de sentidos, por sua vez reversibilidade envolve ‘a interação entre os interlocutores, a troca de papéis ou de estatutos’, e eu diria, também, a troca ou a constituição de sentido. Trataremos aqui, por questões de espaço e objetividade, do discurso autoritário que nos conduzirá ao discurso racionalista. Ainda segundo a autora:

“... o tipo autoritário é o que tende para a paráfrase (o mesmo) e em que se procura conter a reversibilidade (há um agente único: a reversibilidade tende a zero), em que a polissemia é contida (procura-se impor um só sentido) e em que o objeto do discurso (seu referente) fica dominado pelo próprio dizer (o objeto praticamente desaparece)”. (op. cit., p. 24)

Ou seja, o discurso autoritário é aquele que impõe sentido, é a exemplificação mais alta de que o discurso é poder. Conforme Foucault (1999, p. 10) ‘o discurso está relacionado ao poder, aquilo por que, pelo que

se luta'. Desse modo, o discurso autoritário impõe poder, verdade, unidade de sentido. Dentro desse tipo de discurso é que estabelecemos o discurso da racionalidade, presente nos dados, aquele que paulatina e implicitamente impõe uma verdade, a qual o autor estabelece como solução depois de formular e descrever um problema. O discurso da racionalidade ocupa um lugar na divulgação de valores e representações de uma razão, equivalente à solução, à verdade e, não raras vezes, sinônimo de progresso.

ANÁLISE DOS DADOS

Breve consideração sobre o gênero *Carta ao Leitor*

Descrever um gênero é uma tarefa árdua, e esse não é o espaço para fazê-lo. Entretanto, é inevitável apresentá-lo, mesmo que superficialmente, porque isso será útil na análise dos dados e na conclusão a que pretendo chegar. A começar pelo suporte do gênero, como já mencionado, é uma revista de circulação nacional, voltada para os acontecimentos do país, principalmente relacionados à política e declaradamente contra o atual governo Lula. O gênero *Carta ao Leitor* é um dos primeiros a aparecerem na revista, nas primeiras páginas, e tem como função apresentar o assunto em destaque da edição que acompanha. É um momento em que a revista mais explicitamente se dirige ao leitor, não raras vezes (talvez sempre) se posicionando com relação ao assunto abordado. Tentaremos demonstrá-lo ao analisar algumas dessas cartas. Com relação ao momento em que a revista faz referência ao assunto em destaque, eis alguns exemplos:

"Como mostra uma reportagem de Veja publicada nessa edição, a operação do Exército [...] tem o apoio da esmagadora maioria da população carioca" (Veja, 15/03/06, p. 9).

"Uma reportagem da presente edição compara o ambiente econômico em 2002 como de 2006" (Veja, 15/03/06, p. 9).

"Uma reportagem desta edição de Veja revela detalhes de uma aliança suspeita entre Lula e o ministro Nelson Jobim" (Veja, 8 fevereiro, 2006 p. 9).

Outro detalhe importante a ser ressaltado nesse gênero diz respeito à organização lingüística de seqüências narrativas, expositivas,

argumentativas e injuntivas. A ordem é quase essa que colocamos. Frequentemente, primeiro se narra ou descreve-se um fato; o qual equivale a um problema político ou social ², nesse momento, encontramos seqüências narrativas e descritivas, depois Veja se posiciona, apresentando possíveis soluções, nesse caso predominam as seqüências argumentativas ou injuntivas. Exemplos serão dados mais adiante.

Ressaltaremos, antecipadamente, que essas últimas seqüências são de maior importância para alcançarmos o objetivo proposto, pois são nelas que se apresenta a divulgação de valores e representações da razão pelo sujeito coletivo (Veja) em seu discurso racionalista. Esse discurso é constituído de outros discursos que são comparados, aceitos, negados ou modificados, conforme a intenção do autor. Assim, posições antagônicas (relação concordância *versus* discordância) discretamente impõem a verdade do autor coletivo, em que somente essa verdade interessa, somente essa verdade soluciona. Deste modo se constrói o discurso da racionalidade.

Algumas análises

DUAS RAÇÕES PARA OTIMISMO

Ellen Gracie Northfleet, do STF, e Raphael de Barros Monteiro, do STJ: duas boas notícias no Judiciário

A história do Brasil republicano é pontuada por crises institucionais de maior ou menor envergadura. As de mais triste memória resultaram em longos períodos de autoritarismo – a ditadura getulista, que durou de 1930 a 1945, e a militar, que vigorou de 1964 a 1985. Com o fim desta última, o país entrou nos trilhos da normalidade e as instituições democráticas conseguiram fincar bases em terreno sólido. Não existem mais ameaças de monta nesse campo, é verdade, mas outra crise assombra o país: a da moralidade. Ela atingiu tal proporção que é possível dizer que o Brasil conta, hoje, com instituições fortes e mandatários fracos. Fracos em ética e civilidade, como demonstra o episódio da quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro que incriminou o ministro Antonio Palocci, mais um momento deplorável que se soma a tantos outros protagonizados pelos atuais governantes.

O poder renovador das democracias, porém, segue seu curso. Graças a ele há duas boas notícias: o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, as mais altas cortes da Justiça brasileira, têm novos presidentes. São eles, respectivamente, a ministra Ellen Grade Northfleet e o ministro Raphael de

Barros Monteiro. Ambos assumem as novas funções com a promessa de trocar as motivações políticas e a exposição pública, que marcaram as gestões de seus antecessores, por mais cultura jurídica. Os ministros expressaram também o desejo de aprofundar e agilizar a forma do Judiciário – um poder que, a despeito dos avanços obtidos com a entrada em funcionamento do Conselho Nacional de Justiça, ainda precisa modernizar-se muito em sua concepção e operação, a fim de melhor atender aos interesses dos cidadãos. Só com um Judiciário ágil e imparcial se preserva a democracia tão duramente conquistada e se promove o expurgo de quem a enfraquece pela prevaricação ou pela inapetência por punir culpados.

Veja 29 de março, 2006 p. 9

Antes de considerarmos a construção da imagem dos sujeitos, devemos destacar que o texto é montado sobre a estrutura problema/solução. O problema apresentado é a crise da moralidade, para apontá-lo o autor forma seqüências, predominantemente, narrativas e argumentativas. Após isso, apresenta-se implicitamente uma solução, também em seqüências argumentativas: que o comportamento dos novos presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Supremo Tribunal de Justiça seja oposto ao comportamento dos presidentes anteriores. Assim, o autor do texto constrói a imagem de dois sujeitos, investidos de suas formações discursivas – presidentes do STF e STJ – respectivamente, Ellen Gracie Northfleet e Raphael de Barros Monteiro. O autor/sujeito, enquanto escritor da revista, compara os dois ministros a “boas notícias”, e a “razões para otimismo”. A razão dessa comparação baseia-se na *atitude* desses novos presidentes: “*Ambos assumem as novas funções com a promessa de trocar as motivações políticas e a exposição pública, que marcaram as gestões de seus antecessores, por mais cultura jurídica. Os ministros expressam também o desejo de aprofundar e agilizar a reforma do Judiciário...*” Observem que se descrevem duas atitudes antagônicas, e o discurso é construído pela oposição entre um comportamento que é aceito e outro que não é. Além disso, a subjetividade do sujeito é apresentada, pois remete a sua opinião quanto aos sujeitos descritos.

Nesse exemplo, inscrevem-se dois fatos: 1) os novos presidentes, em falas anteriores à escrita do texto, prometeram mudar, apresentaram-se como sujeitos capazes de mudar o sistema que passaram

a fazer parte; 2) o autor do texto acredita no discurso dos sujeitos como sendo verdadeiro, e apresenta essa fala como indicadora de mudança e de otimismo. A imagem que se constrói dos sujeitos é de agilidade, imparcialidade, compromisso e reforma. A apresentação dessas imagens é necessária para que o autor desenvolva o discurso racionalista. Primeiro, apresenta-se o problema da moralidade, da fragilidade da ética, da civilidade, bem como a parcialidade da justiça. Depois o autor apresenta a solução: a ação dos sujeitos com tais e tais qualidades. Ou seja, a relação concordância (com as atitudes dos novos presidentes) *versus* discordância (com a atuação de presidentes anteriores) corrobora para construção do discurso racionalista. Tacitamente, *Veja* (entenda-se o sujeito coletivo que é responsável pelo dizer) impõe a solução: "o judiciário precisa modernizar-se muito em sua concepção e operação, a fim de melhor atender aos interesses dos cidadãos".

É nesse sentido que entendemos a "historicidade e a atividade do sujeito"³. A história faz o sujeito ao passo que o sujeito faz a história. Por isso, o sujeito pode agir de forma diversa modificando a história, porque é um ser racional, dotado de capacidades intelectuais, podendo repassar sua própria visão de mundo através do discurso ou de ações físicas. É, portanto, um sujeito agente.

Nessa mesma perspectiva, analisaremos o texto *Economia e Idealismo*.

ECONOMIA E IDEALISMO

O bispo Scherer: "paraíso financeiro"

Espregidos na confluência dos juros reais mais altos com o crédito mais raro e caro do mundo capitalista, os empresários brasileiros vivem o que se poderia chamar, não sem certo exagero, de um inferno na terra. Na semana passada eles receberam um apoio inusitado. O bispo Odilo Scherer, secretário-geral da CNBB, condenou a atual situação e colocou a culpa no governo Lula, a quem acusou de ter feito do Brasil um "paraíso financeiro". O bispo em parte tem razão. O Brasil é um gigante disforme em que as atividades financeiras são hipertrofiadas em relação à produção. Essa distorção se deve principalmente à necessidade que o governo federal tem' de arrecadar e de se financiar junto aos bancos.

A harmonização do organismo econômico brasileiro passa pela diminuição do tamanho do Estado, que precisa urgentemente ser ensinado a fazer mais e

melhor com a mesma quantidade de dinheiro. Como fazer isso? Uma reportagem de VEJA adianta uma proposta. A idéia é congelar em valores de hoje durante alguns anos o volume de recursos de que o governo dispõe. Em termos práticos, isso significa que durante, digamos, cinco anos o Estado brasileiro teria anualmente 800 bilhões de reais - mais ou menos o que arrecadará em impostos em 2006. Nem um centavo a mais. A sociedade brasileira daria uma mesada ao Estado, que, como os jovens cheios de força mas sem juízo, teria de se virar com ela. O crescimento econômico cuidaria de mudar dramaticamente para melhor a relação entre a dívida e as riquezas nacionais expressas pelo PIB. Isso traria juros menores, mais investimento, mais empregos e qualidade de vida.

Há muito se estabeleceu a relação entre a voracidade estatal por recursos e a miséria da sociedade. Conhecido pela frase de que "o negócio deste país são os negócios", o presidente americano Calvin Coolidge (1872-1933) tinha uma cabeça econômica bem mais refinada. Ela produziu um conselho muito útil ao Brasil de hoje: "Os homens e as mulheres sustentam o governo com seu trabalho. Todo dólar que gastamos descuidadamente implica piora na vida dessas pessoas. Todo dólar que prudentemente economizamos significa maior abundância para todos. A economia é o idealismo em sua forma mais prática".

Veja 8 de março, 2006 p. 9

No primeiro momento, o sujeito agente critica negativamente a condução da economia brasileira, apresentando dois discursos de irracionalismo: a economia brasileira é desorganizada e não tem um sistema racional condutor (gigante disforme); o governo incentiva o lucro de capital e despreza a capacidade que o brasileiro tem de produzir (atividades financeiras hipertrofiadas). Essa circunstância representa o problema político-econômico, lingüisticamente materializado em seqüências expositivas, narrativas e argumentativas. No segundo momento, o sujeito agente indica, com dois discursos, qual o comportamento racional que o governo deve adotar: a diminuição do tamanho do Estado, já que deve haver menos ministérios e mais atividade produtiva; e a existência de mais ação eficiente com menor quantidade de dinheiro. O progresso econômico, portanto, está relacionado à capacidade do governo de administrar recursos. Esses grupos de discurso se conciliam na proposta do sujeito agente de conciliar razão e ação, planejamento e trabalho, o que faz com que o leitor venha a concluir que o atual governo

não serve para o Brasil, o que resulta numa posição discursiva de oposição adotada pelo agente Veja.

Este se apresenta claramente no texto (*Veja adianta uma proposta*), elaborando uma solução para o problema por ela descrito, em seqüências expositivas e argumentativas: "A idéia é congelar em valores de hoje durante alguns anos o volume de recursos de que o governo dispõe [...] Isso traria juros menores, mais investimentos, mais empregos e qualidade de vida". Correndo o risco de sermos repetitivos, ressaltaremos que a construção do texto se dá pela descrição problema-solução que, por sua vez, constitui o discurso racionalista. É lógico corrigir os problemas e Veja aponta como fazê-lo, assim o sujeito coletivo, autor do texto, propõe-se revelador e solucionador das dificuldades econômicas do país. Constrói um discurso racionalista que se elabora verdadeiro e racional, e que, portanto, deve ser aceito pelos leitores e seguido pelos agentes da mudança.

Este outro exemplo, que iremos analisar, expõe mais claramente a idéia concernente às imagens do sujeito. Leiamos o texto abaixo:

Uma aliança suspeita

Lula e Jobim: interesses políticos travestidos de verdade jurídica

A pior aliança que um governante pode fazer é com as ruas. Falar diretamente às massas e com elas pretender governar ao arrepio das instituições é o desvio clássico que levou sociedades ao despotismo em diversos períodos da história - da Roma Antiga à Alemanha nazista. O presidente Lula não sucumbiu a essa tentação. Infelizmente, porém, Lula já assegurou seu lugar na história como o chefe de governo que em diversas situações atentou contra a saúde institucional do País. Em primeiro lugar, fez vista grossa ao uso do Poder Executivo por membros de seu partido com o intuito claro de fazer caixa para pagar compromissos da campanha eleitoral. Depois também não se importou quando parte do dinheiro desviado foi usada para amortecer consciências no Congresso, no fenômeno de vilipêndio do Poder Legislativo que ficou conhecido como mensalão.

Agora foi a vez de o Poder Judiciário sofrer com a falta de recato que a ambição política produz em Brasília. Uma reportagem desta edição de VEJA revela detalhes de uma aliança suspeita entre Lula e o ministro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Depois de mandar às favas a isenção que se espera do ocupante do mais alto posto da magistratura do país e atuar em clara

sintonia político-partidária com Lula, Jobim prepara sua volta ao jogo político. Lula conta com a filiação de Jobim ao PMDB para convencer o partido a apoiar sua candidatura.

Nenhum dos movimentos de Jobim viola diretamente as leis ou foi feito sem amparo de interpretações jurídicas. Mas sua atuação no pleno do STF, na concessão de liminares e nos bastidores foi despudoradamente conduzida de forma a prejudicar a apuração de desmandos do governo Lula determinada pelas CPIs instaladas no Congresso. A coisa ficou tão feia que um grupo de juristas chegou a protocolar uma interpelação judicial no STF cobrando do ministro Jobim a explicitação de suas intenções partidárias. Os doutores do catolicismo dizem que a prova da natureza sagrada da Igreja é sua permanência apesar dos pecados dos sacerdotes. Para a felicidade da nação, a prova dá maturidade. das instituições brasileiras está justamente em sua resistência a ataques como os gerados pela aliança Lula-Jobim.

Veja 8 fevereiro, 2006 p. 9

Nesse texto, temos a imagem de três sujeitos: Lula, Jobim e Veja. Este último – aquele que assume a autoria do texto, mas que não se trata de um indivíduo específico, como já deve estar claro, é um sujeito coletivo que constrói uma imagem de Lula como pretense despota (*“Falar diretamente às massas e com elas pretender governar [...] é um desvio clássico que levou sociedades ao despotismo”*; *“Lula atentou contra a saúde institucional do país”*), referindo-se de modo claramente reverso à maneira de governar do presidente. Além disso, a imagem construída do presidente no texto remete a alguém irresponsável (*“fez vista grossa”, “não se importou”*) e ambicioso (*“Agora é a vez de o Poder Judiciário sofrer com a falta de recato que a ambição política produz em Brasília”*). Dessa maneira, Veja se coloca como sujeito que tem razão, em oposição aos que não a têm, ela desqualifica Lula como sujeito que não possui o conjunto de racionalidade, ao passo que ela mesma é capaz de encontrar soluções.

Quanto à imagem do terceiro sujeito, Jobim, possui dois lados: aquela que deveria ser e a que realmente é: *“Depois de mandar às favas a isenção que se espera do ocupante do mais alto posto de magistratura do país e atuar em clara sintonia político-partidária com Lula, Jobim prepara sua volta ao jogo político”*. Ou seja, as qualidades que são esperadas do sujeito ideal são a responsabilidade e imparcialidade, em oposição à imagem efetivamente construída do ministro: parcial e político. Repete-se

aqui a oposição concordância *versus* discordância, em que determinados valores são preferidos em detrimento de outros. Note-se também o enunciado: "*Nenhum movimento de Jobim viola diretamente as leis ou foi feito sem amparo de interpretações jurídicas. Mas sua atuação no pleno do STF... foi despidoradamente conduzida de forma a prejudicar a apuração de desmandos do governo Lula.*" Novamente, é acrescentada implicitamente más atribuições à imagem do sujeito, capaz de agir de modo despidorado e de burlar as leis, isto é, de interpretá-la em favor de seus interesses pessoais, e politicamente parciais.

O discurso da racionalidade é montado sob a oposição do que é e do que deveria ser, mas este não é explicitado, é posto no silêncio, facilmente recuperado por estar em oposição ao lado negativo. O leitor é conduzido a pensar que sujeitos com as qualidades descritas acima são contrários à verdadeira democracia e justiça, requeridas por Veja e por seus leitores (provavelmente) para que haja desenvolvimento no país.

Vejamos ainda um último exemplo da construção das imagens do sujeito e do discurso racionalista.

Salto de racionalidade

Lula e FHC, no dia da posse do petista: há uma linha de continuidade entre os dois governos. E é preciso aprofundá-la

A julgar pelo panorama delineado nas últimas pesquisas eleitorais, e se não surgirem novidades que mudem completamente o curso das intenções de voto até agora levantadas, a próxima campanha presidencial promete ser uma refrega duríssima tanto para o presidente Lula, candidato não declarado à reeleição, como para o tucano que o enfrentará, seja ele José Serra, seja Geraldo Alckmin. É certo que, numa disputa apertada, as propagandas dos adversários enfatizarão dois aspectos - um circunstancial e outro de fundo. O circunstancial (mas não irrelevante) é o mar de lama no qual naufragaram o PT e quase toda a cúpula do governo. O PSDB deve explorar esse veio à exaustão. Em resposta, a campanha petista tentará relembrar todos os episódios de corrupção que macularam a era FHC. Quanto ao aspecto de fundo, trata-se das conquistas econômicas e sociais alcançadas por um e outro partido no poder.

Deixe-se de lado a inevitável artilharia pesada que ribombará em torno do dado de circunstância - a corrupção. Também não se dê importância demasiada às indefectíveis promessas de prosperidade a baixo custo ou custo zero. Afinal de contas, ninguém faz sucesso nos palanques prometendo fazer choque de gestão, reforma na Previdência ou ajuste fiscal. É preciso concentrar-se na

verdade que subjaz aos discursos eleitorais: no que se refere ao aspecto de fundo, há uma linha de continuidade nos programas implementados por PSDB e PT no exercício da Presidência. Essa linha, que significou um salto de racionalidade, consiste na preservação da moeda e na manutenção dos parâmetros responsáveis dentro dos quais os agentes econômicos passaram a movimentar-se. No entanto, há muito por fazer. O Brasil segue no rumo certo, mas numa velocidade baixa se comparada à de outros países emergentes. Para imprimir um ritmo mais acelerado, o próximo presidente precisa eliminar o que ainda atravanca o desenvolvimento do país. Além das reformas no aparelho estatal, a informalidade, as deficiências macroeconômicas, o excesso de burocracia, as deficiências dos serviços públicos, os gargalos na infraestrutura - tudo isso deverá constar da agenda do próximo presidente. Não importa se do PT ou do PSDB.

Veja 1º de março, 2006 p. 9

Neste último exemplo, constrói-se a imagem de quatro sujeitos: Lula, os partidos do PT e do PSDB, e o próximo presidente. Ao relacionar a esses sujeitos determinadas características, Veja produz o discurso racionalista. A priori, apresenta-se a corrupção como integrante de todos os sujeitos envolvidos, mas deve-se ressaltar que essa corrupção, no texto, aparece relacionada aos partidos ou ao governo, ou seja, ao sujeito coletivo, não necessariamente a um indivíduo específico. Esta pode ser uma tentativa de amenizar os riscos causados pela afirmação de que alguém é corrupto. São duas formações discursivas em oposição: O PT em que se categoriza Lula e o PSDB ao qual pertencem os tucanos José Serra e Geraldo Alckmin. A colisão entre essas duas formações discursivas se dá nas eleições. Para tanto, são duas as armas dessa disputa: a corrupção e as conquistas econômicas e sociais existentes nos dois pólos de confronto. Em oposição a esses argumentos, Veja propõe que se dê atenção à *"verdade que subjaz aos discursos eleitorais"*. Com essa afirmação, Veja silencia que há mentiras no jogo eleitoral dos candidatos. Entre essas mentiras estão as propostas de *"prosperidade a baixo custo ou custo zero"*, este seria um discurso ilusório em oposição às reais necessidades políticas: choque de gestão, reforma na presidência e ajuste fiscal. A *verdade* que se deve dar atenção na opinião de Veja é a *"linha de continuidade nos programas implementados por PSDB e PT"*, o que é considerado um salto de racionalidade, porque proporcionou progresso econômico, mas numa

velocidade lenta. Este é o problema, para o qual Veja encontra a solução: é preciso aprofundar a continuidade entre os governos Lula e FHC; em seqüências injuntivas: “o próximo presidente precisa eliminar o que ainda travanca o desenvolvimento do país”, para isso deve superar “a informalidade, as deficiências macroeconômicas, o excesso de burocracia, as deficiências dos serviços públicos, os gargalos na infra-estrutura”. Portanto, elabora-se o discurso racionalista pela oposição racionalidade x irracionalidade na gestão do governo. Independente do sujeito que viesse a assumir o governo, ou seja, independe do sujeito agente, a razão descrita por Veja deve ser seguida para que haja progresso econômico mais acelerado no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos comprovar que, no gênero *Carta ao leitor*, a construção das imagens dos sujeitos não é gratuita, está relacionada aos argumentos construídos em torno de uma defesa de valores que na opinião da Veja, pelo menos implicitamente, equivale à solução dos problemas descritos. Vimos também que os sujeitos nele representados não são sujeitos passivos, mas capazes de mudança, portanto, agentes. De fato, a descrição problema-solução está intimamente relacionada à conduta desses sujeitos. Encontramos também exemplos de sujeito coletivo, entre os quais se define o autor do gênero em questão que, embora possa ser alguém específico, não assume a responsabilidade do escrito. A revista é a autora do texto. O discurso racionalista, por seu turno, materializa-se em seqüências descritivas e argumentativas, induzindo o leitor a concordar com determinados valores em detrimento de outros, e a acreditar que tanto os problemas, quanto as soluções apresentadas são verídicas.

NOTAS

¹ Ver sobre isso Fernandes (2005, p. 22, 24).

² Nos textos que analisamos há uma predominância da temática política, portanto os problemas são, geralmente, relacionados à corrupção, eleição, economia, gestão política, etc. Mas o *corpus* coletado não foi extenso devido à proporção do presente trabalho, por isso reconhecemos que outras temáticas podem ter sido trabalhadas.

³ Ver Possenti (2002, p. 108)

REFERÊNCIAS

DANTAS, Aloísio de Medeiros. **O discurso e seus textos**. In: Sobressaltos do discurso: Algumas Aproximações da Análise do Discurso. Campina Grande: EDUFPG, 2007. p. 87-96.

_____. **O Discurso e o Professor de Português**. In: Acta Scientiarum, vol. 25, n. 1, Maringá: UEM/PPG, 2003, p. 45-49.

Fernandes, Cleudemar Alves. A Noção do Discurso: discurso, ideologia e efeito de sentido. In: **Análise do Discurso: Reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005. p. 19-30.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: Gêneros Textuais & Ensino. Rio de Janeiro: Lucena, 2002. p. 19-36.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do Discurso**. In: Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras. V. 2. São Paulo. Cortez, 2001. p. 101-142.

ORLANDI, Eni. **Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito**. In: Discurso e leitura. São Paulo: Cortez/ Campinas: Edunicamp, 1998, p. 53-73.

_____. **Linguagem e Método: uma questão da Análise do Discurso**. In: Discurso e leitura. São Paulo: Cortez/ Campinas: Edunicamp, 1998, p. 53-73.

POSSENTI, Sírio. **O Sujeito fora do Arquivo?** In: Os limites do discurso. Curitiba: Criar Edições, 2002, p. 91-103.

_____. **Sobre condições de possibilidade da subjetividade, especialmente na linguagem**. In: Os limites do discurso. Curitiba: Criar Edições, 2002, p. 91-103.

Veja, Duas razões para otimismo. n° 12, 29/03/2006, p. 9

_____. Economia e idealismo. n° 9, 08/03/2006, p. 9.

_____. Uma aliança suspeita. n° 5, 08/02/2006, p. 9

_____. Salto de racionalidade n° 5, 01/03/ 2006, p. 9

LÍNGUA E SUJEITO: UM OLHAR DISCURSIVO EM CRÔNICA DE STANISLAW PONTE PRETA.

Aline Danielly Leal da SILVA

Bolsista do PET Letras (UFCEG)

1. INTRODUÇÃO

A língua é constituída formalmente em vários níveis, tais como: fonemas, morfemas, orações, enunciados e textos, que se relacionam entre si. Porém, ela não é uma unidade fechada em si mesma, devendo-se desconfiar da natural transparência dos sentidos (evidência do sentido) e das construções subjetivas autônomas (evidências do sujeito) que nela se apresentam, sendo, portanto, considerada materialidade atravessada pela historicidade (exterioridade constitutiva), aberta à falha, que dá suporte aos jogos de sentidos, determinados por relações discursivas. Ferreira (2000, p.24), ao refletir sobre a relação entre língua e discurso, afirma que “a falha, a fissura, o deslizamento, são *lugares de resistência*, lugar do impossível (nem tão impossível) e do não-sentido (que faz sentido)”, conseqüentemente não se pode defender nem a sistematização absoluta da língua, nem a aleatoriedade completa do discurso.

Com base na investigação dessas marcas do equívoco, objetiva-se, neste trabalho, perceber quais os processos utilizados na *organização* dos elementos lingüísticos que constituem os sujeitos em sua discursividade e, portanto, produzem sentidos. Para tanto, será analisada a crônica “A estranha passageira” de Stanislaw Ponte Preta, inclusa no livro *Gol de padre* da coleção *Para gostar de ler*, volume 23. Essa obra é dedicada, exclusivamente, a este autor e reúne textos originalmente publicados nos principais jornais dos anos 50 e 60 que ganharam características atemporais, caracterizando um “humor que nunca envelhece”.

Em verdade, a figura de Ponte Preta é fictícia, sendo considerada a maior criação do jornalista Sérgio Porto, posto que seja um personagem de características próprias e estilo particular, inspirado no próprio jornalista e utilizado para assinar suas crônicas, tornando-se conhecido em todo o Brasil. O humor é sua característica marcante e, com ironia e deboche, nada escapou ao seu olhar, abordando temas que vão

desde o futebol, a política e a música popular até os (des)encontros humanos do cotidiano.

Acredita-se na hipótese de que as reflexões, resultantes desse olhar discursivo direcionado à crônica de Stanislaw Ponte Preta, possam ser utilizadas na leitura de outros textos. Uma abordagem discursiva da tessitura textual auxilia um leitor menos experiente a perceber certos aspectos ideológicos que a constituem, construindo nele, dessa forma, uma visão mais crítica, o que torna o presente estudo relevante para a interação de sentidos no espaço escolar.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A língua, sob uma abordagem da Lingüística, é considerada uma estrutura constituída por elementos que se relacionam entre si e adquirem função determinada, resultante dessa relação. Essa perspectiva limita-se a uma investigação da parte interna da língua, sendo uma abordagem reduzida, pois esse fenômeno é de natureza complexa e esse estudo abrange apenas uma das várias facetas que o constitui.

Outro olhar direcionado à língua é o viés discursivo, que, mesmo prescindindo do lingüístico, vai além de sua abordagem. Diz Orlandi (1994, p.298),

“Ao mesmo tempo em que procura ultrapassar o limite da frase (nível último da análise combinatória estruturalista e o primeiro da gerativista), a noção de discurso desloca a reflexão da dicotomia língua e fala em que a língua aparece como sistema abstrato (ideologicamente neutro) e/ou como código, com função puramente informativa. Para tanto, reintroduz na reflexão a noção de sujeito (e por ela a de ideologia) e a situação”.

Faz-se relevante ressaltar que língua e discurso não se opõem, representando extremos de uma divisão dicotômica; de um lado, encontram-se elementos internos (lingüístico) e de outro, elementos externos (discurso – social e histórico), pois a exterioridade do discurso não está separada da língua, mas é constitutiva desta. Nessa perspectiva teórica da Análise de Discurso (doravante AD), a língua é o lugar material (base), onde vão se realizar os processos discursivos que produzem

sentidos, possuindo, dessa forma, autonomia relativa, isto é, é um sistema passível de ser formalizado e representado, porém é heterogêneo, aberto à contradição, à falha, e à opacidade: pontos estes em que se entrelaçam discurso e língua.

A partir desta definição de língua como materialidade, deixa-se de ter uma estrutura lingüística, para se ter uma estruturação (acontecimento), sendo nesse espaço discursivo que se apresentam os conceitos: ordem e organização. Esta última, vinculada à Lingüística, visa a uma classificação e a uma ordenação do sistema lingüístico abstrato (fonemas, morfemas, orações, enunciados e textos). A ordem, por sua vez, pertence à semântica discursiva e preocupa-se com o funcionamento da forma simbólica da língua, em que língua e discurso possuem sua ordem própria, que se reflete na organização. Interessam, portanto, ao analista do discurso a ordem do significante (capaz de equívoco/falha), a ordem da história (materialidade simbólica), e a relação entre elas: a ordem do discurso.

A instância da constituição, que se relaciona ao fato de linguagem e ao modo como os discursos se inserem numa ordem própria, precede a formulação dos dados (produto), que se relaciona ao fato de língua e ao modo como os fatos lingüísticos se organizam num sistema, o que permite ao analista de discurso ter uma compreensão genérica do discurso. No tocante a essa relação língua e discurso, o analista faz o percurso inverso, interpretando a base empírica, a fim de investigar os mecanismos de funcionamento que produzem sentidos para a língua. Esse gesto de interpretação é relevante, pois nos níveis da constituição e da formulação coexistem as evidências do sentido e do sujeito:

“O sujeito já tem sua posição determinada e ele já está sob efeito da ilusão subjetiva, funcionando ao nível imaginário, afetado pela vontade de verdade, pelas suas intenções, pelas evidências do sentido e pela ilusão referencial (a da literalidade)”.

(ORLANDI, 1996, p.50)

De um lado, a evidência do sentido “literal” refere-se à ilusão que faz com que uma palavra queira dizer aquilo que realmente diz, se apresentando ao sujeito como se já estivesse lá à sua disposição. De

outro, a evidência subjetiva consiste na ilusão do sujeito que se mostra como origem de si, possuindo existência própria. Ele é resultado da interpelação da ideologia, assumindo uma formação discursiva dada, entendida, aqui, “como aquilo numa mesma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – que determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 1999, p.43), sendo, portanto, uma posição entre outras possíveis, se tornando sujeito na medida em que se projeta da sua existência empírica para sua posição discursiva, em que o modo de constituição não lhe é acessível. Essas evidências fundadoras resultam do *efeito ideológico elementar*, que é condição de existência do sujeito e do sentido, em que tanto a ideologia quanto o inconsciente têm em comum a característica de dissimular sua própria existência no interior do seu mesmo funcionamento.

Para a AD, no entanto, a língua nem é transparente, nem o sujeito é responsável por sua fala, isto é, em relação à significação, existe uma tensão, que, de acordo com as formações discursivas presentes no texto, os sentidos se fazem mutáveis e permanentes: nem são fixados *a priori*, nem desligados como se pudessem ser qualquer um, mas determinados por certas condições de produção. Já em referência à subjetividade, o sujeito é constituído na interação com o outro, é descentrado: “embora fundamental, porque não existe discurso sem sujeito, perde sua centralidade ao passar a integrar o funcionamento dos enunciados” (BRANDÃO, 2004; p.78). O sujeito não pode ser considerado nem totalmente livre, nem totalmente assujeitado ideologicamente; “ao mesmo tempo em que é interpelado pela ideologia, ele ocupa, na formação discursiva que o determina, com sua história particular, um lugar essencialmente seu” (op. cit, p.8).

Essas evidências não assumem, em AD, um caráter negativo, pelo contrário, são elas que possibilitam a significação da língua, já que a história dos sentidos e dos sujeitos é inseparável: “ao produzir sentido, o sujeito se produz, ou melhor, o sujeito se produz, produzindo sentido” (ORLANDI, 1996; p.56-57), em que ao assumir uma formação discursiva, o sujeito delimita sentidos possíveis de se materializar no texto. À AD, contudo, interessa apenas o processo de produção das evidências, buscando

explicitar os mecanismos produtores de significados, com base na falha, na fissura (lugar de resistência), marcadas por ambigüidade e incompletude, constituintes da ordem lingüística.

O texto é considerado, então, unidade empírica de análise do discurso, que, por ser resultado de um percurso discursivo, serve de base para a investigação de tais processos de produção de sentido na língua, caracterizando-se como uma composição lingüística fechada em si mesma, que possui começo, meio e fim. O texto é simultaneamente unidade e dispersão; em termos heterogêneos, o texto funciona em sua circulação (contexto de produção) na sociedade humana; em sua materialidade (diferentes materiais simbólicos e de natureza da linguagem), e em suas diversas formações discursivas (posições do sujeito) que compõem a ordem do discurso a que pertence.

Segundo Dantas (2007, p.92-93), são três os critérios para diferenciar os tipos de usos textuais: a instituição, as modalidades da língua e os suportes textuais, sendo que cada tipo textual, relacionado a um critério, comporta gêneros textuais diversos, os quais são constituídos com a predominância de seqüências lingüísticas do tipo argumentativas, narrativas, descritivas (gêneros discursivos).

Vale salientar que um único gênero textual pode participar, ao mesmo tempo, de mais de um universo institucional, como é o caso da crônica que é um híbrido, vinculado às instituições jornalística e literária; de um lado, a existência efêmera do texto jornalístico: os acontecimentos diários que estampam os jornais são “informados” aos leitores, de uma forma mais objetiva; de outro, a transformação dos acontecimentos prosaicos em algo mais consistente: o dia-a-dia marcado pela agitação, pelo consumismo, provoca certo automatismo nas pessoas, que não conseguem enxergar as coisas pequenas e valiosas do cotidiano.

Tal gênero textual tem como suporte de veiculação o jornal, o livro e, com as novas tecnologias, endereços virtuais na rede mundial. Em sua constituição, predominam a narração e a descrição, textualizadas numa linguagem informal, sem a exclusão da modalidade formal em certas crônicas.

A heterogeneidade das posições do sujeito no texto assume caráter de unidade na medida em que essa entidade é interpelada

ideologicamente: “o texto é heterogêneo e se apresenta como uma unidade, dada sua relação com o discurso e sua inscrição em uma formação discursiva específica que se confronta com as outras” (ORLANDI, 1988, p.60), construindo, portanto, as evidências. Ao pensar a descentralização subjetiva, no entanto, são ocupadas várias posições enunciativas pelo sujeito, tais como: *locutor*, *enunciador* e *autor*, precisados na citação abaixo:

“*Locutor*: é aquele que se representa como eu no discurso; *enunciador*: é a perspectiva que esse eu constrói; *autor*: é a função social que esse eu assume enquanto produtor da linguagem. O autor é, dentre as dimensões enunciativas do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade (conteúdo sócio-histórico) e mais afetada pelas exigências de coerência, não-contradição, responsabilidade” (BRANDÃO, 2004, p.84-85).

O sujeito se assujeita à língua, na história, isto é, ele trabalha heterogeneamente com e sobre a linguagem, produzindo marcas que atestam essa relação do seu dizer com o mundo, sinais estes que não são encontrados diretamente, de forma unívoca, já que não existe relação direta entre referência e texto, fazendo-se relevante teorizar. Por meio dessa materialidade, a análise a seguir, observará, na crônica “A estranha passageira” de Stanislaw Ponte Preta, a relação entre língua, sujeito e discurso em três níveis de investigação: plano da enunciação, plano da evidencia dos sujeitos e dos sentidos e, por fim, o plano de significação discursiva.

3. UMA ANÁLISE DE TEXTO

A crônica é estruturada em seqüências narrativas que se utilizam do diálogo, materialidade esta que dá suporte ao funcionamento de uma conversa entre dois passageiros de um voo: uma mulher (“passageira de primeira viagem”) e o seu vizinho de poltrona, tendo como platéia as outras pessoas que embarcaram no mesmo avião: “Os outros passageiros estavam se divertindo às minhas custas, a zombar do meu embaraço ante as perguntas que aquela senhora me fazia aos berros, como se estivesse em casa, entre pessoas íntimas”.

Com um olhar externo ao seu contexto de produção, percebe-se a existência de um responsável por sua produção: Stanislaw Ponte Preta. No entanto, esse ser que inventa a estória no texto, já é, em si, uma construção do indivíduo de existência empírica, Sérgio Porto, que é jornalista, identifica-se às outras pessoas e tem RG. Mesmo que esse pseudônimo possua características próprias, a formação ideológica do jornalista influenciará o texto desde sua constituição lingüística até as idéias nele veiculadas.

Outra figura externa é o leitor, que pode receber o texto de diversas maneiras, podendo aceitar seus significados, recusá-los ou modificá-los, substituindo-os por outra leitura de mundo, que melhor lhe convier. Essa atitude será influenciada pelas formações discursivas que lhe constituem, existindo, pois, uma heterogeneidade de opiniões entre leitor(es) e autor.

No plano de constituição textual, percebem-se as diversas posições enunciativas do sujeito, adquirindo caráter polifônico, na medida em que um mesmo recorte enunciativo possui vários locutores, ou mais de um enunciador (mais de uma perspectiva), representados num estatuto dialogal. Essas relações são significativas para a investigação dos sentidos, constituídos pelos discursos presentes no texto, o que as torna fundamentais para a compreensão do efeito simulador de riso, na construção geral do texto.

3.1 Funções enunciativas

O locutor é a figura responsável pelo dizer, que se representa internamente ao discurso como "EU". Ao observar o trecho a seguir, percebe-se a presença de dois locutores.

- O senhor sabe? É a primeira vez que eu viajo de avião. Estou com zero hora de vôo – e riu nervosinha, coitada.

Depois pediu que eu me sentasse ao seu lado, pois me achava muito calmo e isto iria lhe fazer bem. Lá se ia a oportunidade de ler o romance policial que eu comprara no aeroporto, para me distrair na viagem. Suspirei e fiz o bacano respondendo que estava às suas ordens. (grifo nosso)

As formas da primeira pessoa (expressas pelos pronomes "eu", "eu" – "me", respectivamente) se referem, portanto, a locutores diferentes que têm as suas vozes demarcadas linguisticamente, concebendo-se o Locutor 1 (L1), a passageira inexperiente, e o Locutor 2 (L2), passageiro que senta ao lado de L1, Esse desdobramento da figura do locutor é próprio do discurso direto¹.

O locutor se distingue do sujeito empírico, sendo "um ser de discurso que, pertencendo ao sentido do enunciado, está inscrito na descrição que o enunciado dá de sua enunciação" (op. cit. p.72), ou seja, está no plano textual e é fácil de se perceber, mediante suas marcas de locução. O sujeito empírico, na verdade, é o ser real que escreve os textos e os toma como propriedade. Desse modo, essa função enunciativa, no texto em análise, deveria ser preenchida por Stanislaw Ponte Preta, que é o nome que assina a crônica, e a fórmula com estilo próprio, possuindo seus direitos autorais. Todavia, ele é um personagem, não devendo ser considerado com tal, sendo essa posição de sujeito empírico, como mencionado anteriormente, atribuída a Sérgio Porto. Ponte Preta, então, é uma figura de entremeio, ao mesmo tempo em que é real na condição de pseudônimo, é também discursivo na condição de função autoral.

O enunciador, por sua vez, representa a pessoa que tem o seu ponto de vista presente nos acontecimentos vinculados ao texto. No trecho anterior, a frase em negrito é dita por L2; contudo exprime a visão de L1 que passa a enunciador (E1), ou seja, L2 incorporou em sua fala, a de E1. Já o enunciado "*e riu nervosinha, coitada*" veicula sua própria perspectiva (L2=E2) em relação à personagem com quem ele interage, sendo esse tipo de polifonia próprio do discurso indireto². A existência do enunciador também é marcada: "O uso de determinadas palavras, expressões, pode modalizar o enunciado demarcando a perspectivas de quem fala" (op. cit. P. 74), porém seus limites são mais fluidos, exige do leitor a recuperação do discurso no qual a língua funciona. Por essa análise, constatamos que locutor e enunciador são papéis não atribuíveis a um único ser.

O texto é tecido por vários enunciados, considerados como unidade de construção do discurso, mas a apreensão da enunciação na

produção de sentidos só é possível se referida aos seus elementos constituintes (sujeito, língua e contexto). Essa trama de enunciados se revela por diversas falas (ou pontos de vista) que se inserem em formações discursivas diferentes inter-relacionadas (oposição, concorrência, complementação, etc.).

O autor é uma unidade, que produz linguagem e ocupa uma função social, resultante da determinação do sujeito, com uma formação discursiva dada. Em consonância com essas idéias, pode-se afirmar que Sérgio Porto é o sujeito que atribui a Stanislaw Ponte Preta a função social de autor. Conseqüentemente, todos os discursos assumidos nas crônicas são de inteira responsabilidade do pseudônimo com função de autoria e não do sujeito empírico Sérgio Porto.

3.2 Língua e sujeito: processo constitutivo de evidências

A concepção de sujeito uno, fonte ou origem do sentido é, também, para a AD um efeito ideológico, necessário e constitutivo do sujeito. Na crônica em análise, existem duas evidências do sujeito que se contrapõem: “A passageira de primeira viagem” (Sujeito 1- S1) e o passageiro que está ao seu lado (Sujeito 2 – S2).

Por se tratar de uma conversação, cada sujeito cria uma imagem do outro e essa evidência está materializada no texto, em sua sistematicidade. A adjetivação é dentre outros um processo lingüístico relevante, que sai da organização lingüística e contribui para produzir sentidos na ordem da língua (estruturação), sendo utilizada para caracterizar os seres envolvidos na trama discursiva, diferenciando-os um dos outros, fazendo-se relevante nessa análise.

S1 começa a ser caracterizado pelo título “A estranha passageira”. Numa consulta ao minidicionário Aurélio da língua portuguesa, o adjetivo “estranho” significa “(1). O que é esquisito, extraordinário; (2). O que é de fora, estrangeiro [...]. (5). Que não faz parte de algo”. Desse modo, o título adquire um novo peso significativo, na medida em que demonstra a não familiaridade da passageira com os acontecimentos relacionados a uma viagem de avião. Essa significação se estende ao

espaço – o avião é caracterizado como um lugar estranho, “*que ela é de fora*”, e à própria identidade da personagem – *passageira estranha*. Nos dois casos, o adjetivo *estranho* enriquece-se significativamente num plano lingüístico (sentido de dicionário) e discursivo (definição dos lugares e dos sujeitos).

Segundo o seu interlocutor, o estado da “estrangeira” era de tensão; “*nervosinha, coitada*”, “*azougue*”. “*Não parava de badalar. Olhava para trás, olhava para cima, mexia na poltrona e quase levou um tombo, quando puxou a alavanca e empurrou o encosto com força, caindo para trás e esparramando embrulhos para todos os lados*”. Todos esses traços de nervosismo constroem a imagem de quem não está preparada para a realidade com que vai se deparar. Em termos discursivos, temos dois sentidos que tocam a língua: a realidade empírica da viagem de avião e o real, constructo discursivo, que aponta para as expectativas do que será a viagem para o personagem, segundo a ótica de seu interlocutor.

Ele a denomina de “*Madama*”. Essa forma abasileirada de “*madame*”, termo em francês, pode vir dotado de certa ironia. Essa palavra é utilizada para designar uma dama da alta sociedade, que possui requintes próprios da França, país desenvolvido e famoso por preservar a polidez e o luxo. Isso ocorre, pois essa passageira tem atitudes que se opõem a essas características. Fala aos “*berros*” (gritos de certos animais) e é **desajeitada** “*Madama entrou no avião sobraçando um monte de embrulhos, que segurava desajeitadamente*”.

Por ser a primeira vez que ela viaja de avião, transporte geralmente utilizado por pessoas de classe média alta, e por não saber se comportar nesse ambiente segundo as regras de etiqueta aceitas socialmente, pode-se inferir que ela não nasceu pertencente à alta sociedade. Outro aspecto relevante é o fato de ela estar carregando uma grande quantidade de pacotes, remetendo a duas imagens comuns, de um lado, uma “*sacoleira*”, que viaja a outros lugares em busca de mercadoria para revender; de outro, a imagem de “*burguês emergente*”, que possui bastante dinheiro, mas que não tem modos e “*cultura*”.

Um dos aspectos físicos mais ressaltados da passageira diz respeito ao seu biofísico: “**Gorda** como era, custou a se encaixar na poltrona

e arrumar todos aqueles pacotes”, tinha uma “farta cintura” e “com tantas carnes parecesse mais um açougue”. Por essas características, ela estava fora dos padrões da sociedade, que concebe como “bonito” o estereótipo das modelos magérrimas. Esse é um fator que se relaciona a sua posição social, já que pessoas de classe média/ alta possuem condições para manter esses padrões, por exemplo, freqüentar academias e possuir uma alimentação balanceada, com a ajuda de um nutricionista. Esse discurso de beleza implícito torna mais irônica a fala do enunciador e produz o efeito de riso no texto da crônica.

S2, segundo o ponto de vista de S1, é um homem “calmo”, de tal maneira que S1 se sente melhor ao lado dele. Como a crônica é contada segundo a perspectiva de S2, ele constrói uma imagem de si próprio: um “bacano” que abdica de ler seu “romance policial” (mesmo com certa resistência “suspire”), para ajudar a senhora que está ao seu lado. Ele fala baixinho (tem “educação” / modos) e não é estranho àquele lugar (já viajou de avião), ajudando-a a pôr o cinto e esclarecendo algumas dúvidas de S1 sobre o avião. Portanto, é construída uma oposição de imagens sociais: o homem socialmente realizado e a mulher socialmente marginalizada.

As questões, abaixo referidas, são produzidas por S1, materializando textualmente o ápice de seu estranhamento:

Primeira questão:

Para que serve esse saquinho aí? [...]

- É para a senhora usar em **caso de necessidade** – respondi baixinho. [...]

- Uai... **as necessidades** neste saquinho? No avião não tem **banheiro**?

Segunda questão:

- Quem é essa **tal de emergência** que tem uma porta só para ela?

Expliquei que emergência não era ninguém, a porta é que era de **emergência**, isto é, em **caso de necessidade**, saía-se por ela.

“Último vexame”:

Olhou pela janela (ela pedira para ficar do lado da janela para ver a paisagem) e gritou:

- Puxa vida!!!

Todos olharam para ela, inclusive eu. Madama olhou para a janela e disse:
- *Olha lá embaixo.*
Eu olhei. E ela acrescentou: - Como nós estamos voando alto, moço. Olha só... o pessoal lá embaixo até parece formiga.
Suspirei e lasquei:
- *Minha senhora, aquilo são formigas mesmo. O avião ainda não levantou vôo.*

O efeito de riso surge da inadequação da “estranha passageira” ao novo ambiente, com suas perguntas insólitas sobre conhecimentos já fixados pelos outros passageiros (que têm mais experiência em vôo). No espaço do equívoco da língua, desaparece a transparência de sentido da linguagem, pois as palavras e expressões significam de forma diferente de acordo com posições diferentes (formação discursiva) sustentadas por aqueles que as empregam. Assim, “*caso de necessidade*” para a mulher está relacionado a outras necessidades biológicas, que exigem privacidade e, portanto, de um lugar apropriado para isso. Para o S2, a necessidade tem relação direta com aspectos do vôo e não apenas com funções biológicas.

Do mesmo modo, a palavra “emergência” adquire significados diferentes para os sujeitos; para S1, o termo “emergência” faz alusão a uma pessoa (nome), que teria uma porta só para ela, enquanto para S2, que está familiarizado com o universo interno do avião, esse termo significa uma porta de “emergência”, para “*caso de necessidade*”.

A partir do “último vexame”, S2 constrói uma concepção negativa de S1 em relação a sua inteligência, vendo-a como um sujeito com deficiência de conhecimento de mundo. Inicialmente, no enunciado “*ela pedira para ficar do lado da janela para ver a paisagem*”, S2 percebe S1 como uma pessoa que não analisa a situação em termos amplos, daí não ter raciocinado que o avião, ao decolar, estaria tão longe do chão que não daria para ver a paisagem pela janela. Em seguida, ele vê S1 como incapaz de distinguir formigas de pessoas. Finalmente, S1 não é descrita com algum livro ou revista, em contraposição a S2: “*Lá se ia a oportunidade de ler o romance policial que eu comprara no aeroporto, para me distrair na viagem*” e a outros passageiros “*resolveram abrir jornais e revistas ou se acomodarem para tirar uma pestana durante a viagem*”. Pode-se afirmar que S2 associa

aquela deficiência cognitiva de S1 ao fato de que ela não lê, ou não demonstra esse tipo de comportamento.

3.3 Uma significação discursiva

Texto e discurso não se relacionam por meio de igualdade, pois a trama textual é unidade de análise, mas não é unidade de construção do discurso, lugar natural ao enunciado. Do mesmo modo, um texto pode ser constituído por um ou vários discursos. A perspectiva discursiva que predomina na crônica é a de S1 (narrador), já que é ele quem conta a história. A sua fala está relacionada ao senso comum, ou seja, há uma empatia entre os discursos por ele propagado com as concepções tidas socialmente como verdade. A mulher é uma emergente, pobre que conquistou uma melhora financeira, mas não possui requinte e etiqueta de uma pessoa educada em uma classe mais abastada. Nunca viajou de avião, não sabe se comportar nesse ambiente, e não é caracterizada como uma leitora, o que, em termos sociais genéricos, a passageira (S2) é considerada desprovida de inteligência. O discurso existente é que pobre “não tem leitura”, “não tem cultura livresca” e, portanto, não está preparado para os desafios de um mundo tecnologicamente avançado.

Outro discurso presente é que a concepção de que “ser gordo é ser feio” e objeto motivador de riso na maioria dos grupos sociais. Esse aspecto físico se confronta com os padrões aceitos socialmente, já que a imagem da riqueza (aspiração das pessoas em uma sociedade capitalista) é caracterizada por uma pessoa magra, que gasta dinheiro com sua “saúde”. Do mesmo modo, “ser desajeitado é feio”, não saber se comportar nos lugares, não ter etiqueta. Essa situação ganha relevância pelo fato da personagem ser mulher, que atualmente ainda é tida em alguns discursos como inferior ao homem. Assim, para o narrador, “a estranha passageira” é mulher, tola, gorda e pobre.

Há, portanto, na crônica em análise, uma oposição entre dois discursos: um discurso do **dominante** e um discurso do **dominado** (*emergente*). No primeiro, estão presentes o S2 e todos os outros passageiros do avião, que comungam com as idéias estabelecidas socialmente. No segundo discurso, situa-se S1, que possui características

físicas, intelectuais e posição social que entram em oposição com as “verdades sociais”. Por trás do riso, sinal de desprezo pelo diferente (inferior), está uma imposição de cultura (superior).

É relevante refletir que esses discursos, veiculados no texto e produzidos por S2, fazem parte de um assujeitamento ideológico do autor Stanislaw Ponte Preta a determinados discursos sociais já ditos anonimamente. Embora o pseudônimo seja responsável ideologicamente por tais discursos anônimos, efetivamente as formações discursivo-ideológicas constituem um traço do sujeito empírico Sérgio Porto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar discursivamente um texto proporciona a revelação das relações ideológicas que o constitui. Em última análise, observou-se como língua e sujeito se relacionam entre si na constituição do discurso, produzindo sentidos. Foi observado, primeiramente, o plano da enunciação, onde se constatou a diferença entre sujeito-autor e locutor-enunciador; depois, o plano lingüístico, no qual foi pensada a relação língua e discurso; e por fim, o plano discursivo, no qual se pensou a relação interdiscursiva entre enunciados da crônica e falas anônimas do senso comum.

Julga-se, aqui, que esse estudo adquire relevância didático-pedagógica, na medida em que auxilia o aluno a perceber essas dimensões constitutivas do texto, contribuindo para a sua formação crítica. Evidenciar tais fenômenos no texto permite aos professores de língua materna desenvolver estratégias de estudo do gênero crônica em sala de aula.

NOTAS

¹ Essa acepção do termo discurso vincula-se à literatura e é definido como reprodução direta da fala e/ou pensamentos das personagens.

² Discurso indireto: onde o autor relata indiretamente, com as palavras do narrador, o que o personagem pensou ou disse. Este conceito não faz parte da AD, no entanto é relevante para a compreensão da análise da ordem da língua.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Helena N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Edunicamp, 2004.

DANTAS, Aloísio de Medeiros. **Sobressaltos do discurso: algumas aproximações da análise do discurso**. Campina Grande: EDUFPG, 2007.

FERREIRA, M^a C.L. **Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000.

GRIGOLETO, Marisa. **A resistência das palavras: discurso e colonização britânica na Índia**. Campinas: Edunicamp, 2002.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez/Edunicamp, 1988.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **O lugar das sistematicidades lingüísticas na Análise de Discurso**. In: D.E.L.T.A. São Paulo: EDUC, 1985.

O SILÊNCIO NAS FALAS DE CANDIDATOS AO VESTIBULAR 2007 DA UFCG

Carolina Nicácia O. da ROCHA

Graduanda em Letras (UFCG)

1. INTRODUÇÃO

Na vida sempre houve diferenças, sejam diferenças entre religião, política, futebol ou educação. Na educação, especialmente no Brasil, a diferença está entre o ensino público e o privado. Essa diferença é dita por diferentes sujeitos, professores, alunos, diretores, pais, entre outros, principalmente, nos discursos de professores e de alunos. A dos professores quando afirmam que não possuem materiais suficientes para a realização de suas atividades ou quando asseguram que as salas de aula são superlotadas. A dos alunos quando dizem que seus professores não querem ministrar aulas ou quando não valorizam os seus professores, por considerarem que os mesmos não se dedicam suficientemente ao trabalho da escola pública.

Nesses discursos, e em qualquer outro, há o silêncio que Orlandi (1992) afirma ser elemento constitutivo do sentido. Diante dos vários discursos que aparecem nessa esfera escolar, analisaremos o silêncio presente nas falas de ex-alunos do ensino médio de escolas públicas e particulares da cidade de Campina Grande. Sob esta ótica, este trabalho deverá responder à seguinte questão de pesquisa: como se configura o silêncio no discurso de ex-alunos de ensino médio?

Esta é uma pesquisa de cunho interpretativo, tendo como base as referências metodológicas da Análise do Discurso Francesa. O *corpus* é composto por 11 discursos de candidatos ao vestibular da UFCG, entrevistados no primeiro dia da realização da 2ª etapa das provas do vestibular da UFCG, dos quais seis terminaram o ensino médio em escola particular, quatro em escola pública e um se absteve de informar onde havia cursado o ensino médio.

Este artigo está organizado em cinco seções. Na seção 1, trazemos a presente introdução. Na seção 2, apresentamos algumas contribuições teóricas sobre o silêncio e a inferência. Na seção 3, são analisados os silêncios presentes nos discursos dos ex-alunos. Na 4,

apresentamos algumas considerações finais e na última seção, as referências bibliográficas utilizadas no mesmo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Silêncio

Para Orlandi (op.cit), o silêncio é fundamental para constituir o sentido. O silêncio está presente em tudo, seja na música, no filme, na poesia, na religião ou em qualquer aspecto cultural, político e histórico. Segundo essa autora, existem vários silêncios, a saber: o das emoções, o místico, o da contemplação, o da introspecção, o da revolta, o da resistência, o da disciplina, o do exercício do poder, o da derrota da vontade, etc. O silêncio, segundo Prandi (*apud*, ORLANDI, op.cit., p. 54), pode se apresentar de várias maneiras, através da reticência, da descontinuidade temática, da subdeterminação semântica, entre outras. Portanto, existe um tipo de silêncio para cada ocasião e este é expresso de maneira variada.

O silêncio não fala, significa, segundo Orlandi (op.cit., p. 44), ele significa de múltiplas maneiras e é o objeto de reflexão de diferentes teorias, a saber: filosofia, psicanálise, sociologia, etnologia e lingüística. Sem o silêncio não há sentido, sua presença é necessária à significação. No entanto, é difícil entender o silêncio sem considerar os fatores que constituem a história do texto, uma vez que o sentido é construído nesse processo. Portanto, sem a historicidade é impossível compreender o silêncio. (cf. ORLANDI, op.cit., p. 46-7).

Podemos dizer que o silêncio se opõe à linguagem verbal, e uma diferença relevante entre esses dois modos de expressão é que, enquanto o primeiro significa de modo contínuo, absoluto, o segundo significa por unidades discretas, formais. A linguagem impulsiona o que ela não é para o "nada" e o silêncio segura esse "nada" e o multiplica em sentidos para significar. (cf. ORLANDI, op.cit., p. 48-9). Assim sendo, a linguagem verbal serve para conduzir o sentido do texto.

Cruz (2005, p. 122), citando Orlandi (1995), diz que o silêncio é "a referência que indica uma democracia concretamente desmentida

nas suas práticas alicerçadas pela política de silenciamento” e que é necessário captar o significado do silêncio, pois ele faz parte de uma formação discursiva que nunca é individual, mas plural.

Assim, podemos dizer que quanto mais falamos, mais silêncio se apresenta e “sem o silêncio não há sentido porque o silêncio é a matéria significativa por excelência” (ORLANDI, op.cit., p. 55). Normalmente, o silêncio é utilizado quando desejamos apagar outros sentidos ou quando resolvemos dizer ‘A’ para não dizer ‘B’, mas há sempre algo não explícito no texto, pois assim o ouvinte/leitor poderá gerar suas proposições, como será descrito na seção seguinte.

2. 2. Inferência

A inferência, segundo Dell’Isola (2001), ocorre durante a leitura com a construção do sentido. A inferência está diretamente ligada ao estado afetivo do indivíduo e a sua crença em relação à sociedade.

Dell’Isola (op.cit., p.42-5) apresenta a concepção teórica sobre inferência de vários autores, dentre os quais podemos destacar a de Bridge (1977) que diz: inferência é “uma informação semântica não explicitamente estabelecida no texto, mas gerada pelo leitor durante o processo inferencial de especificação de proposições”.

Com a diversidade de conceitos, a autora conclui afirmando que “inferência é um processo cognitivo que gera uma informação semântica nova, a partir de uma informação semântica anterior, em um determinado contexto”. Assim, as inferências ocorrem na mente do leitor em que este constrói novas proposições a partir de outras já existentes. Estas já existentes interferem na leitura, uma vez que o leitor extrai inferências determinadas por contextos psicológicos, sociais, culturais, situacionais, dentre outros.

Durante a leitura, a informação processada pode ter sido fornecida de forma explícita pelo texto ou pode ter sido obtida apenas por implicação que é a inferência (cf. DELL’ISOLA, op.cit., p. 51).

De acordo com C Frederiksen, J Frederiksen, Humpherey & Ottsen (1978, *apud* Dell’Isola, op.cit., p.57-8) existem quatro tipos principais de inferência: a de primeiro estágio – que assegura a interpretação do

texto –; a inferência conectiva – liga as proposições presentes no texto com as que as precedem –; a inferência estrutural – compõe uma organização temática para o texto –; e a inferência extensiva – liga o que foi lido ou está sendo lido ao conhecimento prévio do leitor.

Clark (1977, *apud* Dell'Isola, *op.cit.*, p.60) classifica as inferências como processos de referência, que podem ser direta, indireta por associação, indireta por caracterização, além das relações temporais. A referência direta é o processo inferencial simples e comum em que há uma relação direta entre o referente e o referido. A referência indireta por associação se caracteriza por fazer referência a algo indiretamente associado a um objeto, evento ou estado e não a ele próprio. E a referência indireta por caracterização refere-se ao objeto que desempenha papel em um evento ou circunstância já mencionado. Essas inferências podem ser autorizadas e podem ser não-autorizadas, mas o autor não detém o poder de controlar a geração de inferências dos leitores. O autor não tem esse poder, uma vez que o texto, quando se torna público, fica sujeito a inúmeras inferências.

3. ANÁLISE

Nesta parte de análise, iremos observar o discurso evocado pelos candidatos ao vestibular da UFCG de Campina Grande. Para isso, dividimos a presente análise em três categorias, quais sejam: (1) discurso que aparentemente conhece o gênero argumentativo, (2) discurso que aparentemente não conhece o gênero argumentativo e (3) o discurso que menospreza as escolas públicas.

3.1 Discurso que aparentemente conhece o gênero argumentativo

O gênero argumentativo é um dos gêneros que todo aluno ao sair do ensino médio tem o dever de saber. O poder de argumentação é muito importante para quem quer fazer uma boa prova em qualquer concurso.

O exemplo exposto abaixo demonstra que, na pergunta mais comum de saber qual a sua opinião, o entrevistado consegue responder de forma adequada à pergunta.

Exemplo 1:

Candidato 6

Ent.: *O que você achou da prova de português?*

Cand.: *Tava fácil, mas só que as perguntas estavam muito complicadas, quando você chegava no final tinha que começar a ler tudo de novo, foi meio complicada, confusa, mas deu pra fazer.*

Como podemos perceber, o entrevistado responde realmente expressando sua opinião acerca da prova de português do vestibular da UFCG e não tenta desviar do assunto ou simplesmente responde 'gostei' ou 'não gostei'. Também podemos dizer que o candidato produziu um silêncio no intuito de apagar outros sentidos, por isso disse 'A' para não dizer 'B'. Ou seja, o candidato disse "quando você chegava no final tinha que começar a ler tudo de novo, foi meio complicada" para não pedir diretamente à Comissão Organizadora do concurso que faça questões mais simples, curtas, pois não está sendo possível resolver uma prova desse tipo.

Esse mesmo tipo de silêncio foi produzido pelo candidato 8, como reproduzido abaixo:

Exemplo 2:

Candidato 8

Ent.: *Você gostou das questões de Língua Portuguesa?*

Cand.: *Gostei, gostei. Tava bem criativa, agora tinham umas que estavam muito extensas.*

Ent.: *E as questões de gramática eram semelhantes às trabalhadas na escola*

Cand.: *Não, não. Na prova aí tinha muita coisa relacionada aos textos dos livros e na sala de aula num tinha muito isso não.*

Ent.: *O professor trabalhava na sala de aula mais ou menos o que?*

Cand.: *Ele trabalhava assim, em cima de questões de vestibular e adjunto, trabalhou muito adjunto adnominal aí trabalhou as conjunções, mais essas coisas.*

Como podemos perceber, esse candidato também consegue expor sua opinião, embora comece sua resposta com a típica de quem não quer responder o restante, ele segue apresentando seu ponto de vista em relação à prova.

Interessante nesse discurso é que esse candidato dá mostras de que conseguiu perceber o discurso da prova, o qual inter-relaciona a

gramática ao texto e não apresenta a gramática sem contextualização, “nua-e-crua”. Enquanto que na escola, segundo o exemplo supracitado, trabalha a gramática isoladamente.

Portanto, esses candidatos demonstraram conhecer o gênero argumentativo de posicionamento. Ao serem indagados, nenhum respondeu apenas com verbo da pergunta, os dois acrescentaram algo a sua resposta. Por outro lado, constatamos que o candidato, ao responder à pergunta sobre “questão”, produz a inferência de entendê-la como “prova”. Essa inferência expõe os silêncios a que os alunos são submetidos na escola, quando são coagidos a responder “provas”, em forma de teste para sua capacidade.

3.2 Discurso que aparentemente não conhece o gênero argumentativo

Dentre as várias formas de silenciar está a de não querer falar, não querer expor sua opinião acerca do tema proposto. Esta é a forma mais conhecida de silêncio pela sociedade.

No exemplo abaixo, podemos perceber bem essa relação de entrevistado e entrevistador, na qual o entrevistado não quer responder as perguntas do entrevistador e, como forma de recusa, respondem apenas o que está sendo solicitado na pergunta:

Exemplo 3:

Candidato 10

Ent.: *Você gostou das questões de Língua Portuguesa?*

Cand.: *Gostei.*

Ent.: *As questões que os professores pediam eram semelhantes a que a UFCG pediu?*

Cand.: *É semelhante.*

Ent.: *Os professores trazem questões de outros vestibulares para vocês resolverem em sala?*

Cand.: *Sempre.*

Ent.: *Tu gostasse da prova de redação?*

Cand.: *Gostei.*

Ent.: *O professor trabalha gêneros textuais na sala de aula?*

Cand.: *Trabalha*

Como podemos perceber nesse exemplo, o entrevistado apresenta o silêncio da sua opinião, ou seja, ele não quer mostrar sua opinião. Ou ele está querendo preservar a sua face (cf. GOFFMAN, 1975, p. 34), uma vez que, sabendo que os entrevistadores mantêm contato com a universidade para a qual estava prestando vestibular, seria inconveniente para si, ou daria a impressão de uma pessoa pouco estudiosa, admitir que não gostara da prova ou que seus professores não trabalharam com provas de vestibulares, pois eles eram pré-vestibulandos.

Uma outra forma de interpretar esse exemplo é a de supor que esse candidato não conheceu o gênero argumentativo de posicionamento, pois em uma entrevista, o entrevistado apenas responder com os verbos presentes na pergunta? Nesse caso, podemos inferir que o mesmo não conhece a argumentação. Esta inferência, também podemos sustentar com o candidato do exemplo abaixo, visto que ele preserva o mesmo estilo de resposta apresentado pelo candidato do exemplo acima:

Exemplo 4:

Candidato 4

Ent.: *Você gostou da prova de Português?*

Cand.: *Gostei.*

Ent.: *E da questão de redação?*

Cand.: *Também.*

Ent.: *Mas, você gostou por que o que o professor abordou na sala de aula coincide com o que caiu?*

Cand.: *É...algumas coisas distanciam.*

Ent.: *A questão de redação, o professor abordava gênero textual?*

Cand.: *Gênero textual? abordava.*

Nesse exemplo, também podemos inferir que o candidato não conhece ou não se lembra da nomenclatura "gênero textual", pois ao ser questionado se o seu professor abordava "gênero textual", ele se pergunta antes de responder que abordava: gênero textual?.

Com base nesses dados, podemos dizer que os candidatos parecem não conhecer o gênero argumentativo. Gênero que eles deveriam dominar, uma vez que é muito solicitado não só em vestibulares, mas também, na vida.

3.3 Discurso que menospreza as escolas públicas

Nessa categoria de análise, inserimos os discursos dos candidatos que, enquanto estavam respondendo as perguntas, valorizaram o ensino de escola particular ou cursinho pré-vestibular e/ou menosprezaram o do ensino público.

No exemplo que segue, o candidato estudara em escola pública e fizera cursinho pré-vestibular que ele exalta bastante, como podemos perceber em sua fala:

Exemplo 5:

Candidato 5

Ent.: As questões de gramática coincidem com as abordadas na escola?

*Cand.: Na verdade, eu não lembro muito bem, porque esse ano também eu estava fazendo um **cursinho** também, entendeu, **particular**, aí eu aprendi mais no **cursinho** do que no **ensino público**, **tenho certeza**.*

Ent.: Nas aulas de português trabalhava com o livro didático?

Cand.: Não.

Ent.: E no cursinho eles davam apostilas?

Cand.: Com certeza.

Ent.: E...as questões que estavam na apostila, as questões de gramática, coincidem com as questões da prova, tem alguma semelhança?

Cand.: Sim, as do cursinho têm.

Ent.: É a questão de redação?

*Cand.: Redação também. Mas assim..., na **escola pública** nunca comentou assim, até porque não tem a matéria de redação, não é? Mas no **particular** tem, eu aprendi mais no **particular**.*

Ent.: Então no cursinho eles sempre pediam o gênero textual e davam...

Cand.: ...e davam separadas as aulas e eles enfatizavam mais a redação. (grifos nossos).

Segundo essas respostas, o candidato assegura que o ensino público não prepara os alunos suficientemente. Ele exalta o ensino dos cursinhos e reproduz o discurso da sociedade quando menospreza o ensino público.

Nessas respostas, o candidato produz um silêncio desviante, ou seja, responde o que não foi solicitado com o objetivo de 'direcionar' o entrevistador, uma vez que ele não quer ou não sabe responder a pergunta. Esse é um recurso muito utilizado em entrevistas, principalmente, quando

o entrevistado não quer responder sobre o que foi solicitado ou quer mudar de assunto.

Nesse exemplo, também podemos dizer que há a referência direta, do tipo 'membro de um conjunto', processo em que o leitor tem que extrair inferência ao identificar algumas características de seus componentes, como no seguinte trecho: "**Ent.:** *E...as questões que estavam na apostila, as questões de gramática, coincidem com as questões da prova, tem alguma semelhança?* **Cand.:** *Sim, as do cursinho têm.*"

No exemplo abaixo, o entrevistado também tenta menosprezar o ensino público e para isso reproduz o discurso da sociedade, o de que a escola pública não se esforça para ensinar, ou que os professores não trabalham como deveriam. O discurso da sociedade também tenta passar que na escola particular, os alunos aprendem mais ou que os alunos não aprendem estudando em escolas públicas, pois nessas escolas o ensino não é bom, como anuncia o candidato 9. Constitui-se um jogo de silêncio entre espaços públicos e privados, com privilégio para o espaço privado.

Exemplo 6:

Candidato 9

Ent.: *As questões coincidem com as abordadas em sala de aula?*

Cand.: *Não, não coincide muito porque o ensino público não tem sido muito bom né? Mas, assim, pelo que a gente deu uma estudada, deu pra fazer.*

A afirmação de que o ensino público não é bom traz a inferência, construída socialmente, de que apenas as escolas particulares de ensino preparam para o vestibular, silenciando que a Educação é um dever do Estado e que deve ser pública e gratuita, conforme garantia da Constituição. Com todos esses discursos, podemos inferir que o ensino público está defasado. Os ex-alunos de ensino médio estão tentando 'pedir socorro' para mudar essa situação, pois segundo esse depoimento, podemos inferir que ele estudou extra-classe, não fez a prova do vestibular apenas com o que foi ensinado na escola.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respondendo à pergunta da pesquisa – como se configura o silêncio no discurso de ex-alunos de ensino médio? – podemos dizer que o silêncio dos ex-alunos do ensino médio é o silêncio da revolta, aparece como forma de protesto ao ensino público, uma vez que inferimos que, se eles não tivessem dedicado um estudo extra-classe, possivelmente, não obteriam um bom resultado.

Podemos dizer que esses depoimentos de ex-alunos se devem a dois fatores: falta de compromisso dos professores com a escola pública e deficiência na formação desses mesmos professores, no tocante ao conteúdo ensinado, já que eles dificilmente participam de um curso de formação continuada e/ou possuem cursos de pós-graduação.

Portanto, essas entrevistas serviram como forma de expressar o que os entrevistados sentem em relação ao ensino como um todo. Quanto às inferências, podemos dizer que elas ocorreram influenciadas pela cultura, porém nem todas foram destacadas devido ao espaço da escrita desse texto.

5- REFERÊNCIAS

- CRUZ, Léa da. Medo e silêncio em tempo de democracia. In.: _____. **Línguas cortadas?: medo e silenciamento no trabalho do professor.** São Paulo: Intertexto e Xamã, 2005. p. 111-150.
- DELL'ISOLA, Regina L. P. **Leitura: inferências e contexto sociocultural.** Belo Horizonte: Formato, 2001. p.42-110.
- GOFFMAN, Erving. Representações. In.: _____. **A representação do eu na vida cotidiana;** tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 25-75.
- ORLANDI, Eni. Os limites do método e da observação. In.: _____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas: Edunicamp, 1992. p. 41-62.

ORLANDI, Eni. Silêncio, sujeito, história: significando nas margens. In.:

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.**

Campinas: Edunicamp, 1992. p. 63-95.

DO INVÍVEL AO APARENTE: UMA ANÁLISE DO DISCURSO MATRIMONIAL EM “SENHORA”

Marina Rodrigues de OLIVEIRA

Graduanda em Letras (UFCEG)

INTRODUÇÃO

Este trabalho, realizado a partir dos estudos concretizados na disciplina de TEL (Tópicos Especiais em Língua) – Análise do Discurso, tendo como ministrante o professor Aloísio Medeiros Dantas, tem como objetivo apresentar uma leitura analítico-literária do discurso matrimonial presente na obra “Senhora”, de José de Alencar, abordando mais especificamente os aspectos do esquecimento e do lapso discursivo presente nas falas das personagens Seixas e Aurélia.

Para tanto, este trabalho será abordado partindo de três distintos aspectos: primeiramente, a partir dos estudos teóricos de Scherer (2006), Maia (2006), Nunes (2006) e Payer (2006) serão discutidos os conceitos de lapso e esquecimento discursivos, que servirão para nortear o desenvolvimento deste trabalho; em seguida, será apresentado um estudo realizado por Schwarz (2000) a respeito da obra “Senhora”; finalmente, no terceiro momento, os dois aspectos anteriormente citados serão “reunidos” e analisados em conjunto.

1. LAPSO, ESQUECIMENTO: UMA VISÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO

Como foi acima citado, este trabalho tem como objetivo traçar aspectos discursivos no tocante ao discurso matrimonial presente na obra “Senhora”, de José de Alencar. Com intuito de melhor delimitar o objeto em estudo, serão aqui apresentados dois aspectos presentes ao longo do romance abordado: o lapso e o esquecimento discursivo.

Para definir tais aspectos, bem como apresentar outros que “gravitam” ao longo da obra em estudo, serão utilizados os estudos teóricos de Scherer (2006), Maia (2006), Nunes (2006) e Payer (2006).

O esquecimento discursivo, segundo Eni Orlandi, está intimamente relacionado a dois aspectos: o interdiscurso e o intradiscurso.

O interdiscurso, relacionado ao que Orlandi denomina de

esquecimento número um, corresponde aos conjuntos de enunciados dizíveis, definidos histórico e lingüisticamente. Dessa forma, o enunciado está inserido dentro de um contexto, só podendo ser compreensível (inteligível) quando analisado em uma dada situação lingüística. O sujeito-autor, dessa forma, está – ainda que de forma “despercebida” – “preso” a uma determinada situação histórica, da qual o discurso também é subordinado, não existindo, portanto, enunciados “inovadores”: todo discurso retoma um outro, ainda que não haja uma clara referência de um primeiro.

O intradiscurso está “voltado” para a relação existente entre o sujeito e o “já-dito”: ao enunciar, o sujeito-enunciador retoma, por meio do discurso, outros discursos, proporcionando, dessa forma, uma constante reiteração de enunciados lingüísticos.

No tocante ao conceito de lapso, tal como assinala Maia (2006, p.36-7) há uma forte inter-relação com a psicanálise:

“(…) O lapso, assim, pode ser encarado como uma idéia recalçada ou silenciada do que retorna, enviesada, por causa de uma censura da ordem do consciente. Pensando didaticamente é como se houvesse a existência de duas linhas paralelas: uma referente à fala consciente e a outra referente aos pensamentos inconscientes, sendo que a primeira é determinada pela segunda. Em certo ponto, a segunda linha cria uma interferência, modificando o trajeto da primeira, reencaminhando-a para além”.

O lapso, na obra aqui em estudo se apresenta diversas vezes – tal como será mostrado posteriormente – particularmente nos diálogos entre Seixas e Aurélia. Esta última, por sua vez, caracteriza-se por ser uma personagem que “transita” entre o inconsciente – uma vez que ama verdadeiramente Seixas, apesar de não assumir publicamente tal sentimento, sendo, portanto, constantemente “vitimada” pelo lapso – e, simultaneamente, a objetividade e o racionalismo (cálculo) quanto aos seus objetivos pessoais. Com relação a este segundo momento, Scherer (2006, p.17) destaca que o discurso, mesmo quando enunciado de forma “consciente”, apresenta certo teor de subjetividade:

“(…) ao falar, eu me constituo pela teatralização mesma da voz, e não é o dizer que age sobre nós, mas é o inverso, a voz teatralizada que me coloca

no dizer que me ouve, que me escuta, que me encontra e que me dá a ouvir, na reversibilidade da escuta no / pelo encontro das vozes, a minha e a do outro”.

Desta forma, pode-se perceber a heterogeneidade que constitui o sujeito, ainda que este seja ficcional. Ao retomar, negar e enunciar novos discursos o sujeito acaba por produzir novos enunciados, e tal como sinalizam Foucault (1987) e J. -J. Courtine (1981) *apud* Payer (2006, p.65):

“(...) não há enunciado que não retome outro, que não reatualize ou que não se refira a um outro enunciado, seja para reafirmá-lo, para negá-lo, para contrapor-se a ele, etc., uma vez que o enunciado se produz sempre em relação a outro enunciado”.

Para melhor elucidar os aspectos teóricos acima citados, o próximo tópico versará, a partir de um estudo realizado por Schwarz (2000), sobre a estrutura do romance “Senhora”.

2. A FARSA DE UM IDEÁRIO: UMA ANÁLISE DE “SENHORA”

“Senhora”, obra escrita por José de Alencar em 1875, narra a história de Aurélia Camargo, moça humilde que ascende socialmente por tornar-se herdeira do avô paterno, tornando-se rica, a jovem passa a desfrutar de todos os privilégios da época: freqüenta os bailes da corte, possui uma vida luxuosa e confortável, é desejada pelos homens e invejada pelas demais moças. Possui e representa todo ideal burguês do século XIX.

Falta à Aurélia, porém, o “legado” mais importante da época: um marido. Embora os pretendentes fossem muitos, apenas um interessava à moça: Fernando Seixas. Tal rapaz, no passado pobre de Aurélia fora seu namorado, porém a abandonou para casar com uma moça de posses. Ter Seixas como marido, para Aurélia preenchia às duas necessidades imediatas: casamento e ganância.

Para satisfazer tais vontades, Aurélia pede ao tio, seu tutor, para “comprar” Seixas: ao desposar a moça, o rapaz ascenderia socialmente e ainda receberia o dote. Realizado o matrimônio, Aurélia passa a sentir-se dividida: ter Seixas como marido representa,

simultaneamente, a concretização de um sonho, de possuir o ser amado, mas também passa a significar uma representação personificada do passado de abandono. Estes aspectos, ao longo da obra, serão demonstrados pelos discursos da personagem principal, especialmente nos diálogos desta com Seixas.

Em relação à estrutura do romance, Schwarz (2000, p.44) apesar de conhecer o grande valor literário da obra, tece duras críticas quanto à instabilidade estilística de José de Alencar:

“(...) é neste segundo estilo carregado de princípios, polarizado pela alternância de sublime e infâmia, que ele [José de Alencar] se filia à linha forte do Realismo de seu tempo, ligada, justamente, ao esforço de figurar o presente em suas contradições; em lugar de dificuldades locais, as cristações universais da civilização burguesa. É este o estilo que irá prevalecer. Resumindo, digamos que em *Senhora* a reflexão toma o alento e a maneira à esfera mundana, do dinheiro, da carreira, dando-lhe por conseguinte primazia na composição. (...) Aurélia vive o seu dilaceramento e procura expressá-lo, transformando-o em elemento intelectual da existência comum, e em elemento formal (...) responsável pelo fechamento do romance. (...) esse tom reflexivo e problemático, bem realizado em si mesmo, não convence inteiramente, e é infeliz em seu convívio com o outro”.

Tais considerações de Schwarz não deixam de ser relevantes: Aurélia, ao mesmo tempo em que se apresenta forte e “movida” por um desejo de vingança, é ainda meiga e doce. O caráter da personagem, dessa forma, parece estar oscilante ao longo do enredo, culminando com o inesperado final de reconciliação. Tais “transformações” na personalidade da heroína estarão fortemente marcadas em seu discurso, como se verá no próximo tópico.

Para melhor ilustrar tais “evoluções” serão aqui apresentados três discursos: um primeiro de abandono, quando a heroína tem seu relacionamento com Seixas interrompido; um segundo de vingança, no qual a personagem, em um caloroso diálogo deixa transparecer a condição de mercadoria do marido; um terceiro e último de reconciliação de ambos.

3. O PREÇO, QUITAÇÃO, POSSE E RESGATE: DISCURSOS QUE SE (INTER)CRUZAM

Mais do que títulos dos quatro grandes capítulos que compreendem a obra "Senhora", *O preço, quitação, posse e resgate* contém "vestígios" do lapso e esquecimento lingüísticos.

Para melhor interpretar tais aspectos, serão estes aqui analisados a partir de trechos que remontam à trajetória da narrativa: o primeiro apresentará o abandono de Aurélia por Seixas; o segundo, versará sobre o "trunfo" da heroína, quando esta se casa com o seu amante-algoz; o terceiro mostrará a reconciliação do casal heróico.

No segundo capítulo do livro – "*Quitação*" –, percebe-se o primeiro vestígio de lapso e esquecimento: Aurélia observa o estranho comportamento de Seixas, seu noivo e procura saber o que aflige o rapaz. Este, no entanto:

(...) disfarçou; a moça não insistiu; e até pareceu esquecer a sua observação. Uma noite, porém, em que Seixas se mostrara mais preocupado, na despedida ela disse-lhe:

- A sua promessa de casamento o está afligindo, Fernando; eu lho restituo. A mim basta-me o seu amor, já lho disse uma vez; desde que mo deu, não lhe pedi nada mais.

Fernando opôs às palavras de Aurélia frouxa negativa, e formulou uma pergunta cuja intenção a moça não alcançou.

- Julga você, Aurélia, que uma moça pode amar a um homem, a quem não espera unir-se? (ALENCAR, 1997, p.74-5).

Percebe-se, no trecho acima citado, que o lapso e o esquecimento, antes de estarem marcados lingüisticamente, estão contidos no silêncio de Seixas. Neste momento, nota-se que as palavras parecem ser insuficientes para definir a posição do sujeito-enunciador, ou como destaca Maia (2006, p.34): "A palavra, portanto, definitivamente não diz tudo, não pode dizer tudo; há uma falta em jogo que aponta para o silêncio".

Posteriormente, porém, a posição de Seixas é claramente marcada verbalmente: ao indagar Aurélia sobre a possibilidade de amá-lo, ainda que não assumissem um compromisso formal, o rapaz acaba por deixar subentendido, por forma de um "involuntário esquecimento", a intenção

de não concretizar um relacionamento com a moça. Dessa forma, por meio do não-dito, do esquecimento, o enunciado emerge, e, simultaneamente a este, acabam por serem reiterados outros discursos constituídos na sociedade então vigente: o amor, na sociedade burguesa do século XIX, tem como primordial função o casamento, o laço matrimonial – este compromisso, de preferência, entre pessoas de uma mesma posição social, ou ainda, e mais aceitável especialmente para as mulheres, entre pessoas de alta e baixa posições sociais, permitindo às segundas a ascensão social –. O casamento, dessa forma, acaba por ser sinônimo de consórcio, contrato comercial, não sendo ingênua a atitude de José de Alencar, no romance aqui abordado, em nomear os capítulos com termos próprios das transações comerciais.

Em um segundo momento, presente no capítulo “*Posse*”, verifica-se claramente este caráter comercial presente no romance. Em meio a uma conversa com o marido, quando este está saindo para trabalhar, Aurélia o indaga sobre a disposição que este, mesmo tendo tornado-se rico ainda tem para o trabalho:

(...) – *Está muito assíduo agora à repartição?* – disse um dia a moça ao marido.

– *Pretende algum acesso?*

Seixas deixou cair o remoque, e respondeu francamente:

– *É verdade, há uma vaga, e desejo obter a preferência.*

– *Que ordenado tem esse emprego?*

– *Quatro contos e oitocentos.*

– *E preciso disso?*

– *Preciso.*

Aurélia soltou uma risada argentina, quanto má e venenosa.

– *Pois então seja antes meu empregado; asseguro-lhe o acesso.*

– *Já sou seu marido* – respondeu Seixas com uma calma heróica (ALENCAR, 1997, p. 110)

No diálogo acima, percebe-se o “lapso” discursivo presente na palavra “*marido*”. Esta, dentro do contexto da obra, acaba por “denunciar” o real *status* de Seixas: este não era apenas marido de Aurélia, mas, antes de tudo, uma mercadoria, que fora comprada a cem contos de réis, e da qual ela necessitava para “encenar” uma realidade social, a do matrimônio

feliz. Desta forma, o “ato falho” cometido por Seixas, acaba por não ser de natureza totalmente equivocada, pois, tal como destaca Maia (2006, p.44):

“(…) o ato falho, de fato, não é falho, mas um ato bem sucedido porque desvela uma verdade do sujeito. Em termos de Análise do Discurso, um ato falho, um equívoco é a marca de que o sentido se constitui historicamente e põe em movimento uma rede de filiações que subsiste mesmo quando da escolha de um significante (...)”.

Ao decorrer da obra aqui abordada, as personagens principais, por meio de outros lapsos e esquecimentos discursivos, acabam por revelar suas reais identidades, outrora escondidas por meio das “máscaras” sociais. Aurélia, de forma especial, no último capítulo – “Resgate” – acaba por “retornar” a sua identidade primeira, que outrora fora corrompida pela ganância e pelo desejo de vingança, e revela-se ao marido:

(...) Ela despedaçou o lacre e deu a ler a Seixas o papel. Era efetivamente um testamento em que ela confessava o imenso amor que tinha ao marido e o instituiu seu universal herdeiro.

- Eu o escrevi logo depois do nosso casamento; pensei que morresse naquela noite – disse Aurélia com gesto sublime.

Seixas contemplava-a com os olhos rasos de lágrimas.

- Esta riqueza causa-te horror? Pois faz-me viver, meu Fernando. É o meio de a repelires. Se não for bastante, eu a dissiparei. (ALENCAR, 1997, p.183).

Percebe-se, pelo trecho acima, a construção do enunciado pelo sujeito (Aurélia), tendo como base o esquecimento: esta, na tentativa de reconstruir seu casamento, acaba por retomar em seu enunciado dois outros: o da abnegação amorosa, que supostamente traz a felicidade conjugal e o da infelicidade proporcionada pelo dinheiro. Dessa forma, Aurélia acaba por ir de encontro à ideologia da época, retratada no romance, procurando, portanto, constituir uma nova identidade.

Ao longo do romance “Senhora”, o lapso e o esquecimento discursivo acabam por delinear o caráter das personagens, constituindo, dessa forma, importantes aspectos discursivos, cujos usos refletem os aspectos sociais vigentes no século XIX.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. **Senhora**. São Paulo: Scipione, 1997. p.74-5; 110; 183. (Coleção Clássicos Scipione).
- MAIA, Maria Claudia G. **O lapso da escrita como refúgio do sujeito**. In: MARIANI, Bethania. *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006. p.36-7;44.
- PAYER, M. Onice. **Escrever, (d) enunciar a verdade, sugerir sentidos**. In: MARIANI, Bethania. *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006. p.65.
- SCHERER, Amanda Eloina. **Subjetividade, inscrição, ritmo e escrita em voz**. In: MARIANI, Bethania. *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006. p.17.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas : forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000. p.44

A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO COMO MEDIADOR ENTRE DEUS E O HOMEM

Maria Rita Araújo dos SANTOS
Graduanda em LETRAS (UFCG)

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos, os homens vêm nas religiões uma forma de expressar suas relações com Deus. Para isso, faz-se necessário aumentar o número de adeptos com fim de intensificar o contato com o divino, o que se dá através da divulgação dessa crença por diversos meios. É à luz da análise do discurso que guiamos a análise do objeto de estudo: o discurso religioso.

Nesse trabalho visamos discutir a representação do sujeito como mediador entre Deus e o homem. Para tanto, partimos da análise do folheto distribuído pela Igreja Universal do Reino de Deus, nascida no Brasil em 1977 e hoje presente em mais de 80 países.

Para isso, abordam-se inicialmente algumas características do discurso religioso.

2. DISCURSO RELIGIOSO: MARCAS QUE O DETERMINAM

O discurso religioso, na sua instância é, segundo CASTRO (1987), marcado por mediação, ameaças e promessas. Assim, é de grande relevância aprendermos algumas características desse discurso tão plural. Uma das primeiras características, segundo a mesma autora, diz respeito à dissimulação de sua relação com o momento histórico como possibilidade de constituir-se. Segundo a autora (op. cit.: 30), "essa dissimulação se dá através de seu estilo e forma específica, como também pelo seu conteúdo messiânico". Para a análise do discurso e para a antropologia, a compreensão dessa forma e conteúdo se daria pela percepção como forma em processo. Nisso, faz-se necessária a compreensão do "depassent" profético, objetivando, segundo CASTRO (1987:30):

Pensar esta diluição dos limites espaciais e temporais e, ao mesmo tempo, esta geração de uma temporalidade consubstanciadora tanto de um certo profetismo bíblico, datado e localizado, quanto de outro, atual, cuja prática assenta-se sobre os mesmos textos.

Percebe-se que, por meio da apreensão dos limites espaciais e temporais, uma profecia pode ter outro comprimento daquela que foi anunciada, possibilitando a oscilação entre os discursos. Na visão dessa mesma autora, o plano temporal e espiritual marca o discurso religioso, e é só no plano espiritual que está o processo de significação. Segundo Dias (apud Orlandi, 1987: 46), ao tratar do mesmo assunto, ressalta que o movimento da fala eclesial pode ser representado por um pêndulo que oscila entre os dois tempos e os dois espaços. O tempo, na sua ótica, está para o eterno e o instante, enquanto o espaço está para o espiritual e o temporal. A intertextualidade também é apresentada como uma marca do discurso religioso no que tange à simetria do plano espiritual e do temporal, a recorrência ao intertexto dá mais autoridade à fala do locutor que ganha mais aprovação e, por meio da apropriação dos recursos lingüísticos, ele exerce seus objetivos.

O discurso religioso, portanto, tende a fazer uma mistura entre os gêneros textuais, apresentando-os como uma prática discursivo-social. Outra característica relevante para compreendermos o discurso religioso é a argumentação; através dela, procura-se convencer o indivíduo de que aquilo que se diz tem sustentabilidade. Caracterizam esse discurso uma oratória bem trabalhada e uma diversificação dos recursos utilizados para transmitir a mensagem evangélica. A relação do fato passado com o atual é outra marca do discurso religioso, segundo Mattos (apud Orlandi, 1987:30), o universo desse discurso deve abraçar todos, a todo momento, e todos são chamados a contribuir para o projeto de Deus.

Nosso objetivo aqui é abordar a representação do sujeito como mediador entre Deus e o homem, assim já conhecedores das marcas do discurso religioso, faz-se necessário também envolver algumas questões referentes ao sujeito, como:

- evidências do sujeito;
- interdiscurso;
- tipologia discursiva;

A concepção de língua será essencial para compreendermos a concepção de sujeito da linguagem. De acordo com Koch (2002: 12), “a concepção de língua como representação do pensamento corresponde à

de sujeito psicológico, individual, dono de sua vontade e de suas ações". Por outro lado, a autora afirma que "à concepção de língua como estrutura corresponde à de sujeito determinado, assujeitado pelo sistema, caracterizado por uma espécie de não consciência" (op. cit.: 14). Pêcheux (1983), ao tratar dessa questão, vai considerar três fases da AD. Na primeira fase, o sujeito se determina pela sua posição, pelo lugar de onde falará. Esse sujeito seria uma espécie de escravo, pois é perpassado pela formação discursiva e ideológica e imagina que o discurso seja dele, quando na verdade é seu mero porta voz. Na segunda fase, há uma redefinição da FD, o que traz à tona a questão do interdiscurso. Dantas (2007: 73), retomando as colocações de Pêcheux (1988), declara:

A fala de todo e qualquer sujeito é perpassado por dizeres de outro lugar e outros sujeitos. Este conjunto de outros discursos que determinam os dizeres do sujeito é conhecido como interdiscurso e não deve ser confundido com intertextualidade.

A noção de interdiscurso é incorporada à noção de formações discursivas. A FD, segundo Orlandi, são formações componentes das formações ideológicas, são elas que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma conjuntura dada. A ideologia é vista não como dissimulação, mas como interpretação de sentido, está relacionada ao excesso, é, portanto, preenchimento, a completude que produz efeito de evidência. Ainda sobre essa noção, Dantas (2007) diz que não é um termo fácil de se compreender, pois ela pode adquirir inúmeros significados, possui sentido amplo. Ela interpela o indivíduo em sujeito e embora ele faça parte da produção de sentido é descentrado, não é fonte responsável do sentido que produz e nem o sentido lhe é apresentado como transparente. Logo são apresentados dois tipos de evidências ou esquecimento. O primeiro diz respeito à ilusão de unidade e de que ele é a parte da linguagem, que detém a originalidade e criatividade. O segundo esquecimento está relacionado à transparência, pois o sujeito acredita que a linguagem é transparente e o que ele diz é aquilo mesmo. O indivíduo nessa fase tem a ilusão de ser a origem do sentido do discurso e a partir da ilusão de subjetividade, tem a necessidade de manter sua identidade.

Na terceira fase, denominada por Pêcheux de AD3, há uma alteridade na identidade discursiva, ocorre uma inserção no outro no discurso.

Um conceito mais denso define a terceira fase como:

Finalmente, à concepção de língua como lugar de interação correspondente à noção de sujeito como entidade psico-social, sublinhando-se o caráter ativo dos sujeitos na produção mesma do social e da interação e defendendo a posição de que os sujeitos (re) produzem o social na medida que participam ativamente da definição na situação da qual se acham engajadas, e que são atores na atualização das imagens e das representações sem as quais a comunicação não poderá existir. (Koch, 2002, p. 15)

O funcionamento discursivo foi classificado por Orlandi (1988) a partir da relação entre os sujeitos, relação com os sentidos e as relações com os referentes discursivos. Essa tipologia tem como critérios a interação, ou seja, a reversibilidade, a troca de papéis entre os interlocutores, a relação entre polissemia e paráfrase que se refere a possibilidade ou não de múltiplos sentidos e o critério da presença ou ausência do objeto contextual do discurso. Logo, os discursos se apresentam sobre três óticas. O discurso autoritário é aquele que procura conter a reversibilidade, tendendo para a paráfrase e procurando estabelecer o sentido único. O discurso polêmico é marcado pelo equilíbrio entre a polissemia e a paráfrase e a reversibilidade é disputada pelos interlocutores. Nesse discurso, há a possibilidade de ocorrer vários sentidos. No discurso lúdico, a polissemia é aberta, ocorre uma maior reversibilidade entre os interlocutores. No discurso religioso, objeto de nosso estudo, há portanto a ilusão de reversibilidade, o que vai caracterizá-lo como um discurso autoritário, tendendo para a paráfrase, o mesmo.

Por fim, é relevante frisar que o discurso religioso tende para o fanatismo, que como tema plural, na visão de Oro (2003:19), abrange desde o indivíduo inspirado e iluminado ao indivíduo intolerante e sectário. Ele pode estar presente em diversos domínios, mas é no discurso religioso que é utilizado com mais frequência, estando presente no seio das grandes religiões. Segundo o mesmo autor, nessas religiões, os indivíduos são extremamente dedicados, defendendo os fundamentos religiosos e assumindo-os como tal.

3. REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO: ANÁLISE DO FOLHETO

Passemos agora à análise do folheto, partindo da caracterização do discurso religioso levando em conta a representação do sujeito como mediador entre Deus e o homem.

A Igreja Universal foi fundada em 1977, pelo Bispo Edir Macedo, e a cada ano cresce seu número de adeptos, os quais buscam cura e prosperidade. Os folhetos distribuídos pelos membros é um dos meios de divulgação dessa congregação.

O folheto analisado tem três partes: na frente traz o título "*Pare de sofrer!*", em seguida são elencados os problemas vivenciados pelos indivíduos com o objetivo de mostrar que, através de Deus e pelo intermédio da igreja, esses problemas serão solucionados. No corpo do folheto, são citados seis benefícios para aqueles que buscarem a igreja, todos fazendo menção com textos bíblicos. No verso se encontra mais um benefício e o endereço da igreja. Partindo do plano temporal, observa-se que o sujeito locutor apresenta a igreja como solução para resolver problemas como: desemprego, processo na justiça, problemas com agiotas. O plano espiritual é destinado à prosperidade, grandeza, onde não há miséria. Segundo Dias (1987), nesse plano ocorre uma articulação entre o religioso e o político, fato que pode ser visto na primeira proposta intitulada "*Corrente da prosperidade*" e que é retomada na sexta proposta intitulada "*Corrente da grandeza de Deus*". Essa articulação entre o religioso e o político levamos à noção de interdiscurso e a outros dizeres da fala do sujeito. O discurso político, que é camuflado no discurso da prosperidade, está presente em todas as práticas dessa igreja. O discurso religioso retoma ao discurso da prosperidade pela contradição, como afirma Dantas "não há uma temática específica em que esse interdiscurso apareça já que todo e qualquer discurso é contraditório" (2007:75).

No discurso religioso ocorre a presença de dicotomias, no folheto analisado se instaura a dicotomia dos espaços terra/céu/inferno/paraíso. Com relação ao instante e ao eterno, termos utilizados por Dias, a Igreja Universal vive no instante e se reproduz por meio dele, a tarefa do instante é adquirir mais adeptos com o intuito de fazê-los prosperar e permanecerem na igreja, o que ocasionará o equilíbrio entre o eterno e o sagrado.

Através dos textos bíblicos, o sujeito locutor tenta persuadir o destinatário *“você que tem problemas”*, e essa persuasão se dá de forma geral, pois todos têm problemas, todos passam por dificuldades. A mensagem não se destina a um indivíduo apenas. Logo, podemos observar que nesse discurso o sujeito usa de argumentação tentando convencer e persuadir, objetivando dar sustentabilidade a seu discurso. O recurso ao intertexto é fortemente utilizado, ao citar as propostas, o sujeito locutor faz uma intertextualidade com a bíblia, para cada item tem uma citação bíblica específica. Através dos recursos lingüísticos como: *“Buscai o Senhor e o seu poder...”* e *“Eu vim para que todos tenham vida...”*, o locutor ganha maior aprovação e exerce a função de convencer e aproximar os indivíduos a Deus.

O sujeito na tentativa de convencer o destinatário vai ainda mais longe, ele delimita o espaço datando e localizando, pois do primeiro dia da semana ao último, o destinatário alcançará graças, por isso deixa o endereço da igreja no verso do folheto.

Como foi exposto acima, a ideologia interpela o indivíduo em sujeito trazendo à tona duas evidências: a unicidade e a transparência. Na primeira, o indivíduo tem a ilusão de ser fonte de sua linguagem e na segunda acredita fielmente que sua linguagem é transparente. O sujeito presente num discurso religioso se constitui como tal, como dono daquilo que diz e se coloca como mediador entre Deus e o homem. A Igreja Universal curará desde os problemas físicos a problemas psicológicos e garantirá prosperidade. Há nesse discurso, portanto, a ilusão da reversibilidade, o sujeito locutor convoca, mostra os benefícios, mas o destinatário ao se conduzir à igreja tem que se submeter a severas regras, pois constituem-se, nessa congregação, formas de convencer os indivíduos a seguirem um comportamento estabelecido por ela. Portanto, o sujeito atravessado por sua ideologia, convida, mas não deixa que o indivíduo se posicione, logo o discurso se institui de forma autoritária e por um único sentido, conseqüentemente apenas a Igreja Universal proporcionará os benefícios anunciados.

O fanatismo é uma prática constante nessa igreja, e o sujeito desse discurso assume uma formação discursiva fanática, pois aquilo que

o médico, o psicólogo não resolver, a Igreja Universal resolverá através do nome de Deus. O sujeito preso pelo conteúdo e pela ideologia acredita e se submete a sua crença e procura criar mecanismos imaginários para envolver outros indivíduos. Através desse folheto, o sujeito constrói a história e se constitui como sujeito autorizado pela Igreja Universal. Constitui-se como sujeito interpelado por um sujeito maior, absoluto, Deus.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O indivíduo pela sua ideologia se interpela em sujeito como dono daquilo que diz, é dessa posição que ele convoca outros indivíduos para abraçar a fé, porém o que está por trás é a prosperidade da igreja “*Teologia da Prosperidade*”, pois com essa prática a Universal recebe todos os anos um número significativo de fiéis, que se submetem a qualquer tipo de persuasão, com a pretensão de resolver seus problemas amorosos, financeiros, físicos e psicológicos. Esses fiéis se submetem a qualquer tipo de persuasão. Com isso, percebe-se que essa religião prioriza em primeiro lugar a prosperidade, e o respeito ao sagrado fica em segundo plano. A fé em Deus é valorizada apenas como um meio de obter sucesso.

Por fim, vale salientar que o discurso proferido pelos membros da Igreja Universal se constitui essencialmente como discurso das ameaças, promessas e mediações.

5. REFERÊNCIAS

- CASTRO, Selma. **O discurso profético: ressacralização do espaço social** In ORLANDI, Eni. *Palavra, fé, poder*. Campinas: Pontes, 1987, p. 29-41.
- DANTAS, Aloísio M. **Sobressaltos do discurso: algumas aproximações de análise do discurso**. Campina Grande: Edufcg, 2007, 137 p.
- DIAS, Romualdo. **De Deus ao seu povo (análise de uma carta pastoral da arquidiocese de Vitória – ES)** In ORLANDI, Eni. *Palavra, fé, poder*. Campinas: Pontes, 1987, p. 43-51.
- KOCH, Ingedore G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

MATTOS, Maria Augusta de. **A fala dos santinhos: pedido, conversão e evangelização** In ORLANDI, Eni. *Palavra, fé, poder*. Campinas: Pontes, 1987, p. 65-78.

ORLANDI, Eni. **Linguagem e método: uma questão de análise do discurso** In *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Edunicamp, 1988.

ORO, Ari Pedro. **O fanatismo presente em todas as religiões**. *Mundo jovem*. Porto Alegre, n. 338, julho 2003, p. 19.

6. ANEXO

Descrição do folheto:

Frente:

PARE DE SOFRER!

Você que tem problemas:

Vícios, desemprego, financeiro, depressão, nervosismo, sentimental, familiar, enfermidades, crônicas, espíritos obsessores, desejo de suicídio, olho grande, insônia.

Corpo:

EXISTE UMA SOLUÇÃO!!!

2ª feira - Corrente da prosperidade

Orações para pessoas desempregadas ou que estejam com processos na justiça, empresários, homens de negócio. Você que deseja trabalhar por conta própria, prosperar no seu emprego ou que esteja com dificuldades financeiras, inclusive devendo a agiotas

3ª feira - Sessão do descarrego

Oramos por todos que desejam ficar livres dos encostos que levam ao suicídio, depressão, doenças crônicas, separação e outros males ocasionados pelos espíritos.

4ªfeira - Corrente dos filhos de Deus

Este dia é dedicado especialmente àqueles que desejam algo mais com Deus. E é quando as pessoas são fortalecidas e renovadas na sua vida espiritual, recebendo o Espírito Santo, conforme a palavra de Deus: “derramarei o meu espírito sobre toda a carne”.

5ªfeira - Corrente da família

Corrente totalmente voltada para a família. Pessoas que se encontram cheias de problemas no casamento, filhos viciados, brigas, contendas, ódio entre irmãos, desunião e tantos outros problemas familiares.

6ªfeira - Corrente da libertação

Neste dia dedicamos orações a todos que têm os seus caminhos amarrados por obras de bruxaria, feitiçaria, macumbaria, inveja, olho-grande, espíritos obsessores; pessoas que tiveram contatos com entidades, que ouvem vozes, vêem vultos, enfim, àqueles que estão oprimidos.

Sábado - Corrente da grandeza de Deus

Neste dia, temos a oportunidade de, mais uma vez, focalizar a vida financeira de todas as pessoas. Ausas impossíveis, desemprego, dívidas, etc. traga seu material de trabalho para ser abençoado e receba a oração da fé.

UM MILAGRE ESPERA POR VOCE!!! Visite-nos no endereço que está no verso deste folheto.

Verso:

Domingo - O Grande encontro com Deus ~ O Dia do Senhor

Quando as pessoas se reúnem para louvarem e agradecerem a Deus por todas as vitórias recebidas, aprendem mais da sua Palavra buscando a renovação espiritual através do Espírito Santo.

A você que recebeu esta oportunidade de participar de uma de nossas reuniões, saiba que, da maneira como você se encontra, **DEUS QUER MUDAR A SUA VIDA!!!** Venha hoje mesmo e converse conosco. Estaremos à sua disposição.

Universal ~ Igreja do Reino de Deus

Um milagre espera por você neste endereço.

A NOÇÃO DE INTERDISCURSO EM UMA CRÔNICA DE CARLOS HEITOR CONY

Gesimiel Rodrigues Santos

Bolsista do PÉT – Letras

INTRODUÇÃO

A nossa análise tomará como *corpus* a crônica “Trem com moça e jovem de batina”, inserida no livro *Harém de bananeiras*, do autor carioca Carlos Heitor Cony. Nosso fulcro principal é demonstrar, através da análise textual, o modo como a noção de interdiscurso é acionada no texto.

A crônica “Trem com moça e jovem de batina”, desde o começo, apresenta-se como uma tentativa de divagação sobre o amor. Ao longo do texto, o sujeito lança questionamentos sobre a real essência desse sentimento que, segundo Dante, “move il sole e l’altre stelle”. Já nas primeiras linhas, ficamos a par da idéia que o sujeito sustentará e do tom do seu discurso. Para ele, a imagem que mais cabalmente ilustra o amor “é a de dois trens parados na mesma estação, mas com destinos diferentes”.

Somos introduzidos, de chofre, no desenrolar da história. O sujeito nos conduz ao âmago do momento de criação, apresentando-nos os fatos que serviram de mote para a escrita da crônica. Trata-se da evocação de um momento da infância do sujeito, decisiva, portanto, para justificar uma atitude do presente. Foi aquele acontecimento que o impeliu a refletir sobre o amor e, depois de fixado na memória do sujeito, retorna em forma de poesia:

“Eu era muito criança, nem sabia o que podia ser o amor, li uma pequenina novela de Turgueniev que caíra da estante de livros de meu pai. A capa era atraente: o rosto de uma jovem na janela de um trem. Naquela época, eu era louco por trens, queria ser maquinista da central do Brasil. Fiquei olhando aquela capa, não por causa da moça, mas por causa do trem” (p. 30).

A história é, pois, motivada pela leitura da novela *Ássia* do escritor russo Turgueniev. Do conjunto das cenas que compõem a trama,

uma, especialmente, chama a atenção do sujeito: a imagem de dois jovens que se avistam das janelas de dois trens com destinos contrários. Essa, então, é a pedra de toque do seu pensamento, questão sobre a qual ele se debruça para tentar achar explicações. A imagem reúne, em si, a natureza contraditória do amor e os desdobramentos de uma experiência real, transmitida no texto. Além disso, a seleção da cena aponta para a preferência que o cronista tem pelo pequeno, pelo miúdo, servindo-se, portanto, de apenas uma imagem, mesmo quando tem à sua disposição uma quantidade significativa de elementos. A respeito da crônica, Massaud Moisés observa que

A crônica sobrevive quando logra desentranhar o perene da sucessão anódina de acontecimentos diários, e graças aos recursos de linguagem do prosador. Sucedendo tais circunstâncias, afigura-se que a "inspiração" do escritor apenas se materializou em crônica por uma feliz coincidência entre o fato passageiro e as matrizes de sua faculdade criadora. (1999, p. 133)

Todo esse percurso é trilhado para, enfim, sabermos de um acontecimento com o sujeito. Vale observar que a escolha da cena da novela não é gratuita. O sujeito, depois de ter vivido uma experiência parecida, rememora a história de Turgeniev para dar autoridade aos seus argumentos. Como lembra Foucault na sua obra *Arqueologia do saber*, a citação garante o respaldo necessário para a confiabilidade do texto, uma vez que o pensamento de outrem permite-nos o conforto de saber que estamos no caminho certo. De certo, a semelhança com a história do russo nos faz concluir que ele está palmilhando um caminho seguro, isto é, não está sozinho na empresa de dissecar o amor.

ANÁLISE

Para se entender o que se entende por interdiscurso, é mister ter em mente outro conceito: o de Heterogeneidade discursiva, o qual, segundo Authier-Revuz (1982), é a inscrição do discurso alheio no nosso discurso e pode ser percebida através de marcas que acusam a presença do Outro. Estas marcas podem se apresentar de três formas:

“através do discurso relatado, das formas marcadas de conotação autonímica e através de formas mais complexas em que a presença do outro não é explicitada por marcas unívocas na frase”

(BRANDÃO: 2004, pp. 60-61)

Brandão (2004, p. 87) nos mostra que “o discurso tem como característica a heterogeneidade, a inscrição no discurso das falas do Outro, implicitamente ou explicitamente, através de marcas como negação, discurso relatado”. Dessa forma, há a recorrência de elementos alheios a nós e que são introduzidos em nosso discurso com fins vários. Essa introdução é desconhecida do sujeito – o que em análise do discurso é chamada de Esquecimento – e é necessária para que o sujeito se reconheça como tal. Isso mostra também que, assim como pensa Maingueneau, o discurso não é fim em si, mas a junção de vários interdiscursos, que, juntos, formam o que se entende por *Universo discursivo*.

Das formas de manifestação do interdiscurso, a intertextualidade é, de perto, a que mais nos interessa. Para Maingueneau (1984) distinguem-se duas formas de intertextualidade: uma que se define pela relação com discursos do mesmo campo, que apresenta enunciados vizinhos e que autoriza a relação com outras formações discursivas; e uma segunda, que se dá externamente, ou seja, se define pela relação com outros campos discursivos conforme os enunciados destes sejam citáveis ou não. É o caso do texto em análise.

O texto inicia com o que o sujeito entende por amor. Ele usa uma citação de Dante e, com ela, dá o tom do seu discurso. Para ele, a imagem mais apropriada com a qual se pode definir o amor “é a de dois trens parados na mesma estação, mas com destinos diferentes”. Essa imagem é recolhida da memória do sujeito, povoada desde a infância pela idéia de que o amor é feito de desencontros. Veja-se, então, que a imagem dos trens com destinos resume fielmente a essência do amor: o que existe é o desencontrar-se.

Desde os primeiros momentos da crônica, vemos que o sujeito constrói o seu texto a partir da observação de uma cena de um livro de Turgeniev. A menção direta à cena pode ser vista no seguinte fragmento:

“Eu era muito criança, nem sabia o que podia ser amor, li uma pequenina novela de Turgueniev que caíra da estante de livros de meu pai”. (p. 30) O tema da crônica é o amor e, para discorrer sobre o assunto, o autor se vale de um discurso alheio como mola propulsora para o seu próprio discurso. Isto é: ele não se atém aos seus próprios argumentos, mas serve-se de outros para dar mais crédito à sua divagação sobre o tema.

A relação intertextual aqui é a mais ostensiva. Seja pela presença explícita de elementos da novela do autor russo, seja pela amostra velada do pensamento de outros que se debruçaram sobre o mesmo tema, com o fim de explicá-lo. A utilização de um outro texto como “fonte de inspiração” é a característica que mais impressiona nessa crônica e também nos faz pensar juntos com Brandão (2004, p. 94), que define a intertextualidade como “o conjunto dos fragmentos de um discurso citado efetivamente em outro discurso e todos os tipos de relações intertextuais que uma formação discursiva mantém com outras”. O aproveitamento do discurso já citado do escritor russo fez com que da memória do sujeito da crônica surgissem imagens que fazem partes do seu universo cognitivo. De maneira semelhante à personagem da novela, o sujeito se vê envolto numa trama real que demonstra a proximidade com a cena do livro de Turgueniev. Ainda mais: o sujeito parece ter sido vítima das investidas do amor, sofrendo as conseqüências de seus desvarios.

Em algum momento, o sujeito leu a novela e, num momento diverso, vale-se dessas imagens para divagar sobre o amor. Desta feita, ele constata que os desencontros é o saldo que fica depois de feridos os corações. A imagem de dois jovens que se enamoram, mas vivem os vai-e-vens de um relacionamento amoroso ilustra cabalmente a argumentação do sujeito e é reutilizada como instrução para a idéia defendida: o amor é uma complexa rede de idas e vindas. Veja-se, para isso, o seguinte fragmento:

Turgueniev conta a história de dois jovens que se enamoram. Um deles é casado. Por isso ou aquilo se separam, nunca mais se vêem. Passa o tempo e, um dia, o jovem está num trem que pára numa estação. Na plataforma aolado, há outro trem parado. Após alguns minutos, os trens começam a andar, lentamente em sentido contrário.

A partir da observação dessa cena, o autor constrói o seu texto. Aproxima-se, então, da observação de Maingueneau, o qual tece os seguintes comentários sobre o interdiscurso: "Mesmo que não explícita, toda unidade de sentido inscreve-se no discurso em relação a uma outra". Daí resulta o fato de que o sujeito da crônica inscreva em seu discurso um outro motivo que lhe serve de motivação para a escrita.

Mas não apenas o discurso de Turgueniev lhe ilumina a imaginação. Em alguns momentos, vemos também um eco do pensamento do português Luís de Camões, o qual concebia o amor como um sentimento contraditório, do qual nada conseguimos compreender. Num texto do século XVI, o poeta questionava:

Como pode, nos corações humanos, causar
amizade

Se tão contrário a si é o mesmo amor? (grifos
nossos).

(CAMÕES: 1986, p.)

Da mesma forma, o pensamento do sujeito da crônica parece concordar com o de Carlos Drummond de Andrade para quem era impossível captar do amor a sua real essência, restando, de saldo, a aparência:

Carlos, sossegue, o amor é isso

Que você está vendo:

Hoje beija, amanhã não beija

Depois de amanhã é domingo

E segunda ninguém sabe o que será.

(ANDRADE: 1976, p.)

Como vimos, a intertextualidade aqui não se dá pela explicitação do pensamento do poeta português, mas pela aproximação existente entre os pensamentos camoniano, drummondiano e do sujeito da crônica. Vale, nesse caso, citar as palavras de Foucault:

"As relações instauradas podem ser da ordem da verificação experimental, da validação lógica, da repetição pura e simples, da aceitação justificada pela tradição e pela autoridade, do comentário, da busca das significações ocultas, da análise do erro". (1969, pp. 72-73).

A idéia de um sentimento contraditório é evocada aqui para ilustrar o posicionamento do autor sobre o sentimento abordado. Repare-se no seguinte trecho: "O amor se realiza naquela troca de olhares, que poderá ser a última, nem por isso deixa de ser a mais *amargamente doce*" [grifos nossos]. Unidas num mesmo sintagma idéias antagônicas, que se anulam, mas, por isso mesmo, se afirmam. No contexto, o oxímoro reforça o pensamento defendido ao longo do texto e aproxima os pensamentos separados pelos séculos, agora unidos pela afinidade que existe entre si.

A recorrência do discurso de outros sujeitos mostra a heterogeneidade que constitui essa crônica. O sujeito se vale de outros fatos para construir a sua argumentação. Além da novela de Turgueniev e do pensamento camoniano, há a presença marcante de elementos do discurso religioso. Com isso, entramos na formação discursiva do autor. Algumas partes da crônica são uma espécie de relato da vida do autor Carlos Heitor Cony e, portanto, são explicáveis pela inserção de elementos biográficos na análise.

Ora, sabemos que Carlos Heitor Cony foi um monge franciscano. Durante muito tempo ele viveu enclausurado num mosteiro, como parte da penitência que é necessária para se tornar um sacerdote. Por isso, a religiosidade é muito freqüente em seus textos. Ora de maneira velada, ora desvelada, ora por pura diversão. A cena em que a moça do trem fica impressionada com a disposição de um jovem seminarista foi retomada do arquivo do sujeito que a aproveitou para discorrer sobre o tema proposto. O fato narrado é parte da vida do autor, aproveitada no texto pelo sujeito da enunciação.

A citação de alguns discursos como o religioso, a intertextualidade com a novela de Turgueniev e com o pensamento de Camões é o que mais chama a atenção na crônica abordada. E mostra, acima de tudo, uma característica forte do discurso: a sua heterogeneidade. E prova também que, embora alguns pensem que ele seja a origem de

tudo, recorreremos sempre a outros discursos para o engendramento do nosso próprio discurso.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Reunião: dez livros de poesia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- AUTHIER-REVUZ, J. "**Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do Outro no discurso**". In: DRLAV – Revista de Lingüística, n° 26, 1982, pp. 91-151.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2ª ed.rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- CAMÕES. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.
- CONY, Carlos Heitor. **Harém de bananeiras**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Trad. L. F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1969.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese do discurso**. Bruxelas: Mardaga, 1984.
- MOISÉS, Massuad. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 1999.